

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Magda Pires Silva

AS JORNADAS DE JUNHO:

**O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira
e seus reflexos na atualidade**

Taubaté – SP

2020

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Magda Pires Silva

**AS JORNADAS DE JUNHO:
O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira
e seus reflexos na atualidade**

Trabalho de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586i Silva, Magda Pires

As Jornadas de Junho : o terremoto social que chacoalhou a
cena política brasileira e seus reflexos na atualidade / Magda Pires
Silva. -- 2020.

131 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Serviço Social, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola,
Departamento de Serviço Social

1. Manifestações políticas – séc. XXI – Brasil. 2. Brasil – política
e governo – 2011 – 2016. 3. Capital (Economia). 4. Direita e
esquerda (Ciência Política). I. Universidade de Taubaté.
Departamento de Serviço Social. Curso de Serviço Social. II. Título.

CDD – 320.981

MAGDA PIRES SILVA

AS JORNADAS DE JUNHO:

O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade.

Trabalho de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: 02/12/2020.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola Universidade de Taubaté

Prof.^a Dra. Lindamar Alves Faermann Universidade de Taubaté

Profissional: Fernanda Monteiro Arrezze Bedaque

A todas as pessoas que,
pela via da Verdade e da Coragem,
ousarem questionar.

AGRADECIMENTOS

Neste ano em que os afetos se fizeram ainda mais verbo, agradeço as presenças que se redesenharam nas distâncias dos corpos e foram, sem dúvida alguma, a via de salvação aos nossos corações angustiados com tudo que enfrentamos e perdemos em 2020. Na partilha desses quatro anos de graduação, Ana Laura, Larissa, Mariana e Francine: conviver com vocês nesse período confirma que a nossa missão é mesmo encontrar almas com a mesma frequência que a nossa; poupo as longas linhas e a memória - que pode ser falha - de citar nomes específicos de todas as amigas que compõem meu tecido, mas agradeço por serem estímulo de fôlego, mesmo na exaustão, por serem ouvido e por acreditarem, sempre, que tudo é possível de ser feito e construído. Em lista mais específica, Elisa, Lindamar, Michele, Juliana e Mônica: eu aprendi com vocês mais do que o Ser profissional. A minha essência humana foi modificada dia a dia as observando e ouvindo, como a entrada num rio que nunca permanece o mesmo, eu também nunca saí a mesma das aulas em que vocês doavam a cada um de nós o que temos de mais valioso: tempo e conhecimento. Desejo que as nossas correntezas continuem se cruzando e se fortalecendo em nome do que defendemos de forma intransigente. Meus irmãos, meus encontros de alma que tanto acreditam em mim e, por isso, também me faço acreditar. Meu tio Perci, pelo apoio financeiro e pelo interesse com o que tanto era escrito “nessas tantas horas e mais horas na frente do computador”. Obrigada específica e particularmente à Professora Elisa, minha orientadora, pela sua paciência nesse ano emocionalmente difícil, pela generosidade, pela sua grandeza e sensibilidade que acalmavam cada envio de um escrito novo que carregavam com ele um grande esforço para contemplar o seu trabalho de me ler e orientar; um dos maiores prazeres desse processo é saber que grande parte de você está presente nele; obrigada por nos ensinar a trabalhar pela via da Verdade como busca da Liberdade. Obrigada, finalmente, à minha força motora que, além da Vida, também me matou a fome sendo a pessoa que cozinhou todos os jantares dessa, e de tantas outras vitórias. A ela eu chamo Mãe e para ela são todas as letras aqui contidas.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do meu cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.

...Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semicerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade.

... Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha fala falhar. Eu disse:

- É que eu tinha fé no Kubistchek.

- A senhora tinha fé e agora não tem mais?

- Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco morre um dia.

Quarto de despejo, Carolina Maria de Jesus.

RESUMO

A presente pesquisa se debruça sobre as chamadas “Jornadas de Junho” e busca analisar as percepções de sujeitos acerca do cenário de relações políticas e sociais nos quais elas emergiram e suas contribuições positivas e/ou negativas para o redesenho da política brasileira que nos alcança até os dias de hoje. Diante disso, pretendeu-se esclarecer qual a cena política e econômica que motivou a insurgência popular no Brasil resgatando junto dela a conjuntura global como chave para o entendimento de períodos históricos como esse em sua totalidade, sabendo que eles não são descolados do movimento da realidade e, ao mesmo tempo que influenciam mudanças na realidade, também são influenciados por elas. Para tanto, foram abordadas categorias relevantes da estrutura de relações econômicas e sociais, como: classes sociais, “nova direita” e crise do capital. A pesquisa de abordagem qualitativa, se deu por meio de questionário do *Google Forms*, cujos envolvidos não são identificados, e foram convidados a participar pelo *Instagram*. Foram respondidos 51 questionários os quais foram avaliados pela técnica da triangulação. Levando em consideração a importância sobre o conhecimento daqueles momentos para a construção das sociedades diante suas particularidades, os participantes foram questionados de acordo com as suas próprias percepções de conjuntura as quais, de alguma forma, atravessavam e ainda atravessam suas vidas cotidianas. Como resultado, observou-se a heterogeneidade das visões tanto sobre a conjuntura como as contribuições e desserviços das Jornadas de Junho para o contexto político atual que contou com o avanço da extrema direita no país. Confirmou-se, de maneira geral, por outro lado, que a força emergida do povo em união nas ruas é uma ferramenta poderosa de poder social e que a violência da ação da polícia é um fator negativo visto pela maioria. A ação da mídia e das plataformas virtuais como instrumentos de informação e organização também se fizeram presentes, o que levou a pesquisa a se aprofundar sobre o avanço tecnológico e sua influência política nos últimos anos confluindo para um dilema que se divide entre a informação e a despolitização. Outro fator positivo que se destacou é o fato de as Jornadas terem sido para uma quantidade considerável de participantes, o primeiro contato com a discussão e participação política. Por esse motivo, considera-se a importância de conhecer a fundo o período histórico que incorpora em si contradições e forças antagônicas que, sobre ele, disputam espaços de poder e que, diante disso, possam descaracterizá-lo do que de fato tenha sido.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de Junho; Crise do capital; Nova Direita.

ABSTRACT

This research focuses on the so-called "June's Journeys " in order to analyze the subjects' perceptions about the scenario of political and social relations from which they have emerged and also their positive or negative contributions to the redesign of Brazilian politics, that achieves us up to the recent days. Therefore, it is intended to elucidate the political and economic scene that motivated the popular insurgence in Brazil, rescuing the global conjuncture as a key to the historical periods understanding, like this, on its totality, conscious they are not unticked from the reality movement and, at the same time they influence the realities changes, they are also influenced by them. To this end, relevant categories of the economic and social structure were addressed, such as: Social Classes, "New Right" and the "Capital Crisis". The qualitative research was done through Google Forms questionnaires, where involved participants are not identified, and they were invited through Instagram. 51 questionnaires were answered, and they were evaluated by triangulation technique. Considering the importance about the knowledge of that moments to the society's constructions in front of its particularities, participants were asked about their own conjuncture perceptions, which in some way have crossed and still cross their daily lives. As result, it has been observed the visions' heterogeneity as about the conjuncture as the contributions and disservices of June's Journeys to the actual political context, that counts on the advance of the extreme right in the country. It has been confirmed, in general, that the emerging power from the population in union in the streets is a powerful tool of social power and that the violence of the policy's action is a negative factor seen by the majority. The media and digital platforms action as instruments of information and organization also made themselves present, what has driven the research to deepen about the technological advance and its political influence in the last years, converging to a dilemma that is divided between information and depoliticization. Another positive factor that stood out is that the June's Journey have been for a considerable quantity of people, the first contact with the discussion and political participation. For this reason, it is considered really important to know deeply every historical period that incorporates contradictions and antagonistic forces that, over it, dispute spaces of power and that, in view of this, may de-characterize it from what is has been in fact.

KEYWORDS: June's Journeys; capital crisis; new right.

LISTA DE SIGLAS

AI-5	-	Ato Institucional 5
CEP-UNITAU	-	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
EPL	-	Estudantes Pela Liberdade
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GIFE	-	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IA	-	Instituto Atlântico
Ibope	-	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IEE	-	Instituto de Estudos Empresariais
Iedi	-	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IL	-	Instituto Liberal
IMB	-	Instituto Mises Brasil
IMIL	-	Instituto Millenium
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
Lide	-	Grupo de Líderes Empresariais
MBC	-	Movimento Brasil Competitivo
MBL	-	Movimento Brasil Livre
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MPL	-	Movimento Passe Livre
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEAs	-	Organização dos Estados Americanos
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONGs	-	Organizações não-Governamentais
PAC	-	Programa de Aceleração ao Crescimento
PBF	-	Programa Bolsa Família
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	-	Partido Socialismo e Liberdade
PT	-	Partido dos Trabalhadores
Rede	-	Rede Sustentabilidade
REUNI	-	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema	17
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Delimitação do Estudo	18
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa	19
1.5 Organização do Trabalho	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 As Classes Sociais	22
2.2 “Nova Direita”	29
2.3 Crise do Capital	45
3 METODOLOGIA	60
3.1 Tipo de Pesquisa	61
3.2 População	62
3.3 Instrumentos	62
3.4 Procedimentos para Coleta de Dados	63
3.5 Procedimentos para Análise de Dados	63
3.6 Perfil dos participantes	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1 O governo neodesenvolvimentista dos ciclos petistas: ascensão, crise e golpe	67
4.2 O conservadorismo que emerge nesse processo	94
4.3 Redes sociais e política	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	124
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP	129

1 INTRODUÇÃO

*Penso que é saudável para nós encararmos
com plena clareza todas as dificuldades e complicações dessa revolução. (...)
Não pretendo profetizar de quanto tempo esse processo precisa. (...)
Importa somente que saibamos com clareza e precisão o que temos de fazer.
(Rosa Luxemburgo)*

As manifestações que se alastraram pelo Brasil em junho de 2013 - chamadas “Jornadas de Junho” - são permeadas por diversas contradições e análises difusas que abarcam as motivações, os perfis sociais e políticos e hipóteses sobre resultados que podem ter influência no curso de acontecimentos que desembocam ao quadro político atual do país. Considerando isso, para melhor compreensão sobre o que significaram e quais heranças deixaram os protestos deste período, considerados como um marco na historicidade política brasileira, responsável, segundo Ruy Braga (2015), por desencadear uma nova era da luta de classes no Brasil, escancarando seus antagonismos, é necessário que seja realizada uma análise crítica, histórica e dialética despreendida à visão simplificada ou até mesmo fragmentada sobre como eclodiram as insatisfações populares no ano de 2013, quando em seu ápice no dia 17 de junho reuniu, aproximadamente, dois milhões de pessoas¹ que tomaram os espaços públicos em protestos registrados em 407 cidades por todo o país (BRAGA, 2015).

A situação econômica e política no Brasil naquele momento era de enfrentamento as expressões que vinham se arrastando desde a crise global do capital de 2008. Para Ermínia Maricato (2013), a consequência disso foi um freio ao neodesenvolvimentismo² implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003-2016, o qual ainda que tenha alcançado resultados como: a diminuição da miséria e da fome diante a ampliação da renda dos mais pobres e maior inserção da classe trabalhadora aos serviços de educação e moradia, por meio de programas de financiamento junto ao setor privado; por outro lado, o caminho político escolhido pelo Partido dos Trabalhadores que, mesmo considerado como de esquerda, se

¹ Além de Ruy Braga, Lincoln Secco (2013, p.75) apresenta números próximos, com dados levantados em diferentes veículos de pesquisa e a partir da sua própria participação nas manifestações.

² Sobre o neodesenvolvimentismo implantado pelo Partido dos Trabalhadores, MARICATO (2012) realiza uma análise em que o apresenta como uma das principais faces da contradição das políticas tidas como “conciliadoras de classe” do governo. Por um lado, programas de transferência de renda, de financiamento estudantil e da casa própria culminaram na diminuição considerável da extrema pobreza, do quadro da fome no Brasil e na inserção da população mais pobre nas Universidades, porém, de outro, havia a intenção clara de fortalecimento do mercado por parcerias com o setor privado imobiliário e bancário. O freio desenvolvimentista como resultado da crise global do capital fez com que direitos mercadorizados tornassem os sujeitos endividados e, conseqüentemente, com maior dificuldade de mantê-los chegando mesmo a perdê-los, considerando o aumento de despejos ocorridos nesse período.

direcionou por estratégias de “conciliações de classe” vinha atravessando essa crise estrutural e global do capital onde estas se diluem, visto que o objetivo primário destes períodos pairam sobre a manutenção dos modos de produzir do capital e por isso, são neles em que a luta de classes tendem a se acirrar. Sobre isso, Jorge Luíz Souto Maior (2013), afirma que diante um jogo de interesses antagônicos, prevalecem aqueles que correspondem aos mais fortes. Portanto, para que isso se constitua, não só as formas que o capitalismo tem de se reconstruir após uma crise afirmam a sua ideologia, mas também outras estratégias, como as contrarreações às movimentações populares e o enfraquecimento objetivo da política (GRAMSCI *apud* BASSINI, 2014).

O capitalismo, como explica Marx (2005), é caracterizado como um sistema autofágico e promotor das suas próprias crises, fazendo delas um atributo para sua reconstituição e retomada de acumulação. As reformulações do capital diante da crise de 2008, por exemplo, recaíram à classe subalterna sobre maior financeirização dos direitos sociais, flexibilizações nas relações trabalhistas, desemprego estrutural e piores condições de trabalho (BRAGA, 2013). Quando, mais uma vez, as velhas formas de governar diante de uma crise se fizeram presentes, elas configuraram o ponta-pé inicial do que ficou conhecida, não só no Brasil, como a “crise de representatividade política”.

Para Lima (2013), essa dimensão da crise é marcada pelo esgotamento à democracia amparada pela ordem burguesa e à carência de projetos organizados em favor da sociedade capazes de fazer frente a um sistema com nítidas expressões de colapso e que para se reerguer vem acirrando, de maneira contínua, as formas de opressão sobre os sujeitos tidos como objetos de compra da força de trabalho: a classe trabalhadora.

Somado a esse compilado de contradições, no Brasil, os grandes centros urbanos – espaços físicos onde, historicamente, se chocam tais diferenças entre os interesses e os desejos das classes que se polarizam (IASI, 2013) - passavam por mudanças estruturais colocadas como necessárias para sediar a Copa do Mundo (2014) e, no Rio de Janeiro, os Jogos Olímpicos (2016). Os altos investimentos que despenderiam voltados à infraestrutura acarretaram, como consequência, menores investimentos para os setores de políticas públicas-já sucateados-, como a educação e a saúde, assim como, segundo Vainer (2013), violam outros direitos, como à moradia e à cidade. Outros fatores, como as políticas de higienização nos centros urbanos³ e,

³ Diferentes autores foram consultados na abordagem sobre as políticas higienistas desse período que antecedeu as manifestações, sobre elas, Edson Teles (2012) aborda a violência do Estado e a especulação imobiliária, com destaque aos despejos de famílias no bairro do Pinheirinho em São José dos Campos e a região da Cracolândia na cidade de São Paulo; Raquel Rolnik (2019), levanta as problemáticas advindas dos megaeventos das

principalmente, nas proximidades dos locais onde aconteceriam os jogos, resultando em medidas paradoxais: aumento da especulação financeira, do número de despejos e a transformação das periferias e favelas em espaços turísticos, quando não invisíveis (ROLNIK, 2013). Logo, o *boom* imobiliário, financeiro, econômico, o desemprego e o endividamento da população, se chocou com a notícia que foi então o estopim à verbalização de tudo o que se somava até ali: o aumento das passagens do transporte público extrapolou os limites do conjunto de insatisfações daqueles que seriam atingidos em dupla escala econômica e cotidiana com essa mudança.

O Movimento Passe Livre (MPL)⁴, liderou as organizações dos primeiros protestos que, logo de início, aconteceram sob forte repressão da Polícia Militar (BRAGA, 2015). A ação truculenta da polícia foi o fator de impulsão para que os protestos seguissem acontecendo com aumento exponencial no contingente de pessoas e nos espaços públicos que se alastravam e também multiplicando as pautas que, para além do transporte, passaram a reivindicar por melhores condições de outros serviços públicos, tendo maior ênfase a saúde e a educação.

Assim, junho de 2013 foi marcado pela eclosão nas ruas de uma histórica luta de classes incessante que não foi solucionada por políticas de arrefecimento e de conciliação de uma relação que é pautada por contradições e interesses antagônicos desde a gênese da sociedade de produção capitalista. Diante de um novo ciclo de polarização social, observado naquele momento, em que se via uma nova dinâmica no cenário da luta de classes, não é surpresa que houvesse um movimento reacionário que se configurasse, segundo Badaró (2015), como uma resposta de determinados setores da classe dominante motivados pelo temor do que poderia resultar daquele momento, visto que eram ocorrências específicas e descoladas de um quadro de outras insurgências sociais que vinham acontecendo em outros países.

As “Jornadas de Junho” inscrevem-se em um contexto mais amplo da sociedade capitalista contemporânea na medida em que houveram, em diferentes partes do mundo, nos anos de 2011 e 2012, manifestações que também explicitavam a crise social, econômica e

Olimpíadas e da Copa do Mundo na cidade do Rio de Janeiro, principalmente; Carlos Vainer (2013) refere-se as “cidades neoliberais” sob a ótica de “empresa e mercadoria” como espaços de exclusão, favelização, violência e desigualdade; David Harvey (2013) elucida tais questões sobre as premissas do Direito à Cidade.

⁴ O Movimento Passe Livre (2013), fundado em 2005 após manifestações pelo transporte público que ocorreram em 2013 na cidade de Salvador (BA) conhecidas como “Revolta do Buzu”. Denomina-se como um Movimento Social apartidário e de organização horizontal que luta pela tarifa zero no transporte público. Justifica sua luta contra a mercadorização do transporte público, compreendendo-o como componente do Direito à Cidade ao permitir a circulação irrestrita de pessoas, facilitando o acesso a demais serviços públicos e diminuindo a problemática da desconexão geográfica dos centros Urbanos. O Movimento vê a figura da catraca como símbolo de exclusão social e se posiciona contra a necessidade da sua existência.

financeira que teve início em 2008, ainda que “com reivindicações peculiares a cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (CARNEIRO, 2012, p. 7). Protagonizaram esse momento, principalmente, uma nova geração da juventude que compõe o chamado novo “precariado”⁵, que trazia consigo o descontentamento com o capitalismo, com as formas de democracia não inclusiva e a necessidade de políticas alternativas radicais capazes de promover rupturas e transformações nas formas de reproduzir a vida (HARVEY, 2012).

Para Carneiro (2012), esse foi um período considerado como uma onda de catarse política que chama atenção para uma inovada forma organizacional dada por meios tecnológicos, com destaque às redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, e que resultou na disseminação viral e globalizada de mensagens e informações que podem ter sido o incentivo crucial e instantâneo para que outros países tomassem as ruas e ocupassem espaços públicos numa maior velocidade em relação aos tempos anteriores. Sobre isso, Vladimir Safatle (2012, p.46) atenta para o fato de que “certos momentos da história em que um acontecimento aparentemente localizado, regional, tem a força de mobilizar uma série de outros processos que se desencadeiam em diversas partes do mundo” e tem a possibilidade de desencadear um processo que, segundo ele, envolve para além da ação, o pensamento – não somente sobre aquilo que não se quer, mas também sobre o que se deseja construir.

De acordo com isso, Carneiro (2012) realiza uma análise sobre a construção de uma linha de influência que envolve diferentes eclosões em diferentes países as quais, segundo ele, seguem as mesmas exigências quanto a uma “democracia real” que incluía maior participação pública e uma nova forma de reprodução da vida que não nos moldes capitalistas de até então.

Com início no norte do continente Africano, no ano de 2011, a Tunísia sob o *slogan* de “o povo exige” se colocou contra o regime ditatorial de *Ben Ali*, seguida por outros países, como Egito, Líbia e Iêmen; na Europa eclodiram movimentações em Portugal, na Espanha, na Grécia e em Londres; nos Estados Unidos, a famosa rua de *Wall Street* – onde se localiza a bolsa de valores de Nova York- foi tomada por manifestações que também promoveram o fechamento do maior porto do país em *Oakland* - tais episódios que ficaram conhecidos como “*occupy*”, foram os principais influenciadores em manifestações que tomaram espaços públicos na cidade de São Paulo em outubro de 2011. Ainda de acordo com o autor supracitado, na América Latina,

⁵ Sobre o precariado, CARNEIRO (2012, p.13) designa como “uma nova forma de proletariado informal e terceirizado, um novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas por meio da precarização, desregulamentação e perda de direitos sociais”; segundo ele concentra-se principalmente entre os jovens, o que pode explicar a forte ascensão quanto a presença da juventude nos movimentos.

onde o Chile teve destaque, aproximadamente 400 mil pessoas se reuniram em defesa da educação pública e contra o governo neoliberal que avançava desde a queda do regime ditatorial de *Pinochet* (CARNEIRO, 2012).

Não só algumas formas se assemelharam nessas movimentações, mas também as reações contrárias que se deram a elas, as quais *Slavoj Zizek* (2012), destaca: as repressões policiais; as estratégias de descaracterização dos movimentos ao assemelhá-los a condições patológicas (alucinações, epidemias infundadas ou doenças sociais generalizadas); os apagamentos dos protestos promovidos pela grande mídia e, até mesmo aproximações políticas estratégicas que, de acordo com o autor, soam como armadilhas moldadas pela crítica liberal na tentativa de democratizar o capitalismo, como uma forma de arrefecer os ânimos populares sem promover transformações radicais nas relações políticas mantendo, portanto, o mesmo velho formato democrático.

Diante disso, é possível notar que não há uma movimentação singular que se despende sem um aparato histórico de mudanças e movimentações da vida social, assim, como cada fator deste promove mudanças no curso da história. No Brasil, as “Jornadas de Junho”, além do conjunto de contradições que as sucederam, há que se destacar a ascensão nos últimos anos da chamada “nova direita” cercada de estratégias que comportam a descaracterização do movimento espontâneo popular que aconteceu em 2013 (SAKAMOTO, 2013). Ações que buscam articula-lo aos movimentos pró-impeachment da então presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), que aconteceram nos anos de 2015 e 2016⁶ (BRAGA, 2015); nesse período nota-se a ascensão de ideias políticas e ideológicas autoritárias e antidemocráticas (GALLEGO, 2018); o avanço da quebra da solidariedade e consciência de classe que já vinha se rompendo por um período político ausente com a promoção desses ideais; e, por fim, a aliança à grande mídia e à repressão policial (LIMA, 2013).

Teóricos como Marcelo Badaró (2015) e Ruy Braga (2015) apontam as falhas e contradições quanto ao posicionamento do governo do PT, em um momento crucial em que o

⁶ Esta estratégia se faz contraditórias se levamos em consideração alguns pontos: I) as “Jornadas de Junho” eclodiram sobre o descontentamento com o esvaziamento de políticas sociais e precarização da vida; II) enquanto as Jornadas foram caracterizadas como movimentos espontâneos e apartidários, as organizações contra a presidenta Dilma eram incentivadas por setores da direita, com destaque aqueles que ficaram conhecidos como a “nova direita” e contribuição de organizações que se constituíram a partir de 2013, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua, entre outros; III) enquanto o perfil social dos manifestantes das Jornadas era de jovens e trabalhadores precarizados, os manifestantes de 2016 eram compostos, principalmente, por aqueles que compõe a chamada “classe média” – sobre o perfil dos manifestantes, Rui Braga (2015) os apresenta em cima de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Estes são alguns pontos importantes a salientar a diferença de tais movimentos para que não haja a aglutinação de dois momentos díspares da conjuntura política que carregam suas próprias particularidades e efeitos sobre a história.

direcionamento consciente e político as movimentações populares se fizeram necessários e fossem força contrárias frente as problemáticas que surgiram desse movimento reacionário ao levante popular.

A socióloga Sabrina Fernandes (2019), afirma que as “Jornadas de Junho” expressam um momento tanto de politização - organizado por alguns setores da esquerda, coletivos e movimentos sociais que nasceram ou se redesenharam naquele momento -, como de despolitização - fomentado pela falha de análise e reflexão do que significava aquela insurgência popular e de ação de outros setores políticos que já vinham, segundo a autora, de uma crise de práxis e representatividade. Portanto, a ausência da autocrítica do governo vigente quanto às suas escolhas na gestão, assim como, a não adoção de táticas e estratégias políticas que promovessem a participação popular em atendimento das reivindicações daqueles se encontravam nas ruas, é vista como uma lacuna que, para Giovanni Alves (2012) ao tornar-se vaga e alimentada pela decepção, dá espaço a outro possível projeto político que se apresente.

Por esse motivo a importância de entender o significado de um momento que envolveu revoltas populares a nível global, como apresentado, é de suma importância para que seja possível torná-lo, como diz Gramsci (2000 *apud* BASSINI 2007), um fator político positivo, partindo do ponto de vista que seus resultados ainda pulsam na realidade e promovem mudanças sobre ela. Para isso, é crucial que se pense em meios políticos alternativos inclusivos à população e, também organizados por ela, que sejam capazes de disseminar a consciência e a solidariedade de classe em si e para si, visando à emancipação e autonomia humana e política dos sujeitos, de maneira que o poder emergido da própria classe trabalhadora seja a engrenagem para uma mudança radical da sociedade, viés este a que se objetiva o serviço social, inclusive.

Portanto, considera-se que a pesquisa é pertinente para desvelar as construções que se deram nesses últimos sete anos e, que, conseqüentemente, nos trouxeram ao momento atual de crise política, alimentada por uma divisão pautada por um viés ideológico e moral que com o agravamento da conjuntura de crise estrutural do capital não apresenta proposta de solução às demandas sociais, a desigualdade social e as demais expressões da Questão Social. O que prova que uma reorganização democrática descolada de mudanças na reestruturação social pautada na reformulação de um novo modo de produção não se faz suficiente.



Fonte: Brasil de Fato, 2017.

1.1 Problema

Partindo do pressuposto de que as “Jornadas de Junho de 2013” se inserem num quadro de crise estrutural e planetária do capital, de descontentamento com as velhas formas políticas e democráticas e em concomitância a outros movimentos internacionais que tiveram o mesmo pano de fundo, ainda que com suas particularidades pergunta-se: existe no imaginário social a reflexão quanto à importância desse período de insurgências populares para a configuração da conjuntura política atual?

Pressupõe-se que desse marco histórico emergiram novas forças e ideologias políticas que foram conformando o cenário da política brasileira culminando em uma conjuntura polarizada por projetos e ideais. Diante disso, questiona-se: como esse período tem modificado a percepção e o envolvimento político da sociedade? Ele tem sido de formação política ou de esvaziamento dela?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções dos participantes – militantes ou não do ciclo de protestos - acerca do cenário de relações políticas e sociais as quais emergiram as “Jornadas de Junho” e suas contribuições positivas ou negativas para o redesenho da política brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a cena política que motivou a revolta popular em junho de 2013;
- Identificar a avaliação de cada participante sobre sua participação e/ou percepção sobre as Jornadas de Junho de 2013;
- Compreender se a partir das “Jornadas de Junho” em 2013 emergiram movimentos radicais de direita ou esquerda.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa tem como finalidade analisar as percepções de sujeitos que tiveram ou não participação direta nas “Jornadas de Junho” e sobre isso desvelar que contribuições são percebidas para o redesenho do campo político no Brasil que nos últimos anos vem sofrendo polarizações ideológicas em campos que se contrapõem.

Segundo pesquisas realizadas pelo Datafolha e Ibope, no ano de 2013 o perfil dos manifestantes era majoritariamente de jovens, em sua maioria estudantes ou subempregados. Destes, 89% não se declaravam representados por partidos políticos e 46% estavam pela primeira vez num protesto e, numa visão geral, motivaram-se a ocupar as ruas por solicitações de melhores condições de vida por meio de serviços públicos mais eficazes.

Em comparação com as manifestações dos anos de 2015 e 2016, onde os manifestantes pressionavam pelo *impeachment* da presidenta Dilma, o perfil dos envolvidos, segundo o Datafolha, se diferencia quanto: a idade, em média de 45 anos; a renda, entre 5 e 20 salários mínimos e as reivindicações que se direcionam a críticas diretas ao governo federal e à corrupção, ao passo que se observa, diminuição das pautas pelos serviços públicos em relação ao ano de 2013 quando essas tinham alto índice de reivindicações. Em ambos os períodos é presente o alto índice de apoio as manifestações e as organizações pelas redes sociais – com o diferencial do perfil das organizações.

Por considerar as modificações políticas e econômicas que movimentaram o cenário do Brasil após 2013, o repórter André Costa (2016), do Blog VozeRio, realizou no período das

manifestações de 2016 entrevistas com sujeitos que já haviam participado das Jornadas de 2013 e quais eram suas percepções atuais sobre a nova onda de protestos. Os resultados implicaram em posições contraditórias e em análises importantes quanto à ação da mídia e da polícia que, segundo observação deles, foi de maior favorecimento as manifestações de 2016 e menos truculenta, ou quando mesmo ausente, neste mesmo ano quando comparadas com os protestos de 2013- isso levando em consideração que a violência policial foi o principal motivo do aumento tangencial de pessoas nas ruas naquele ano.

Diante do exposto, é sobre as contradições e complexidades que comportam esse período, que tem início na insurgência popular das “Jornadas Junho” ocorridas em 2013 que esta pesquisa pretende se debruçar.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

As “Jornadas de Junho” foram manifestações que eclodiram num cenário global de crise do capital, por um lado, e de insatisfações populares, de outro. Por isso analisá-las de forma descolada da conjuntura internacional traria resultados fragmentados quanto ao que se sucedeu como sequência e consequência a esse período.

Autores contemporâneos as consideram como um marco histórico da política brasileira e, por esse motivo, nota-se a necessidade de compreender como se posicionaram naquele momento as forças políticas e quais estratégias foram colocadas por elas no decorrer do desenvolvimento dos protestos em todo o país.

Partindo da conjuntura política e econômica, determinantes para o esgotamento que perpassa o modo de produção capitalista de tempos em tempos, o conhecimento sobre fatores históricos e as influências econômicas e sociais que se interferem historicamente, é determinante para que se torne possível fazer uma análise crítica e reflexiva sobre a realidade em sua totalidade cotidiana em acordo com o movimento real da vida e suas relações complexas e contraditórias.

Tal processo de construção reflexiva que se reflete nas ações são feitas na intenção do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos para que sejam capazes de realizar suas próprias análises voltadas a construção de ideais de defesa sobre o tipo de sociedade que se estabelecerá em congruência com as necessidades coletivas da população; intransigente quanto ao combate das desigualdades, das relações de opressão, de exploração e das demais expressões da Questão Social.

1.5 Organização do Trabalho

O trabalho está organizado em: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados esperados e discussões.

O estudo se deu por meio de três categorias consideradas fundamentais para o entendimento da problemática do assunto ao qual está pesquisa se objetiva, uma vez que os entendemos como componentes da estrutura capitalista que reflete e determina as relações na cotidianas da sociedade, sendo elas: i) as Classes sociais, pretendendo compreendê-las como estruturas fundantes da sociedade capitalista e seu estabelecimento em acordo com suas funções econômicas e posições antagônicas; ii) a Crise do capital, como característica inerente a este de sistema de produção, onde será trabalhado as suas causas e consequências que recaem sobre a classe trabalhadora diante as estratégias de retomada de acumulação de lucro; iii) a Nova direita, como um fenômeno global que trata sobre a radicalização da ideologia das direitas na política e que, conseqüentemente, tem seus reflexos na sociedade.

Embora façamos uma análise geral das categorias, apontaremos sobre a historicidade brasileira no desenvolvimento de cada uma delas, quanto as suas particularidades sócio históricas e características de formação, porque entendemos que são relações que se complementam e correlacionam-se diante interesses e heranças de um passado histórico que reproduz resquícios na atualidade.

Na metodologia, desenharemos o caminho para alcançar os objetivos propostos e em seguida as demais seções do projeto.

A partir da realização da pesquisa, apresentamos os Resultados e Discussões problematizando as respostas dos participantes.

Por fim, apresentamos as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção discutimos as categorias fundamentais que sustentaram nossas análises, tais como as Classes sociais, Crise do capital e Nova direita.

As categorias, pela ótica marxiana,

exprimem[...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias. (NETTO, 2009, p. 14)

Ao serem objetivas, as categorias ainda possuem determinações que, segundo Marx (2009) são articuladas pelas distintas formas de organização da produção e, por esse motivo não são imutáveis. E explica que

Determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político. (MARX, 2009 *apud* NETTO, 2009, p. 9)

Como procedimento intelectualivo, a abstração é

A capacidade intelectualiva que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectualivo sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. (NETTO, 2009, p. 13)

Nesse sentido, na dimensão investigativa, as categorias devem ser apoderadas com a finalidade de entendê-las dentro da sua historicidade considerando sua gênese e desenvolvimento, a fim de “esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas” (NETTO, 2009, p. 17) e, a partir disso, desvendar as conexões que se operam entre elas.

Assim, Netto conclui que “a realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade” (NETTO, 2009, p. 13) e que, segundo essa perspectiva (da totalidade) é necessária a junção do método à investigação por meio da conexão teórico-metodológica conformada pela tríade de categorias: da universalidade, da singularidade e da particularidade. Dessa forma, alcançando o que para Marx denominava-se como “a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas

desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1968 *apud* NETTO, 2009, p. 13).

2.1 - As classes sociais

*Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão os nomes dos reis.
Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?
E a mais de uma vez destruída Babilônia,
quem a construiu tantas vezes?
Em que casas da ouro-radiante Lima residiam os peões de obra?
Para onde foram na noite em que a muralha da China ficou pronta, os pedreiros?
A grande Roma está repleta de Arcos do Triunfo. Quem os erigiu?
Sobre quem triunfaram os césares?
Tinha a tão decantada Bizâncio palácios só para seus moradores?
Mesmo na lendária Atlântida na noite em que o mar a tragou,
gritavam por seus escravos os que se afogavam.
O jovem Alexandre conquistou a Índia. Ele sozinho?
César subjuguou os gauleses. Não tinha ao menos um cozinheiro ao seu lado?
Felipe de Espanha chorou quando sua frota afundou. Não chorou mais ninguém?
Frederco II venceu a Guerra dos Sete Anos. Quem, além dele venceu?
Cada página uma vitória.
Quem preparou os jantares das batalhas?
Cada década um grande homem.
Quem pagou a conta?
(Perguntas de um trabalhador que lê, Bertolt Brecht)*

As classes sociais constituem-se na sociedade capitalista, de acordo com MARX e ENGELS (2005), pela posição que os grupos e/ou indivíduos ocupam nas relações de produção, podendo ser eles proprietários ou não dos meios de produzir⁷, pautado pela análise sobre a função econômica a qual desempenham. Portanto, as classes sociais configuram-se como um “componente estrutural da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como sujeitos coletivos que tem suas formas de consciência de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade” (FREDERICO, 2009, p. 256).

⁷ Em o “Manifesto do partido comunista”, MARX (2005) inicia o primeiro capítulo da obra voltado aos burgueses e proletários. Compreende-se à burguesia aqueles que são proprietários dos meios de produção e empregam o trabalho assalariado; os proletários, por sua vez, comportam o grupo de trabalhadores assalariados que, não tendo seus próprios meios de produção, vendem sua força de trabalho para sobreviver. Realizando a mesma análise marxista, aplicada a contemporaneidade e considerando os dinamismos do modo de produção capitalista, MONTAÑO E DURIGUETTO (2011), abordam as mutações da classe sobre a heterogeneidade que atinge a classe trabalhadora diante as reformulações que passa o capital em cada processo de reestrutura produtiva. Porém, afirmam que, mesmo diferenciando-se entre si, os diferentes grupos da classe trabalhadora, continuam sob o controle e domínio do capital.

Sob essa direção de análise, anula-se a percepção sobre as classes de acordo com os critérios de renda e consumo a qual determinado sujeito ou grupo tem acesso ou usufruem (Frederico, 2009), partindo da perspectiva de que, independente de melhores ou piores níveis de condições de vida e acesso a bens, estes continuam pertencendo a classe em que cada sujeito é visto como produto da sua força de trabalho: aquele que oferece seu tempo em troca de dinheiro para sua subsistência.

Seguindo a ótica marxista, a análise dos sujeitos direcionada à renda e ao consumo, tende a diferenciá-los somente quanto ao setor socioeconômico de acordo com o poder aquisitivo individual e nível de consumo. Esse critério de análise configura-se, segundo Celso Frederico (2009), como uma espécie de ilusão criada pela própria classe hegemônica intencionada à sua manutenção e afirma que somente “o lugar ocupado na produção abre horizontes distintos para a ação coletiva. O próprio desenvolvimento da sociedade, segundo Marx, explica-se pelo confronto permanente entre as duas classes” (FREDERICO, 2009, p. 257).

Por esse motivo, ao individualizar os objetivos da massa trabalhadora e criar como ideal os modos de vida da burguesia, esta pretende tolher o reconhecimento da classe em si, diante dos seus ideais comuns com a finalidade que se mantenha a ordem hegemônica de uma classe sobre a outra, visto que a supressão dessa lógica, segundo Marx e Engels (2005, p. 55) só é possível diante da superação do próprio sistema capitalista pela ação da única “classe verdadeiramente revolucionária”: o proletariado.

Outro aparato de manutenção da ordem de classes se configura pela figura do Estado que, segundo Lisandro Braga, constitui-se como

Uma instituição que nasceu para tornar regular a exploração e opressão de uma minoria proprietária sobre uma imensa maioria desprovida de propriedade e, exatamente por isso, não se pode pensar na possibilidade de sua utilização para garantir os interesses das classes exploradas e desprivilegiadas (...), pois sua finalidade exclusiva é tornar regular a acumulação capitalista (BRAGA, 2016, p.33).

Dessa maneira, ainda sob análise do mesmo autor (idem), ao agir pela manutenção das relações de trabalho e a regulação das tensões que emergem delas, o Estado assume um cunho classista (burguês) e, por isso se configura como capitalista com aparatos específicos voltados ao pleno desenvolvimento deste: ações repressivas, por exemplo, visam o arrefecimento de rebeliões populares; aplicações de política sociais de atendimento as necessidades básicas para manutenção da vida da classe proletária, desajustadas da ótica de direito, com implemento do clientelismo (a mercadorização dos direitos também é uma tendência de desarticulação de

classe e será abordado mais adiante); condicionamento das ideologias e de normas morais, sejam elas políticas, religiosas, culturais ou econômicas, visando a regulação da cotidianidade.

Segundo Carlos Montaña e Maria Lúcia Duriguetto (2011), é no âmbito cotidiano onde todas as expressões contraditórias e antagônicas da luta de classe se manifestam se desnudam e se chocam e é, por esse motivo, que neste espaço as estruturas e aparatos voltados à manutenção da opressão existente na sociedade capitalista se inserirão diante a necessidade de retalhar o processo de consciência crítica e reflexiva da população. Os autores analisam o cotidiano, sob a ordem do capital, como um espaço de

Alienação que, primeiramente, desapropria o produtor de seus produtos (exploração), em segundo lugar, afasta o trabalhador do controle e do conhecimento do processo de trabalho (subsunção real), assim como torna incompreensível aos indivíduos o conhecimento crítico da sua própria vida (reificação). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 100).

Desgarrado às necessidades humano-genéricas (*ibid*), os sujeitos tornam-se responsáveis sobre sua própria emancipação, aplicada na cotidianidade de maneira deturpada, uma vez que o seu alcance somente seja possível por meio do reconhecimento das reais fontes opressivas e do desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora para si que, neste momento, se coloca em defesa de seus próprios interesses.

As dinâmicas sociais não formam uma confluência padronizada ou linear, ainda que, sob as mesmas diretrizes as sociedades capitalistas tenham se desenvolvido e se tornado o modo de produção hegemônico, geograficamente, as historicidades e relações carregam suas próprias particularidades. Por isso Frederico (2009, p. 256) afirma que “é preciso atentar antes de qualquer outra coisa à forma como o capitalismo se implanta numa determinada sociedade”, o que permite também compreender como, no seu decorrer, as lutas de classes se modificam em acordo com as reconfigurações dos modos de acumulação em cada reorganização que sofre o capital após suas crises.

De acordo com a linha de pensamento marxiano, as relações de trabalho determinam as relações dos indivíduos entre si, assim como, o chão histórico imprime suas particularidades a esse processo. É de acordo com isso que Celso Frederico (2009, p.257), ao pensar na questão brasileira, aponta para a herança de “uma tradição de brutalidade nas relações de trabalho que irá persistir no capitalismo industrial”, a qual ele atribui o colonialismo exploratório recém escravocrata e periférico como constituinte da formação capitalista brasileira.

Para além disso, há ainda a particularidade quanto à inserção tardia no modo capitalista. A burguesia brasileira, formada de grandes latifundiários, não se rebelou a um antigo regime,

como no caso europeu, mas se colocou à submissão do capital internacional dos países imperialistas. A industrialização se dá no país diante a pressão desenvolvimentista externa ⁸ e sob a carência de infraestrutura para as grandes mudanças sócio- espaciais que isso causaria.

Dessa forma, segundo Raquel Rolnik (2019), os centros urbanos se formam logo de início, como espaços excludentes e sem o mínimo necessário à produção da vida do grande contingente populacional que se formava, ressaltando que

Na verdade, as depreciadas condições materiais de reprodução da força de trabalho figuraram como uma das principais “vantagens competitivas” mobilizadas pelo país para acelerar seu processo tardio de industrialização (ROLNIK, 2019, p.267)

É por efeito de duras lutas da classe trabalhadora, mesmo sendo as greves tratadas como caso de polícia (Frederico, 2009) que, organizando-se em confronto à precariedade que vivia e à ausência de direitos trabalhistas, que parte de suas reivindicações foram alcançadas. Em 1943, o decreto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), legislação promulgada por Getúlio Vargas (1934-1945; 1951-1954) - presidente em exercício que mantinha um governo repressivo-, denotou-se como mais uma contradição particular da formação brasileira. Celso Frederico (2009) retoma a polêmica tida sobre Vargas em que a resposta ao movimento proletário é visto como contratualista, ao conceder direitos sob a roupagem de “favor” em troca do arrefecimento das manifestações populares; contraditório a isso, para o autor, o operariado foi protagonista em “desmascarar esse formalismo jurídico, ao evidenciar que o que se passa no mercado de trabalho não é uma mera troca de equivalentes entre cidadãos livres, mas uma relação de exploração entre classes, dissimulada sob o manto do contratualismo” (ibid, p. 259).

No campo político, a classe trabalhadora, neste momento, mostrava seu protagonismo pela figura, principalmente, dos sindicatos que “entendido como instrumento gerador da coesão social, deveria servir para fermentar a solidariedade entre os trabalhadores e ser um órgão de

⁸ Referimo-nos a pressão externa tendo com base o “impulso à modernização” que Raquel Rolnik (2019) aborda ressaltando sobre a condição modernizadora que passavam os países europeus no período pós-guerra sob forte intervenção estatal e políticas sociais voltadas ao *Welfare State* – o estado de bem-estar social. Para Ana Elizabete Mota (2009), a emergência de uma nova reestruturação capitalista adquiria o formato de um novo imperialismo com hegemonia dos Estados Unidos através do uso de estratégias que combinam coerção e consenso, que tem continuidade e obtém base doutrinária e política no Consenso de Washington (1989) e operacionalização pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e a pela Organização Mundial do Comércio. Se por um lado, os países desenvolvidos se reestruturavam sob políticas de bem-estar social, o Brasil sobrevivia diante a ausência de políticas sociais e sob o autoritarismo político marcado pela ditadura militar e pela falta de planejamento urbano que desdobrarão reflexos problemáticos até os dias de hoje. De acordo com Montañó e Duriguetto (2011, p.249), “a condição periférica e dependente das economias latino-americanas garantiu a reprodução ampliada do capital nos países centrais e a perpetuação das condições de dominação econômica e política nos continentes.

colaboração com o Estado” (*ibid*, p. 260) que se formavam, ao compreender as relações de poder que eram estabelecidas nas relações entre o capital e o trabalho. Para o autor, as greves que marcaram esse período de alcances no campo dos direitos trabalhistas fecharam um ciclo histórico.

Dando sequência a dissonância evolutiva da economia e da política em comparação aos países desenvolvidos que passavam pelo processo de reestruturação produtiva, as décadas de 1970 e 1980 se deram em meio à repressiva ditadura militar (FREDERICO. 2009) que atingia países da América Latina e, no Brasil, se estendia desde 1964. O período configurou a emergência de reestruturação das políticas sindicais, ao passo que as greves e as manifestações de movimentos sociais cresciam exponencialmente.

Montaño e Duriguetto (2011) destacam nesse período como figuras principais no cenário de insurgências populares estudantes⁹, artistas, intelectuais e ativistas políticos. Os autores demarcam também a década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 como um período de organizações de luta armada por setores da esquerda tanto nas áreas urbanas como rurais¹⁰, que após serem derrotados pela ditadura militar, cedem lugar para os inúmeros atos públicos que se deram no fim da década de 1970 e 1980 adentro. Com envolvimento de diferentes setores sociais, as motivações se aglutinavam pela luta das liberdades democráticas que envolviam o fim da ditadura militar e a toda a extensão de consequências desta¹¹.

O “novo sindicalismo” que emergia nesse período, teve início nas greves da década de 1970 e obteve importante papel no desenvolvimento de novas práticas e mecanismos nos campos das lutas pelos direitos sociais voltados aos interesses da classe trabalhadora, reforçando a ideia sobre um “sindicalismo de classe” que visava romper com as conciliações do passado e estimular maior autonomia em relação ao Estado (ANTUNES; SILVA, 2015).

Ao longo dos anos 1980, por exemplo, nosso país esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando comparado com outros países avançados dotados de ampla experiência sindical. A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, a campanha pela Constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições diretas

⁹ Destaque a “Passeata dos Cem Mil” que no dia 26 de junho de 1968 organizou a maior mobilização contra a ditadura militar e os atos de repressão contra os estudantes, visto a motivação do protesto ter sido pela morte do estudante secundarista Edson Luís. Reivindicavam o fim da ditadura e a reestruturação democrática do país (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, 272).

¹⁰ Com o intuito de combater a ditadura e angariar fundos para as organizações combativas, eram organizados assaltos e sequestros de figuras políticas emblemáticas; na zona rural os autores destacam a Guerra do Araguaia (id; *ibid*).

¹¹ Entre fevereiro e abril de 1984 ocorre o episódio das Diretas Já com objetivos de estabelecer a democracia e por meio de eleições diretas (id; *ibid*).

de 1989, são exemplos vivos da força das lutas daquela década. (*id; ibid*, p.512)

Para Alves (2000, p. 2), “a ascensão do sindicalismo, o “despertar da sociedade civil” e dos “novos movimentos sociais”” configuraram no movimento “Diretas Já” e, mais adiante, no alcance na promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que selou o fim de um ciclo ditatorial de 21 anos e estabeleceu a reconstrução de uma nova e delicada democracia marcada por disputas de interesses que se antagonizavam. Se havia, por um lado, a luta por direitos expressos documentalmente, por outro, a contrarreacção do mercado atinava para o que Brito e Oliveira (2013, p 67) chamam de “emergência do neoliberalismo”.

Dentre as consequências que resultaram disso, “a fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando, em especial, o sindicalismo” (ANTUNES; SILVA, 2005, p. 515). É neste cenário, que Frederico (2009) aponta mais uma particularidade à brasileira no caminho ao mundo da globalização e do desenvolvimento tecnológico:

A nossa, digamos assim, “modernidade à brasileira” contém o pior dos dois mundos: as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a conhecer o Welfare State, acrescidas da selvageria do capitalismo financeirizado. A crise de acumulação, vivida pelo sistema mundial de mercadorias, acena para um longo período de barbárie na periferia, cuja face mais visível é o desemprego e suas sequelas: a marginalidade e a violência urbana. (FREDERICO, 2009, p. 265)

Diante os novos processos de reformulação das relações de trabalho e num novo contexto de financeirização e avanço tecnológico, a ofensiva neoliberal incidiu diretamente sobre da classe trabalhadora, de quem passou a ser exigida produção imediata e intelectual numa espécie de aproveitamento máximo de tempo e espaço, tornando esse período marcado por um conjunto de reconfigurações que flexibilizaram o interior do processo do trabalho, da infraestrutura, dos direitos e das relações dos trabalhadores. Mudanças como o enxugamento dos espaços sócio-ocupacionais; a retirada de direitos trabalhistas e a inserção das máquinas em troca da força de trabalho vivo, confluem para piores condições de trabalho e tem por consequência um processo irreversível. Nesse sentido denota-se o aumento da massa do precariado e do desemprego estrutural; o acirramento da alienação com envolvimento até mesmo da subjetividade nas produções de trabalho intelectual e a inevitável quebra de solidariedade da classe trabalhadora em virtude do incentivo da individualidade e da competitividade que aumenta nos campos de trabalho.

As novas configurações do mundo do trabalho, diante as privatizações e as mutações nas relações provocaram reflexos sobre a *práxis* sindical que retornou ao campo das negociações- deixando de lado os enfrentamentos das últimas décadas- por considerá-las “alternativas propositivas, consideradas mais viáveis e realistas” naquele momento. Isso denota sobre a CUT a característica de um sindicalismo mais moderado (ANTUNES; SILVA, 2005, p. 516) que dizia estar em consonância ao momento político e a situação socioeconômica do país. A incorporação da lógica do capital pelo movimento sindical, culmina em seu afastamento dos movimentos sociais aos quais fazia linha de frente no combate à dominação capitalista no período do auge do “novo sindicalismo” (ALVES, 2000).

Ainda na década de 1990 nasce a Força Sindical, diante do discurso sobre a necessidade de se construir no Brasil um capitalismo mais avançado e competitivo. Esta que apoiou as políticas de privatizações e as desregulamentações das relações de trabalho (TRÓPIA, 2002 *apud* ANTUNES; SILVA, 2005) se, aparentemente, num primeiro momento se caracterizava, diante suas defesas, como contrária à CUT, com o desenrolar político, as duas forças começa a se aglutinar em alguns aspectos.

Para além das disputas e mesmo dos antagonismos que caracterizaram seus projetos iniciais, (...) aproximavam-se ao defender uma política sindical voltada, centralmente, para a negociação e para a defesa da cidadania em detrimento (e não em sintonia) dos valores da classe trabalhadora. Suas diferenças, profundas no início, começaram lentamente a se desvanecer. (ANTUNES; SILVA, 2005, p. 523)

A aliança entre estes é finalmente estabelecida na ação interna no governo que se estabelece nos ciclos petistas. Quanto, em 2002, o Partido dos Trabalhadores ascende e vence a corrida eleitoral para presidência da República na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, com uma frente considerada centro-esquerda e mantendo as políticas neoliberais do antigo governo de Fernando Henrique Cardoso, a vitória do partido não configura insegurança à burguesia, ao passo que, no âmbito da política sindicalista promove mudanças sobre o “período da confrontação” fazendo surgir o “sindicalismo negocial do estado” (ANTUNES; SILVA, 2005, p. 525).

2.2 “Nova direita”

*Pois quem não vive em verdade, meu bem, flutua
Nas ilusões da mente de um louco qualquer
E eu não aceito, não*

*Não, eu não aceito essa indisciplina
 Acho que você não me entendeu
 Meus meninos são o que você teceu
 Em resistência ao mundo que Deus deu
 Eu não quero viver assim, mastigar desilusão
 Este abismo social requer atenção
 Foco, força e fé, já falou meu irmão
 Meninos mimados não podem reger a nação.
 (Meninos Mimados Não podem reger a Nação, Criolo)*

Para que seja compreendido o fenômeno contemporâneo de emergência da direita, reorganizada sobre a nomenclatura da “nova direita”, é necessário que antes se entenda o conceito sobre o que fundamenta ser “direita”.

Segundo *Boron*, requer compreender que “*la derecha es sobre todo una práctica político-ideológica*” que se formula sobre um pensamento reacionário diante mudanças societárias preocupada com a manutenção da ordem e, por esse motivo, não é fruto de uma teoria específica (2010 *apud* PALAU, 2010, p.13), mas um posicionamento e um modo de se portar moral e culturalmente. De acordo com o autor, historicamente, o conservadorismo da direita manteve com o liberalismo econômico relações envolvidas por tensões¹² conforme este ia se instaurando socialmente, concomitante ao amadurecimento do modo de produção capitalista.

¹² Quanto a relação de aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo, Silvio Luiz de Almeida (2018) explica: o conservadorismo clássico tem origem no século XVIII e tem como ideia central conservar valores e instituições, como a monarquia e a religião cristã, diante ameaça trazidas pelas revoluções liberais no período de avanço do capitalismo na Inglaterra pela industrialização. Sua reconfiguração, no século XX, o chamado neoconservadorismo, surge na emergência das transformações econômicas quando, em concomitância a elas surgem: as políticas do *Welfare State*, os movimentos de contracultura e a intensificação das organizações de esquerda. O neoconservadorismo elenca as questões morais sobre uma ideia de “degradação cultural” que seria resultada da aniquilação de “diferenças naturais” da sociedade, como: classe, sexo e etnia; é resultado disso a ascensão do ideal eugenista de segregação. Diante disso, Almeida conclui que “a pauta neoconservadora é, basicamente, a de restaurar a autoridade da lei, diante o restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa” (2018, p.28). Diante tal afirmativa, o autor aponta para a relação pautada na semelhança de interesses entre os liberais e conservadores no campo da economia política. Esse encontro entre ambos se dá pela necessidade de que o avanço do capitalismo seja pautado sobre conservações, de ordem social e econômica. Para isso, Almeida aponta a figura do Estado como “um poder político centralizado, que mantém a ordem social mediante o uso sistemático da força e/ou pela criação de consensos de natureza ideológica acerca do funcionamento da sociedade” (2018, p.29). Portanto, sendo um instrumento capitalista, vê como sujeito de direito aquele que detém os meios para produzir na sociedade. Nessa nova formulação do neoconservadorismo os “seres humanos têm valor equivalente à riqueza que produzem” (CARAPANÃ, 2018, p.36) e, nesse sentido, a aliança com o liberalismo prevê a destruição de uma lógica estatal como ente de direitos civis e humanos. Logo, conclui-se que “a superação do neoconservadorismo e de suas pautas não se dará apenas com a demonstração da fragilidade dos discursos, mas com a transformação das condições socioeconômicas que lhe fornece a base material” (ALMEIDA, 2018, p.32).

No século XVIII, período da Primeira Revolução Industrial, o choque do conservadorismo com o novo sistema se dá pela visão de que a mudança de sociedade acarretaria consigo uma erosão dos valores e das instituições tradicionais – a família e a igreja, por exemplo. Porém, com o amadurecimento do capitalismo e com o liberalismo tomando forma econômica e política social, a aliança conservadora é formulada sobre interesses que pretendem manter a hegemonia de ambos sobre a engrenagem social e suas relações. Para isso, uma ferramenta de manutenção da ordem é instaurada sobre a ideologia associada de ambos: a democracia representativa.

Al decir de Norberto Bobbio, de Smith y Ricardo, para recién en el último cuarto del siglo diecinueve, aproximarse cautelosamente a la teoría de la democracia representativa de John Stuart Mill. Una teoría, dicho sea al pasar, que excluía meticulosamente a las mujeres, los pobres y los analfabetos, y que se esmeraba por idear instituciones y salvaguardas para evitar que ese elemental proceso democrático pudiera desembocar en una dictadura de los asalariados. El liberalismo, en fin, es una doctrina que jamás postuló las virtudes, y mucho menos la necesidad de un ordenamiento democrático - entendido como gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo, según la feliz fórmula de Abraham Lincoln- sino que su preocupación fue exaltar las bondades de un Estado mínimo que garantizara la supremacía y la autonomía de los individuos frente a las invasivas pretensiones del Estado. La derecha contemporánea da un nuevo giro a este talante anti-democrático del liberalismo (BORON,2010 *apud* PALAU, 2010, p. 16).

Diante tal ideia, Boron (BORON,2010 *apud* PALAU) conclui que na América Latina, a historicidade da direita se assemelha diante a sua formação sócio histórica e da presença das ditaduras militares e suas políticas de austeridade contra os levantes populares que lutavam por redemocratização e direitos sociais, marcando um período de intensificação na dicotomia direita-esquerda nos países latino-americanos. Sobre isso, ele diz:

¿sigue en pie la distinción derecha-izquierda? Pregunta relevante en la medida en que hay tantos intelectuales, políticos y publicistas que proclaman a los cuatro vientos la obsolescencia de esa diferenciación. En un pequeño texto lleno de sabiduría, Bobbio decía que lo que caracteriza a la derecha es su prédica a favor de la primacía de la libertad, mientras que la izquierda tiene como seña de identidad su intransigente defensa de la igualdad. Ante esta confusión Bobbio responde que así como el crepúsculo no suprime la distinción entre día y noche, las políticas “de centro” (o de la “tercera vía”) no eliminan la diferencia entre izquierda y derecha, entre un proyecto político que se estructura en pos de la igualdad entre todos los sujetos, y aquel otro que tiene por objetivo garantizar la libertad de todos en el discurso, pero de una minoría en la vida práctica de los pueblos. (BORON, 2010 *apud* PALAU, 2010, p. 19).

Diante a dicotomia liberdade-igualdade que no sistema capitalista, primariamente, consta a propriedade privada, Fontes explica:

a defesa da propriedade envolve tanto um princípio a priori *desigualitário*, ao situar a propriedade fora do ser social, no objeto detido por alguns em contraposição à grande maioria não-proprietária, quanto *negar a liberdade* da grande maioria para produzir e reproduzir sua existência, uma vez que a grande propriedade envolve, para além do objeto, a plena utilização da força de trabalho dos não proprietários. Isso significa eliminar a liberdade da grande maioria de dispor de sua própria existência, atrelando-a à liberdade da exclusiva da grande propriedade. (FONTES, *apud* PALAU, 2010, p. 78).

De acordo com isso, é cômico que, seja para discutir a distinção ou para compreender as categorias direita-esquerda, é necessário esforço que avance do campo político e passe ao econômico e social, a fim de que sejam desvendadas as posições dos sujeitos sob um mesmo sistema político que, ainda requer consideração a diferenciação geográfica respectiva as particularidades sociais, culturais e econômicas (MADEIRA; TAROUÇO, 2011).

O entendimento macro sobre a égide dos campos da direita-esquerda política tem como marco as duas Guerras Mundiais e os regimes nazifascistas e, posteriormente, o contexto da Guerra Fria que demarcam uma polarização entre ambos. Seguido esse período, as reconfigurações no mundo capitalista pós implosão da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, trazia consigo a reorganização da ideologia da direita diante o avanço da globalização, da crise financeira e da ascensão neoliberal que marcava, finalmente, a figura dos Estados Unidos da América no topo do capitalismo imperialista. Para isso, segundo Gentile havia a necessidade de “abrir o campo teórico e metodológico, cruzando o plano histórico-político com o plano ideológico” (2018, p. 93). Diante disso, para ele, quanto à direita

É possível resumi-la desta forma: um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas e litúrgicas manifestado na forma de redes conceituais e códigos comunicativos, não necessariamente caracterizado por uma intrínseca originalidade, capazes, porém, de despertar os sentimentos mais profundos das massas, visando ganhar um consenso de caráter fideísta. (GENTILE; 2018, p. 94)

O que configurava para ela, um novo olhar:

Finalmente, a direita estava sendo liberada do preconceito de ser apenas um resíduo do fascismo para se tornar um fenômeno complexo, capaz de produzir uma ideologia autônoma (ibidem).

No caso brasileiro, as configurações ideológicas e políticas no país são construídas, segundo Gentile (2018), no período que compreende a Proclamação da Primeira República e a Revolução de 1930. Segundo ele,

Entender as configurações ideológico-políticas da direita no Brasil requer uma perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na própria estrutura econômico-social colonial do país, consolidada em torno da ascensão ao poder de uma elite de proprietários e comerciantes, depositários

de uma tradição patrimonialista e oligárquica herdada da dominação portuguesa, articuladores de um mecanismo de cooptação das clientelas ligado à economia agroexportadora e aos defensores da propriedade da terra e da escravidão (*id, ibid*, p.98).

Para explicar a dicotomia direita-esquerda no Brasil, os autores Madeira e Tarouco (2011) tratam sobre as posições político-ideológicas no decorrer dos governos que se instauraram durante a ditadura militar¹³ (1964-1985). Segundo eles, os partidos políticos que obtinham com relação ao regime: os moderados, partidos considerados de centro; de oposição, partidos de esquerda; e os apoiadores, compunham os partidos de direita. Os autores definem esse critério como “um componente relevante da definição de esquerda-direita” que se baseiam sob um “aspecto relacional” (*id, ibid*, p. 177) com os governos autoritários vigentes e apontam que, embora essa característica não esteja eliminada totalmente da análise posicional dos partidos atualmente, é necessário ir além desta para a compreensão totalitária das posições políticas.

O avanço do capitalismo pelas políticas neoliberais desde os anos de 1990 e os últimos acontecimentos políticos e sociais no Brasil confirmam a multidimensionalidade político-ideológica da direita que, se abordada indiscriminadamente pode levantar um problema de rasa compreensão se se forma indiferente às particularidades sócio históricas da região, produtoras de fatores preponderantes que por relações dialéticas se interpõem, interconectam e correlacionam.

Por isso o liberalismo, o conservadorismo ou até mesmo o autoritarismo¹⁴ podem, ou não, coexistir como alianças que coadunam interesses ou diante ações pontuais de defesa da ordem (MADEIRA; TAROUCO, 2011). A exemplo disso, além dos governos ditatoriais latino-americanos, há a combinação entre a lógica escravocrata e o liberalismo no Brasil:

Se por um lado, o liberalismo “heróico” das origens se afirmou como a ideologia da independência, por outro lado - observa Alfredo Bosi - o conceito de liberal, consolidada a independência, logo assumiu o significado de “conservador de um complexo de liberdade”, desde a iniciativa econômica gratuita, passando pelo direito de voto baseado no censo até a liberdade de ter

¹³ Abordar a dicotomia esquerda-direita no Brasil diante o recorte dos 21 anos da ditadura militar que tem início no ano de 1964, não elimina a historicidade dos partidos políticos que antecedem esse período.

¹⁴ Gentile (2018) se debruça sobre o conceito de autoritarismo “instrumental” visto que é “transitório”. Explica que a aliança entre o liberalismo e o autoritarismo marca, no Brasil, um pensamento “nacional-autoritário brasileiro” que sob uma trajetória de implementações políticas que, embora se reconfigurem ao longo da história, se dão sob a mesma aliança. Partindo da necessidade de um Estado autoritário organizador para o desenvolvimento econômico como solução para a dependência ou de crises econômicas do Brasil. Sobre isso, o autor afirma: “isso explicaria porque nos anos 1930 os teóricos autoritários se apropriam do modelo corporativo fascista para industrializar o país, mas também ajuda a entender porque nos anos 1960 uma das vertentes mais importantes do autoritarismo procura compatibilizar ditadura autoritária, totalitarismo e neoliberalismo” (2018, p. 101-102).

trabalhadores escravos em regime de coerção legal (BOSI, 1992, p. 199-200 *apud* GENTILE, 2018, p.98).

E, atualmente, o neoliberalismo aliado as políticas de autoritarismo:

os movimentos neoliberais brasileiros estão entre os principais defensores da globalização, implementada por meio de uma agenda de políticas transnacionais, portanto não compartilham o programa racista e homofóbico do movimento de Bolsonaro, porém consideram útil para desviar as críticas dos interesses que representam (GENTILE, 2018, p. 95).

É chegado finalmente ao redesenho da direita, fenômeno que denomina a “Nova Direita”, que atinge não só o cenário nacional e, por isso, se estrutura sob particularidades geográficas diferenciadas diante uma mesma ofensiva: a crise global do capitalismo e o esgotamento de suas instituições que levaram ao levante popular em diferentes lugares do mundo. Por isso, denota-se sobre ela, um fenômeno que já se encontrava em curso e não nascido, especificamente, neste momento.

No Brasil, o ciclo de protestos da Jornadas de Junho (2013) e dos pedidos de *impeachment* da presidenta Dilma (2015/2016), “mostrou a consolidação de uma “nova direita” tanto sob o perfil ideológico quanto sob o perfil organizativo” (GENTILE, 2018, p. 95), formando um “complexo estrutural e tradicionalmente assentado de formas sociais na formação social brasileira” (MASCARO, 2018, p. 18), “cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo” (GENTILE, 2018, p. 96). Diante disso, a categoria direita “plural” (CALDIRON, 2001 *apud* GENTILE, 2018, p. 96) é apontada por Gentile como meio de entendimento quanto a multiplicidade de fatores e aglutinações que envolvem o fenômeno da “nova direita” e são capazes de levar ao entendimento de sua afirmação sob as massas populares – característica inovadora em comparação as antigas formas políticas desse segmento-, assim como, compreender o mundo atual nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

A coadunação do neoconservadorismo ao neoliberalismo nesse momento é marcado por posturas autoritárias e antidemocráticas- apontadas como o cerne da virada hegemônica (SOLANO, 2018) – onde, dentre as especificidades tidas como mais relevantes, constam: o

libertarianismo¹⁵; o fundamentalismo religioso¹⁶; a reciclagem do antigo comunismo¹⁷; o ataque ao Estado como garantidor de direitos; a obsessão por questões culturais e o medo como instrumento de controle (CARAPANÃ, 2018; MIGUEL, 2018; SOLANO, 2018).

Luís Felipe Miguel (2018), aponta que tais fundamentos trazem, no Brasil, o rompimento com o discurso político de defesa sobre direitos civis e humanos, que se estendia desde a Constituição de 1988, abrindo espaço para a ascensão de outros ideais que precisariam ser combatidos – pela visão da direita - com maior urgência, os quais ressalta: a ideia de uma racionalidade superior que advém da contraposição ao Partido dos Trabalhadores (PT); o esvaziamento da universalidade dos Direitos Humanos vistos como direitos de “proteção de bandidos”; críticas aos programas sociais, principalmente os que obtiveram mais sucesso no governo do PT como o Programa Bolsa Família, entendidos como estimuladores à preguiça e à acomodação.

A afirmação dos ideais, que necessitam de aprovação e disseminação social, são estabelecidos, de acordo com Edson Teles (2018), pela cooptação da subjetividade coletiva que, por meio do medo e da insegurança advindos das vulnerabilidades sociais que se acirram nos períodos em que o capitalismo entra em crise, implantam elementos de dominação e tendem, por consequência, a reforçar o racismo, o patriarcalismo e a diferença de classe.

O implemento da manutenção da ordem, para além do subjetivo, também se dá por estruturas concernentes ao sistema capitalista. É neste aspecto que atuam o Estado – como instrumento de manutenção de hegemonia de classe, já abordado anteriormente – e o Sistema de Justiça que, sob a mesma lógica, se configura como mais um aparato à reprodução de valores

¹⁵ Luís Felipe Miguel (2018) classifica o libertarianismo como uma ideologia que considera válida qualquer situação nascida de mecanismos do mercado, por isso, ao defender o Estado mínimo, configura-se como ultraliberal. É marcado pelo conceito da liberdade em contraposição à igualdade, pela defesa de que uma impede a livre evolução da outra. Por isso, o autor ressalta para o choque do libertarianismo com tradições filosóficas que preguem o contrário da dicotomia liberdade-igualdade, vistas como ameaça para o seu avanço ideológico. A defesa das estruturas que operam controle sobre os corpos, portanto, são fortalecidas, como a religião e a família, ao passo que temas como o consumo de drogas, liberdade sexual e direitos reprodutivos são silenciados.

¹⁶ De acordo com o mesmo autor, o fundamentalismo religioso “se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (*id, ibid*, p. 21). Serve de aparato a ideia supracitada do libertarianismo e conflui para a presença de líderes religiosos como parlamentares.

¹⁷ Miguel (*ibid*) aponta para a reciclagem do antigo anticomunismo proveniente do período ditatorial quando era visto como o “inimigo interno” e que diante a ideia da “proteção nacional” deveria ser combatido. Reformulado atualmente, tem no “bolivarianismo” venezuelano o modelo de projeto político como alvo inimigo e ascende a figura do PT como representante à brasileira, implantando o antipetismo. O autor aponta que essas três características – o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo- relacionam-se entre si e conformam para a derrubada de filosofias que se colocam em contraposição aos seus ideais, ao que ele ressalta para o “marxismo cultural” em debate atualmente que, na figura de Antonio Gramsci, emerge o anticomunismo reconfigurado sob a defesa da manutenção da ordem moral.

e práticas reacionárias que pode migrar à imposição, mesmo que publicamente se coloque neutro as posições políticas (CASARA, 2018). Sobre isso, o autor atenta que:

Não se pode, pois, pensar a atuação dos juízes e demais atores jurídicos desassociada da tradição em que estão inseridos. Há uma relação histórica e ideológica entre o processo de formação da sociedade brasileira e as práticas observadas. Pode-se apresentar que, em razão de uma tradição marcada pelo colonialismo e a escravidão, na qual o saber jurídico e os cargos no Poder Judiciário eram utilizados para que os rebentos de classe dominante pudessem se impor perante a sociedade, sem que existisse qualquer forma de controle democrático dessa casta, gerou um sistema de justiça marcado por uma ideologia patriarcal e patrimonialista, constituída por valores que se caracterizam por definir lugares sociais e de poder, nos quais à exclusão do outro e a confusão e a confusão entre o público e o privado somam-se o gosto pela ordem (CASARA, 2018, p. 74-75)

Portanto, para que se afirme diante a sociedade tal ideologia, o autor (idem) aponta para a atuação da mídia usada como via de afirmação e convencimento social fundamental à instauração ideológica pretendida. Neste ponto, ainda reforça a figura recorrente do “bom juiz” que, ao assumir a figura de herói, carrega consigo os modos eficientes de uma ideia sobre Estado e mercado, ainda que isso signifique a violação de direitos ou benefícios de uma parcela minoritária da população. A essa prática, que nomeia de “populismo judiciário”, ocorre a caminhada na contramão do que cabe ao Poder Judiciário que é de “impor limite ao arbítrio e não agir como fator antidemocrático” (CASARA, 2018 p. 77).

Elucidado o conjunto de ideais e como se articulam e são inseridos no cotidiano e no subjetivo social, o período tido como de reemergência da direita brasileira que tem em seu ápice o eixo entre 2013 e 2015, quando é possível notar como ela se deu com mais clareza diante a articulação de estratégias mencionadas anteriormente, as quais se modificam e adequam as particularidades de cada momento e o perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos nas grandes manifestações que se alastraram pelo país nesses anos referidos.

Diante disso, Miguel (2018) ressalta para o fato de que “a direita nunca esteve ausente na política brasileira”, mas que, neste período, diante a junção da percepção do governo petista como uma ameaça à classe dominante devido a mudanças sociais que vinham acontecendo no país e dos protestos que eclodiram, é notável “a visibilidade e a relevância crescentes de grupos que assumem sem rodeios um discurso conservador ou reacionário” (MIGUEL, 2018, p.17).

De acordo com Casimiro (2018, p. 41, a particularidade que cabe a esse período trata-se de “um processo de reorganização das classes dominantes, que tem suas raízes em meados de 1980 e tem como uma de suas manifestações, entre outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica”). Segundo o autor, para que se compreenda em totalidade

o fenômeno político que se acirrou na última década, é necessário tomá-lo também como resultado consequente de uma organização política que já vinha sendo construída nas últimas décadas do século passado.

Tendo início em um cenário de ebulição social que lutava pela redemocratização¹⁸, Casimiro (2018) explica como os ideais liberais se organizavam em instituições de disseminação do seu próprio ideal político e ideológico – liberal e conservador-, que foram fundadas com esse intuito e que se encontram em atuação até os dias atuais em diferentes frentes para melhor alcance político¹⁹ e ressalta que no decorrer do tempo, alcançando os dias atuais, “apesar de expressar contradições e conflitos inter-burgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação de capital” e conclui que “a partir dos anos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo, com uma forte pauta moralista” (CASIMIRO, 2018, p.45) “sob a justificativa da liberdade de expressão” (CARAPANÃ, 2018, p.35) e, que, para justificá-la, toma o Estado como figura a ser desmantelada pela via de que este “concederia direitos demais – ou mesmo quaisquer direitos as pessoas ou grupos “errados”. Se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos” (*id*, *ibid*, p.36).

¹⁸ É notável as mutações das táticas nos campos da direita nos diferentes períodos em implementar os seus ideais ideológicos e políticos quando comparamos a sua reorganização nos períodos da ditadura, em que a redemocratização era priori, e a sua reemergência na segunda década do século XXI com táticas de desdemocratização radical e conservadora.

¹⁹ Casimiro elenca as principais instituições de organização da direita em atuação desde a década de 1980, sobre as quais cita: o Instituto Liberal (IL, fundado em 1983); o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), que criado em 1984, organiza desde 1988 o Fórum da Liberdade que realizou a 33ª edição em 2020, com participação de figuras como Pedro Bial e Jorge Paulo Lemann, em uma reunião organizacional midiática, educacional e empresarial. Pelo Fórum da Liberdade foram lançados, em 2006, o Instituto Millenium (IMIL); em 2010, o Instituto Mises Brasil (IMB) e, em 2012, o Estudantes Pela Liberdade (EPL), incluindo a juventude estudante, a organização é, atualmente, o principal movimento social que atua em conjunto com o Movimento Brasil Livre (MBL), fundado durante as Jornadas de 2013. No plano econômico, durante década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social definiam diretrizes e agiam em articulação a nova onda das chamadas Organizações não Governamentais (ONGS), que tinham o intuito de transferir as responsabilidades do Estado para a população civil. No eixo Rio-São Paulo, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e o Instituto Atlântico (IA) operavam em pesquisas de apoio às políticas de reforma neoliberais. Em articulação com a grande burguesia essas instituições se aliaram a organizações como o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Grupo de Líderes Empresariais (Lide), numa espécie de aliança político ideológica burguesa com a proposta de gestão “modernizadora” que atende aos interesses da própria burguesia. O autor ainda aponta o Lide, que tendo como principal figura João Dória Junior (PSDB), viria a vencer as eleições para a prefeitura de São Paulo, em 2016, substituindo Fernando Haddad (PT) e que também é contemplado com membros presentes em quatro ministérios indicados pela Casa Civil (CASIMIRO, 2018, p.42-43).

Tomando a conjuntura que se estendeu ao século XXI, após anos de avanço do neoliberalismo e com a chegada de um governo tido de esquerda, a estrutura social era marcada pela queda do sindicalismo, pela precarização do trabalho e do avanço do desemprego em que os ideais de meritocracia e de empreendedorismo tomaram espaço significativo no imaginário coletivo e contribuíram para a quebra da solidariedade de classe que parecia ter sido fortalecida nos anos de luta pela democratização do país e pelo implemento da Constituição em 1988.

Para Miguel (2018, p.23), na conjuntura atual, ao contrário do que vinha sendo construído até então, “o trabalhador precarizado, despido de vínculo empregatício é instado a ver em si mesmo um capitalista em formação”. O autor aponta para uma “busca da distinção social”, responsável por criar uma ideia de hierarquia social fomentada pelo consumo. E sobre isso afirma:

A opção preferencial dos governos petistas pela inclusão por meio do acesso ao consumo, isto é, como mobilidade social individual, certamente contribuiu para permitir a penetração desta visão de mundo. O discurso renovado da meritocracia veio a calhar sobretudo para as classes médias, que se viam às voltas com seu eterno receio de perder a diferença em relação aos mais pobres. Trata-se de algo que é mais profundo do que o chavão usado por alguns setores da esquerda, de que a classe média está chateada com os “aerportos lotados de pobres”. Esse sentimento decerto existe e não é necessariamente irrelevante (...). Mas os efeitos simbólicos e materiais da redução das distâncias sociais não se esgotam nisso. A busca da distinção social é um componente central da dinâmica das sociedades contemporâneas, e o acesso ao consumo é uma das principais formas pelas quais essa distinção se manifesta. O “efeito simbólico” é um efeito sobre a percepção da própria posição na hierarquia social e, portanto, do sucesso ou fracasso como indivíduo. (MIGUEL, 2018, p.23-24)

Pochmann (2014) define como classe média um conjunto do estrato da classe trabalhadora que se modifica adjunta as reestruturações capitalistas, processo ao qual denomina “mobilidade social”²⁰. Ao afirmar a classe média como um conceito “incerto” e de “significados

²⁰ Sobre as fases do capitalismo que interferem sobre a mobilidade social que tende à criação de estratos internos sobre as classes, Pochmann (2014, p.28) classifica o período histórico em quatro fases de reestruturação do capital: 1. Capitalismo da livre concorrência: compreende o séc. XVIII, período da Primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra que colocava fim na estrutura feudal já em decomposição. Nesse período, a classe média era a própria burguesia que ascendia pelos comerciantes e industriais; 2. Capitalismo oligopolista: na segunda metade do séc. XIX, quando a Segunda Revolução Industrial se expandia para outros países como Itália, Japão e Rússia, na configuração da classe trabalhadora, o avanço das indústrias pelo modelo fordista emergia novos cargos mais elevados que aqueles do chão da fábrica, diferenciando em estratos sociais a classe proletária, ao passo que, instaurava-se o Estado de bem-estar social; 3. Capitalismo pós-industrial: esse período que compreende a reconstrução europeia a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo já se encontra amadurecido e se reconfigurava para o toyotismo nos países centrais, por outro lado, os países periféricos se integrava tardiamente ao mundo capitalista diante estímulo externo à economia. Nesse período, o setor de serviços começa a sua emergência e influencia no redesenho da classe média do momento, que assume tais postos de trabalho e tem maior acesso ao que é oferecido. As mudanças internas na classe trabalhadora continuam em desenvolvimento diante a revolução informacional que se desenvolvia e trazia consequências

distintos” que sofre alterações ao longo do tempo e em diferentes espaços geográficos, o autor atenta que suas emergências e modificações “podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos, ou melhor, como produtos de um conjunto de estruturas relacionadas com as esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas” (2014, p. 20). Por esse motivo, para entendimento mais específico sobre como se conformam os estratos sociais²¹ em cada região é necessário que se compreenda o desenvolvimento sócio histórico desta.

Dessa maneira, Pochmann (2014) explica que no Brasil a conformação da classe média tem início no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, na década de 1950, e assume ponto alto na ditadura, quando os direitos trabalhistas e as condições de trabalho com melhores salários contemplavam recortes da classe trabalhadora que naquele momento eram mais rentáveis ao período de desenvolvimento capitalista. A esta classe média, como consequência, abria-se caminhos para melhor formação educacional e acesso ao consumo de bens duráveis e não duráveis. Visto isso, o autor afirma que a aceitação da classe média tida como um fenômeno natural e meritocrático destarte a visão crítica sobre a realidade “estimula a desigualdade social, promove a sociedade de serviços, isto é, a terceirização e precarização do trabalho, e altera a estrutura da sociedade brasileira com a aposta no consumo e na ideologia liberal da mobilidade social” (POCHMANN, 2014, p. 10).

Tal ideia se confirma, quando levada em consideração a outra parte da classe trabalhadora, que restrita ao campo educacional e a competitividade do trabalho, sobrou a composição de “um verdadeiro exército de serviçais voltado à realização de qualquer atividade de sobrevivência, sobretudo em serviço à nova classe média assalariada em ascensão” (*id, ibid*, p.42). Por esse motivo, partindo do pressuposto de que a ideologia da classe média seja pautada

para o sindicalismo e ao estado de bem-estar social; 4. Capitalismo monopolista transnacional: segundo Pochmann “quanto mais acelerada for a dinâmica econômica, maior tende a ser a força das mudanças sociais cujo peso da ocupação e renda ganha destaque” (2014, p.27) e diante disso, a divisão internacional do trabalho sofre significativas modificações. A consequência disso é a mudança da produção manufatureira dos países do norte para o sul. Visto que somente nos países centrais, onde a produção industrial tinha se dado em larga escala até então, é que a classe média se conformou com um contingente denso, sem propriedade e assalariada, novas consequências advindas dessas mudanças atingiriam a estrutura social e conformaria em uma “nova divisão geográfica da classe média no mundo”.

²¹ É importante esclarecer que o conjunto da classe média não se configura como uma nova classe, visto que, como dito anteriormente, segundo a via marxiana, estas são definidas em duas: uma que é detentora dos meios de produção e outra que vende sua força de trabalho para sobrevivência. Por isso, Pochmann (2014) aborda a classe média como uma espécie de mito, uma vez que ela não se configure como uma classe destarte à classe trabalhadora, tampouco está em curso de se tornar burguesa. Mas sim, como um grupo que por meio de benefícios em determinados períodos do capitalismo teve maior acesso a bens, principalmente duráveis, e que pelo fator consumo, é maior beneficiada diante as camadas mais empobrecidas de trabalhadores, A classe média não é detentora dos meios de produção, assim como, não é livre da venda da sua força de trabalho ao capital e, por esse motivo, encontra-se condicionada à precarização e ao declínio.

sobre privilégios e acesso de bens materiais e imateriais, o autor aponta para a problemática que isso acarreta socialmente, uma vez que a sua imposição se dê diante interesses políticos e econômicos instáveis e, por isso, não duráveis. Fato que não garante que o mesmo estrato da classe trabalhadora se mantenha em continuidade tranquila nos moldes do que se entende por se configurar como “classe média”.

Por isso, não era inesperado que ela sofresse encolhimento com as novas políticas neoliberais que se estabeleceram após a ditadura na década de 1990, quando trouxe consigo as flexibilizações nas relações de trabalho, gerando desemprego e instabilidade econômica, principalmente a esse estrato que compunha esses espaços de trabalho formal.

Mesmo quando as medidas do governo do PT, nas primeiras décadas já deste século, se voltam ao estímulo econômico pela via do social desenvolvimentismo, abrindo espaços para o acesso ao consumo de bens duráveis e de serviços e ao crédito bancário para as populações que antes eram restritas a isso, para o antigo estrato da classe média que vinha das últimas décadas do século passado, isso não configura uma novidade (POCHMANN, 2018).

Segundo Pochmann (2014, p.9) “o acesso ao consumo de bens duráveis e serviços por aqueles até há pouco deles excluídos conduziu à afirmação do surgimento de uma nova classe média brasileira”. As autoras Machado e Scalco (2018, p. 55) denotam que, para além do campo material, “a emergência econômica se caracterizava por um processo subjetivo profundo em que a histórica invisibilidade e humildade dos “subalternos” se transmutava em orgulho e autoestima, tanto no nível individual como de classe”.

Porém, uma vez a realidade sendo contínua, da mesma forma que a antiga classe média sofreu estagnação, a esta que ascendia desde o início do século não seria diferente diante as modificações sociais e políticas que viriam a suceder a realidade brasileira em consonância à crise global do capitalismo.

Nas palavras de Mascaro (2018, p. 9)., “mais uma vez, tudo o que parecia sólido se desmancha”. Para o autor há um movimento histórico que deriva de governos característicos pelas suas insuficiências e até mesmo contradições quanto a superação das formas do Estado e do direito colocados em via mercadológica coadunado ao capitalismo que, no Brasil, se agudiza pela condição de subordinação e dependência ao imperialismo estadunidense. Sobre isso, ele ressalta:

Revela-se a fraqueza de estratégias que, quase sempre, resvalam para posicionamentos políticos típicos: manejo de enfrentamentos apenas parciais dentro do Estado, sem maiores sublevações sociais, com posterior solução golpista que cambia a testa do poder executivo, em atenção a frações dos capitais nacional e internacional mais aderentes à acumulação internacional e

aos setores sociais médios e altos sob a ideologia conservadora e regressista (MASCARO, 2018, p.16)

É nessa linha histórica de modificações e redesenhos que a direita se configura e ascende à sua reemergência, abordada anteriormente, em acordo com as formas sociais de então. Sobre isso, Ribeiro (2018, p.86) descreve como, no surgimento do “antipetismo” em 2013, é possível notar como se deu a tática de afastamento “da esquerda (de) grande parte daqueles que foram às ruas pela primeira vez e aproximando-os da direita”. Os grupos que se enquadram nisso, ainda de acordo com o mesmo autor, contraditoriamente, são de manifestantes que se colocavam nos protestos a favor de serviços públicos e gratuitos e, por isso, não devem ser vistos como integrantes da direita tradicional²², mas que diante um conglomerado de fatores econômicos e sociais que se somaram a uma crise de representatividade política e esgotamento das formas democráticas, foram movidos por novos – ainda que rasos – discursos que soaram como uma aparente saída. Para Camila Rocha

Fatores devem ser levados em consideração e dizem respeito à percepção de ameaças e oportunidades por parte da militância, a consolidação de laços e identidades comuns, mobilização de afetos e redes sociais, sendo que, em determinadas circunstâncias, tais fatores foram mais importantes do que a posse de recursos abundantes (ROCHA, 2018, p.52).

Os anos petistas acenderam a esperança das camadas sociais que viam a mobilidade social atingir as suas realidades, mas encontraram limite nas contradições que foram se mostrando ao longo dos anos de governabilidade. Se, de início pareciam ser o modelo à esquerda quando comparado as velhas formas de governos neoliberais de direita, em seu desenvolvimento, as formas de governar do partido não foram capazes de atingir o perfil de governos socialistas, pela sua própria “renúncia a politizar e mobilizar as massas e sua baixa capacidade de contraposição aos poderes econômicos e políticos”, “ao trocar o combate pela administração do combatido” (MASCARO, 2018, p. 17-18).

Logo, o cenário de crise política que se imbricou à crise econômica e social, traz à luz o desenrolar de uma série de acontecimentos que mesmo em suas particularidades não se configurariam como uma novidade sócio histórica sem relação com o passado:

Os ensaios de reforma, mesmo que modestos e ainda que no início possam dispor de apoio de setores da burguesia, coisas que de fato aconteceram ao longo dos governos do PT, acabam, em pouco tempo, despertando as forças mais conservadoras da sociedade e provocando crises políticas de tipos

²² A pesquisa realizada por Ortellado e Solano (2016) intitulada por “Nova direita nas ruas?” aponta para o mesmo resultado contraditório sobre a percepção dos manifestantes quanto aos serviços públicos de qualidade e universais.

variados. Em 1954, a reação não logrou, a despeito de algumas tentativas, eliminar a democracia; em 1964, a reação provocou a crise e a resolveu, contra os interesses populares e contra a democracia, com a implantação da ditadura militar. Hoje, a luta ainda está em curso. Implantou-se um governo neoliberal extremado, que era o objetivo do golpe parlamentar, mas a democracia, agora restringida e ameaçada, ainda se mantém. Tal dinâmica poderá parecer natural aos olhos de muitos. Porém, ela é muito diferente do que ocorreu nos países europeus no pós-guerra. Lá, governos social-democratas ou mesmo governos conservadores, sob a pressão do movimento operário socialista e comunista, implantaram o Estado de bem-estar social sem que a burguesia e seus aliados rompessem com o jogo democrático. O capitalismo dependente tem uma história muito diferente daquela que se verifica no capitalismo central. (BOITO Jr, Armando, 2018 *apud* MASCARO, 2018, p. 27-28)

Conforme explicitado no site do editorial da Boitempo (2019), chegado ao período dos protestos de 2015, se afirmava o Partido dos Trabalhadores (PT) como figura central e até mesmo responsável pela crise econômica e social brasileira – sem levar em consideração o caráter global dela²³. Diante disso, o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) foi reivindicado neste cenário de nova emergência social, com a diferença quanto ao perfil dos manifestantes que, agora é formado majoritariamente pela classe média brasileira, de renda e idades mais avançadas. Nesta direção, Miguel (2018, p.25) ressalta como foi formado “um nexo importante entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe”²⁴ sobre uma sobreposição intelectual que coloca à sombra interesses econômicos. De acordo com ele

É comum se exigir do eleitorado pobre um altruísmo que não se espera dos ricos. Quando um empresário define seu voto de acordo com a expectativa de vantagens fiscais, é um modelo de eleitor racional. O eleitor pobre que espera políticas compensatórias ou mesmo que vende seu voto é desprovido de espírito cívico. (MIGUEL 2017 *apud* MIGUEL, 2018, p. 25)

Essa afirmação pode ser melhor entendida pelo que Pochmann (2014) apresenta sobre a classe média ao vê-la como uma espécie de “mito”, porque é um estrato da classe trabalhadora que por aproveitamentos dos ciclos reprodutivos do capitalismo alcançou melhores acessos de bens e consumos – inclusive daqueles que perdem o caráter de direitos e, pela via mercadológica, transformam-se em mercadorias, como a saúde, a educação, a moradia, entre

²³ Essa afirmação é apresentada pela economista Laura Carvalho no Seminário “Democracia em Colapso?” organizado pela editora Boitempo em 15 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo e encontra-se disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=D8HajXn6Zbs> >. Acesso em: 13 jul. 2020.

²⁴ A pesquisa realizada por Esther Solano, Pablo Ortellado e Marcio Moretto (2017) com manifestantes que compuseram as manifestações no calor dos acontecimentos, confirma a peculiaridade do grupo – de idade mais avançada e de melhor condição de renda - que reivindicava o antipetismo e o colocava como central as problemáticas econômicas e sociais do país, em dissonância ao grupo de mais jovens e de menor renda que, embora vissem no PT um partido que viabilizou meios para melhores condições de vida dos brasileiros mais pobres, não descartavam a crítica quanto as acusações de corrupção.

outros. O resultado disso é que, numa sociedade de tradição autoritária que carrega em si resquícios do passado, a divisão social não é vista por meio da noção de privilégios seletivos, mas passa a ser naturalidade porque flui dentro de uma ideia de liberdade não de acessos, mas de possibilidades de pagar por eles. Sobre isso já existe uma problemática que se faz inversa as premissas da democracia radicalizada pela defesa da equidade social.

Há nisso uma difusão sobre a ideia de justiça social pela via de acesso a serviços públicos universais e de qualidade porque nessa reconfiguração dos direitos sociais que passam a ser vistos como mercadoria, o acesso se torna restrito apenas aqueles que podem arcar financeiramente para com eles, reafirmando a noção da distinção social pelo acesso a bens e consumos – sem distinção daqueles de uso para estes, necessários à vida humana.

Por fim, um fator crucial à afirmação da nova direita no campo político, o acirramento da militarização nos campos da vida e da política que também se destacam no mesmo período – de 2013 a 2015²⁵-, na medida em que se instaura “por meio da lógica, própria ao período da ditadura militar, da produção do inimigo interno às relações sociais, o qual é caracterizado como ameaça à ordem e à paz” (TELES, 2018, p.66). Isto se dá pela construção de uma sociedade controladora e punitivista que se desenvolve no período pós ditadura associada às políticas neoliberais que trazem consigo a ideologia de criminalização da pobreza, de grupos identitários, dos movimentos sociais, entre outros, fomentando o sentimento de insegurança social (BRISOLA, 2012).

Bugarelli (2018) aponta este cenário que se configura ao longo da segunda década do século XXI, como o momento em que Jair Messias Bolsonaro começa a ganhar destaque na cena política com o reforço da mídia e pelo uso das redes sociais. Segundo o autor

Parte importante da projeção midiática e da plataforma política do deputado Jair Messias Bolsonaro (PSC-RJ), por exemplo, pode ser avaliada neste sentido. Militar de reserva e deputado federal pelo sexto mandato consecutivo, Bolsonaro se popularizou nacionalmente por posições nacionalistas, militaristas e conservadoras. Suas críticas ao comunismo e à esquerda, sua defesa da ditadura militar e de práticas de tortura e sua oposição declaradas aos movimentos negro, feminista e LGBTI passaram a repercutir amplamente nas mídias sociais e na imprensa. (BUGARELLI, 2018, p. 100)

²⁵ É notável a diferença sobre como se deu a ação policial nos protestos de 2013 e 2015, após conhecimento de pesquisas realizadas no momento em que elas se deram e que foram mencionadas anteriormente, em que enquanto os manifestantes que compunham as Jornadas de 2013 se colocaram contra a violência militar que os atingiu logo nos primeiros protestos, em 2015, a classe média nos protestos pelo impeachment solicitava justamente o contrário, uma vez que requeriam a ação da polícia na vida cotidiana em defesa da ordem e da sua própria segurança, anulando a ação já violenta da polícia sobre as periferias.

Diante disso, o então deputado federal intensifica seu posicionamento via internet por meio de redes sociais²⁶, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, aproveitando-se delas como principal meio de engajamento político, principalmente, entre os mais jovens²⁷, formando dessa maneira, uma organização de várias frentes que se voltam a dar respostas, ainda que duvidosas e contraditórias à população descontente com a política e com a economia, atingindo diferentes estratos sociais e espaços, mas, ainda insuficiente e pouco preocupado em promover a politização volta à autonomia crítico-reflexiva dos sujeitos.

De acordo com isso, a pesquisa intitulada como “Nova direita nas ruas?” mais focada nas manifestações de 2015, ressalta para a importância da busca de compreensões que avancem a superfície política dicotômica instaurada que, diante a criação de um inimigo – como ficou estabelecido na figura do PT-, inibe o avanço do debate político para outros campos contribuindo para o esvaziamento deste²⁸. Segundo os autores:

²⁶ O perfil pessoal de Jair Messias Bolsonaro no Instagram conta, atualmente, com 17,1 milhões de seguidores. Não constam no perfil publicações referentes às manifestações de junho de 2013, no mesmo mês Bolsonaro postou uma foto participando de outra manifestação em apoio à liberdade de expressão e à família. Já em 2015, nos meses de março e abril, há fotos nas manifestações contra o governo petista nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira publicação de Bolsonaro foi no dia 11 de março de 2013 por meio de uma foto onde constam ele e seus três filhos seguida da legenda “família Bolsonaro”, a imagem não inclui a esposa e a filha. Informações através do link: <<https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/>>. Acesso em: 08 jul 2020.

²⁷ A *Pew Research*, um centro de pesquisa estadunidense de opinião pública e análise demográfica localizada em Washington, realizou em março de 2015 um levantamento sobre o perfil de usuários da internet e as finalidades do uso desta em 32 países emergentes em desenvolvimento. Com relação ao Brasil, a pesquisa mostra que dos brasileiros que possuem acesso à internet, 82% fazem uso das redes sociais, possuem idade entre 18 e 35 anos e, destes, 54% buscam por notícias políticas. Ademais isso, a pesquisa realizada por Esther Solano, Pablo Ortellado e Marcio Moretto (2017) traz esclarecimentos resultados de uma análise quanto a páginas do Facebook que realizavam, naquele momento, as organizações políticas e disseminavam informações sobre ela, quanto a isso, elucidam como principais observações que: “o tipo de análise estrutural das páginas do Facebook usado parece adequado para a identificação de comunidade de usuários, que se informam pelas mesmas páginas. A disputa em torno do papel histórico do PT organizou o campo de disputa do discurso político no Facebook, polarizando os usuários entre antipetistas e anti-antipetistas. Essa dinâmica birrelacional pode ser analisada de maneira mais fina, indicando a forma como cada polo se organiza internamente e indica a complexidade dos grupos que ficaram subordinados à disputa em torno do PT. De um lado, as páginas, que puxaram os atos pelo impeachment, organizam o campo em torno dessas três comunidades mobilizadas: grupos liberais, grupos conservadores e políticos tradicionais, que eram oposição. Do outro lado, as páginas associadas ao PT organizam o campo impondo seu discurso sobre os grupos identitários, novos movimentos sociais e ambientalistas, ou seja, mesmo os grupos, que se identificam como sendo à esquerda do PT e que não compartilham um discurso petista, agrupam-se na polarização contra os grupos antipetistas. Nas páginas políticas do Facebook, o PT é um grande organizador do debate e o centro da polarização” ao que concluem: “o Facebook é uma importante ferramenta de informação política. As páginas políticas do Facebook estão altamente polarizadas. O PT é o centro desta polarização virtual, é o organizador do debate político na rede social. Os usuários de páginas políticas dividem-se numa relação de oposição entre os antipetistas e os que rejeitam este sentimento de antipetismo (defensores do PT e críticos do partido, mas com posições de esquerda)” (id, *ibid*, p. 12).

²⁸ A pesquisa referida usou como instrumento a aplicação de questionários com manifestantes que compuseram os protestos de 2015 pró impeachment na cidade de São Paulo nos dias 12 de abril e 16 de agosto. E diante disso apontam para duas hipóteses que se comprovaram: “1) que o descontentamento e desconfiança dos manifestantes não se restringem ao Partido dos Trabalhadores, mas se estendem ao sistema político como um todo; 2) embora os grupos que convocam as manifestações tenham uma orientação ideológica liberal e

Num momento em que o país vive uma polarização aguda (...) evidências que desconstroem essa dialética da política inimiga, sugerem que devemos ir além da simplificação e caricaturização dos processos sociais. O debate político atual tem se dado em termos muito superficiais, estruturado em torno da dicotomia petismo/ antipetismo como se o espectro ideológico pudesse se reduzir a este binarismo e como se esses conceitos fossem unívocos e monolíticos. Qualquer manifestação política que surja fora dessa dinâmica é rapidamente recuperada ou atribuída a um dos polos, esvaziando o debate político de matizes e posições independentes. (ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 170-171).

Em meio a esse conjunto de transformações no cenário político brasileiro, outra pesquisa – realizada pelos mesmos autores - intitulada como “2016: o ano da polarização? ”, abrange outras pesquisas realizadas nas Jornadas de 2013, nas manifestações de 2015 e 2016 pró e contra o *impeachment* e com sujeitos de dez macrorregiões da cidade de São Paulo. Quanto a esta, ressalta que, ainda que fosse pauta emergente o esgotamento do PT, outros partidos políticos também não eram apontados pelos entrevistados como confiáveis pela e, dentre estes, constavam: o Partido dos Trabalhadores (PT); o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, agora Movimento Democrático Brasileiro – MDB); Rede Sustentabilidade (Rede); e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – os mais relevantes na cena política até então. Diante disso, concluem os autores: “será importante observar como vai evoluir este sentimento de negação da política tradicional e como vai refletir na perda de confiança na democracia para um grande espectro da sociedade brasileira” (ORTELLADO; SOLANO; MORETTO, 2017, p. 19).

Em uma conjuntura que chamava à reflexão de novas formas de política, Bugarelli aponta para Jair Bolsonaro e a sua postura sobre o incentivo à participação política “de maneira rebelde, contestatória e antissistêmica” (2018, p. 101). Uma característica vista ao extremo do que vinha sendo apresentado pelos setores da política e que, naquele momento, avançou sobre ela, mesmo que sob uma organização regressiva e reacionária apresentada como revolucionária²⁹.

privatizante, os manifestantes não compartilham esta visão, defendendo um Estado que forneça educação, saúde e transporte públicos” (ORTELLADO; SOLANO, 2016, p. 178).

²⁹ O filósofo Vladimir Safatle aponta que a necessidade emergente quanto ao extremismo na política, como maneira de se opor as velhas formas estruturais e institucionais de governabilidade e de controle social as quais a população não se via mais representada, foi apreendida pela direita enquanto os setores da esquerda não se reorganizavam diante a multiplicidade de fatores que emergiram na segunda década do século XXI. Sobre isso, ele ressalta para a problemática do reacionarismo à direita ter sido apresentado como uma solução revolucionária perante o esgotamento com as instituições representativas democráticas. A fala foi apresentada no Seminário “Democracia em Colapso?”, organizado pela editora Boitempo em 15 de outubro de 2019, na cidade de São Paulo e encontra-se disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=D8HaJXn6Zbs> >. Acesso em: 13 jul. 2020.

2.3 Crise do Capital:

nada mudou.

*o corpo sente dor, necessita comer, respirar e dormir,
tem a pele tenra e logo abaixo sangue,
tem uma boa reserva de unhas e dentes, ossos frágeis, juntas alongáveis.
nas torturas leva-se tudo isso em conta.*

nada mudou.

*treme o corpo como tremia antes de se fundar Roma e depois de fundada,
no século XX antes e depois de Cristo (...)*

só chegou mais gente,

*e às velhas culpas se juntaram novas, reais, impostas, momentâneas, inexistentes,
mas o grito com que o corpo responde a elas
foi, é e será o grito da inocência(...)*

nada mudou.

*deve-se arbitrar sobre a vida e a morte numa mesa redonda ou quadrada.
enquanto isso matavam-se os homens, morriam os animais, ardiam as casas,
ficavam ermos os campos, como em épocas passadas e menos políticas.*

(Wisława Szymborska)

Conforme Mészáros (2011), entender o modo de produção capitalista requer concebê-lo como um sistema que, por meio de um conjunto de estruturas voltadas ao seu interesse principal – acumular lucro em forma de capital –, é permitido seguir em desenvolvimento afirmando-se hegemonicamente sobre a economia global, ditando os modos de produzir e a divisão social do trabalho, conformado como um sistema altamente organizado que complexificou antigas formas de opressão e de produzir capital.

A luta de classes, por exemplo, marca relevante de inerência do sistema, não é inaugurada pela nova burguesia que ascende junto com o capitalismo; segundo Marx e Engels “a moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas” (2005, p.46), ou seja, os sistemas de repressão sempre existiram, apenas se modificaram de modo que se adequaram a novas formas de produzir. Outro exemplo, de acordo com Mészáros (2011), é o capital que também é outra categoria que já tinha um histórico que antecede o próprio sistema capitalista³⁰.

³⁰ Na introdução do livro *A crise estrutural do capital* de Mészáros (2011), Ricardo Antunes explica que para o autor “capital e capitalismo são fenômenos distintos. O sistema de capital, segundo o autor, antecede o capitalismo e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno. Assim como existia capital antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos o capital mercantil, o capital usurário etc.), as formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo após o capitalismo, por

De acordo com isso, para que se desenvolva a lógica do capitalismo, internamente ele se organiza sob uma espécie de *sistema sociometabólico* que se constitui sobre uma tríade instrumental pela qual se estrutura e se desenvolve de acordo com os seus interesses, sendo eles: o Estado, o trabalho assalariado e o capital. Mészáros (2011, p.11) explica que, atualmente, a funcionalidade desse sistema encontra-se no que Marx denominou como “mediações de segunda ordem” - quando o controle desse sistema é voltado somente ao interesse do capital, sobrepondo-se as questões humanas, vitais e sociais, sem maiores preocupações com a percepção de que “um modo de produção não fica restrito à atividade econômica, mas remete, na realidade, à totalidade da vida, à produção da existência (RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013, p. 718).

Marx e Engels (2005) constatam sobre a realidade instável que o sistema capitalista se instaura, porque afirmam que ele é, por si só, um sistema fagocitário que produz suas próprias crises e que propõe resoluções que se justificam pela necessidade de reestruturação do sistema para a retomada de lucro, independente de como isso irá atingir a vida do conjunto da classe majoritária, ou seja, a classe trabalhadora. Mészáros (2011) aponta que o sistema do capital nos moldes atuais de produção ilimitada e incontrolável o determinam como um sistema destrutivo que concilia avanço com destruição e progresso com desperdício.

Mesmo que seja, hoje, um sistema global que se internacionalizou ao longo da sua história por métodos de modernização e expansão, o capitalismo, de acordo com Felipe Demier (2007), não se deu por meio de processo linear e de maneira concomitante num sentido geográfico. Por isso, a necessidade do conhecimento sócio histórico e das suas particularidades não se fazem dispensáveis para o entendimento do desenvolvimento capitalista particular a cada país e/ou região.

Nessa direção, o autor se debruça sobre o conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*, desenvolvido por León Trotsky a partir de estudos sobre o desenvolvimento desigual realizado por Lênin³¹. O conceito tem por finalidade elucidar o caráter anacrônico do desenvolvimento capitalista entre os países desenvolvidos, como a Europa e o Estados Unidos,

meio da constituição daquilo que Mészáros denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, foram exemplos a URSS e demais países do Leste Europeu. Esses países capitalistas não conseguiram romper com o sistema de sociometabolismo do capital e a identificação conceitual entre capital e capitalismo fez com que, segundo o autor, todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século XX se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de sociometabolismo do capital (o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital) (ANTUNES, 2011 apud MÉSZÁROS, 2011, p.10).

³¹ León Trotsky e Lênin, para conhecimento breve, foram dois revolucionários russos do Partido Bolchevique que ficaram conhecidos por suas participações no processo da Revolução Russa que, em outubro de 1917, instaurou no país o regime comunista.

e os subdesenvolvidos – ou periféricos de capitalismo dependente³², localizados, em sua maioria, no sul global. Importa também explicar como se estabelece a combinação nestes últimos entre os fatores de modernidade – herdados dos países centrais – e os chamados arcaicos – produtos da particularidade sócio histórica respectivos de cada região/país.

A junção desses fenômenos, recaem sobre as particularidades que conformam as diferenças de cada processo de formação entre os países periféricos e os centrais. Tomando por consciência que o capitalismo quando já maduro dos países desenvolvidos não havia ainda tomado corpo nos países onde ele chega de modo “atrasado”. Sobre isso Florestan Fernandes declara:

Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas socioeconômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. (FERNANDES, 1995 *apud* DEMIER, 2007, p. 96).

Sobre isso, Demier apresenta a crítica de Caio Prado Jr. que explica sobre os problemas gerados por análises que desconsideram essa disfunção temporal e, por isso, não veem na formação capitalista brasileira a característica da subalternidade e, por isso afirma que “a crença em uma inevitabilidade de repetição das etapas históricas europeias em quaisquer lugares acabou por ocasionar interpretações errôneas acerca da realidade nacional” (1966 *apud* DEMIER, 2007, p. 93). O autor ainda afirma que, diferentemente do caso europeu, onde a revolução burguesa suprimiu o sistema feudalista, não havia no Brasil uma burguesia capaz de realizar transformações revolucionárias e/ou democráticas.

Demier (2007) elucida a burguesia brasileira como um produto de uma formação econômica dependente e subordinada ao imperialismo; herdeira de aspectos pré-capitalistas, como o colonialismo, o escravismo e o trabalho compulsório - características que refletem à sua própria formação fazendo dela uma classe dominante sobre as massas populares, reacionária e autocrática. Ao debruçar-se sobre o pensamento de Florestan Fernandes, o qual o autor explica que, analisou o desenvolvimento brasileiro como constituído de uma dialética contraditória, porque, segundo ele

sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas,

³² Demier (2007) coloca esse conceito desenvolvido pelo sociólogo Florestan Fernandes de “capitalismo dependente” dos países chamados periféricos como fator explicativo que interfere diretamente sobre as particularidades que conferem aos países desse grupo no âmbito do desenvolvimento capitalista destes.

fazem parte do cálculo capitalista. (FERNANDES,1968 *apud* DEMIER, 2007, p. 95)

Diante disso, Demier (2007, p. 96) explica que, o “arcaico”, nesse sentido, não seria contrário ao que se entende como “moderno”, mas sim seu complemento histórico e também socialmente necessário. Ele explica que para a vitalidade do sistema capitalista imperialista fazia-se necessário a utilização de formas “não-capitalistas” que seriam utilizadas de maneira conveniente às práticas de exploração implantadas nos países periféricos. É de acordo com essa afirmativa que o professor Silvio Almeida (2019) se utiliza do “racismo estrutural”, porque considera-o como um sistema estruturante da acumulação de lucro nos primórdios do capitalismo no Brasil, enquanto foi conveniente esse modo exploratório de produção, e que não obtém um fim quando é cessado o regime escravocrata – uma vez que não houve preocupação com a vida da população escravizada trazida forçosamente ao país. Esta era vista apenas como um instrumento de acumulação inicial de um capitalismo que ainda não se reproduzia pela extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados. Almeida (*idem*) demarca o racismo como um sistema que acompanha e se redesenha ao longo do desenvolvimento capitalista servindo como uma ferramenta de opressão que auxilia a acumulação de lucro e a exclusão de uma parcela considerável populacional – sendo esta a população negra.

É de acordo com isso que se faz cômico que as combinações – entre o moderno e o arcaico - não se conformaram sobre acasos, mas diante determinações que resultadas de processos históricos particulares, se interligaram de acordo com interesses do capital-imperialista. A compreensão referente ao desenvolvimento desigual e combinado permite que se observe sobre o desenrolar histórico, a dissociação evolutiva sobre a economia, a cultura e a política entre os países, não descartando as particularidades destes.

Entendido isso, é possível que se afirme que, não só o desenvolvimento capitalista, mas as crises que dele eclodem, também não se dão sob as mesmas condições em diferentes lugares.

As crises, no modo de produção capitalista, de acordo com Poulantzas (1977 *apud* MARTUSCELLI, 2016), caracterizam-se como um momento onde se condensam contradições, ressaltando sobre estas o esclarecimento sobre o que é emergência em períodos de crise e o que é inerente à própria reprodução social. Sobre isso, Almeida (2008, p.29) explica que “a crise do capitalismo não deve ser compreendida como violência social, insurgência popular, pobreza ou ilegalidade; tais fenômenos são inerentes ao capitalismo, mesmo em períodos de estabilidade”. Ou seja, mesmo que tais expressões sejam acirradas nos períodos de crise estrutural do capital,

estas são parte constituinte e consequente desse modo de produção, independente da fase que se encontre.

Pela via marxista de análise

no sentido mais geral, uma crise não se caracteriza como um fenômeno sempre presente, mas fundamentalmente como uma situação particular de acúmulo ou condensação de contradições que podem afetar um ou mais domínios sociais. Além disso, observamos que pode haver correspondência cronológica entre as diferentes formas de manifestação de uma crise, seja ela econômica, política ou ideológica (MARTUSCELLI, 2016, p. 25).

Afirmando o parecer final de Martuscelli, a crise estrutural pela qual o mundo perpassa atualmente demonstra o esgotamento de variadas estruturas capitalistas e formas de governabilidade que se fazem incapazes de suprimir à lógica do capital em favorecimento dos interesses sociais. Para o intelectual e professor Meszáros (2011), embora a atual crise tenha eclodido em 2008, ela apresenta sintomas anteriores a esse período. Para ele, os momentos históricos e tudo o que dele é resultado só é passível de inteligibilidade se se conhece o que dele é antecedente visto que todas as transições ou mudanças na sociabilidade não se dão – e nunca se deram, historicamente – como eventos pontuais no curso da humanidade, mas sim como processos que emergem diante as necessidades de mudança, sejam elas econômicas ou sociais, por intermédio de rebeliões das massas ou crises do sistema de produção. Por isso, segundo o autor

É sempre difícil estabelecer com precisão as grandes linhas de demarcação histórica e o início de uma nova fase histórica, porque as raízes das novas tendências fundamentais inevitavelmente remetem às profundezas de determinações passadas e porque leva muito tempo antes de elas se desdobrarem em todas as suas dimensões e se afirmarem inteiramente em todos os níveis da vida social (MÉSZÁROS, 2011, p.81).

Ele denota que os principais fundamentos que afirmaram o capitalismo como hegemônico e o inseriram num período de tranquilidade desenvolvimentista são produtos diretos da reestruturação que se deu no período pós-guerra e, contraditoriamente, são esses mesmos produtos que o trazem à crise estrutural atual. O autor explica que o período

foi preenchido pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, antes reprimidos ou latentes, em seus propósitos de autoexpansão, ampliando e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa. Enquanto tal processo de autoexpansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar. (MÉSZÁROS, 2011, p.84).

Para Mészáros (2011), o capital não demoraria a atingir os limites no seu próprio processo de expansão, devido a fatores como: a tensão entre a reestruturação voltada ao complexo militar-industrial e as exigências das relações de trabalho cada vez mais crescentes; a industrialização do terceiro mundo sob a lógica de mundialização do capital a fim de dar continuidade à acumulação de lucro em países de economia dependente e super explorados em produção e matéria-prima. Por isso, o autor considera que os indícios de uma nova crise – a mesma que se estende até os dias atuais- são vistos já no processo de reestruturação produtiva do capital do fim da década de 1960 e início de 1970, um período que, segundo ele, torna-se um marco de fatores antagônicos que engloba reestruturação, queda da taxa de lucro e rebeliões sociais.

É deixado no passado do capitalismo a era dos ciclos – marcada por intervalos de recessão e expansão - para inovar uma era de *crise estrutural* e, portanto, mais profunda que qualquer outra enfrentada até então, porque invadiria “não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZAROS, 2011, p. 17).

A crise financeira que eclodiu nos Estados Unidos, a qual produziu efeitos globais, dá continuidade à interferência estatal sob os comandos do interesse do capital diante a justificativa de salvamento do sistema, necessário à continuidade da dinâmica social, ainda que o derivado disso seja, na realidade, uma distorção da real lógica da produção capitalista que é, de fato, insuficiente para com o desenvolvimento econômico civil, cujo limite é exposto quando o acúmulo de lucro se torna insuficiente. Portanto, considera-se que

A atual crise financeira, orçamental e econômica é (...) o ponto alto, até o momento, da longa transformação neoliberal do capitalismo do pós-guerra. A inflação, o endividamento público e o endividamento privado constituíram, durante algum tempo, recursos de emergência que permitiram as políticas democráticas manter a aparência de um capitalismo de crescimento com progresso material igual para todos ou até com uma redistribuição progressiva de oportunidades de mercado e de vida do topo para a base. Esses recursos esgotaram-se todos, um após o outro, e tiveram de ser substituídos por outros recursos de emergência, quando, passada cerca de uma década de utilização extensiva de cada um deles, os beneficiários e gestores do capital começaram a considerá-los caros. (STREECK 2018, *apud* MASCARO, 2018, p. 25)

Também é um marco do momento presente a necessidade do afinco da hegemonia estadunidense na economia mundial, onde o imperialismo dos Estados Unidos interpela nas questões políticas, econômicas, sociais e, até mesmo, a dominação ideológica. Rummert, Algebaile e Ventura afirmam que

A permanente expansão e consolidação do capital-imperialismo exige a internacionalização das políticas públicas, dos processos de gestão, das regras e normas necessárias para fazer funcionar os sistemas de produção e de consumo em todo o território que atinge ou pretende atingir, de forma integrada e coadunada às necessidades do sistema produtivo total que ele próprio engendra (2013, p. 719).

Sobre isso, Mészáros levanta uma série de questões que apontam à contrariedade da lógica da hegemonia dos países de capitalismo desenvolvido, colocando o Estados Unidos como figura principal. Expõe que a potência econômica do país tem suas bases estruturais, principalmente, sobre o acúmulo da dívida incontável financeira, o que explica conceituá-lo como um “neoimperialismo americano de cartão de crédito”³³. Sobre isso, o autor levanta a polêmica quanto as instituições financeiras fundadas no pós Segunda Guerra que foram colocadas em favorecimento dos EUA (o Fundo Monetário Internacional -FMI e o Banco Mundial são exemplos apresentados por ele) e que assim seguem até hoje. Sobre isso, conclui que “esse tipo de economia [imperialista] só avança enquanto o resto do mundo pode sustentar sua dívida” (MÉSZÁROS, 2011, p. 130) e, diante tal perspectiva, é inegável que a sua afirmação se dê sobre os meios de afirmação, sem exclusão do uso da força armada quando necessário.

Na sociabilidade da classe trabalhadora, os problemas emergem devido a descaracterização do trabalho pela via do incentivo desmedido do consumo ao longo da reestruturação do capital. Na introdução do livro *A crise estrutural do capital* do professor Mészáros (2011), Ricardo Antunes, denota que há o estabelecimento de uma relação dialética contraditória entre o trabalho e o consumo, visto que “a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização³⁴ e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente.

Antunes explica ainda que quando o valor de uso (o valor que relaciona a produção e o consumo de acordo com as necessidades humanas) atribuído ao que é produzido se torna submetido à subordinação dos valores de troca (valor que, ao contrário do anterior, é valorizado de acordo com a capacidade de extração da mais-valia, ou seja, o lucro que ele remete ao dono

³³ Mészáros (2011) ressalta, como exemplo disso, a dívida contraída pelos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975), utilizando-se de financiamentos para geri-la.

³⁴ Ricardo Antunes denota que o processo de precarização recente se reconfigura como uma “nova morfologia do trabalho” que se aporta de variadas flexibilizações de relações trabalhistas que expropriam direitos adquiridos e reduzem os custos do trabalho favorecendo a extração de mais-valor (ANTUNES, 2005 apud RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013, p. 719)

de determinado meio de produção) remetem “o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a autorreprodução do capital” (ANTUNES, 2011 *apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 12). Ou seja, a produção desmedida é justificada apenas pela necessidade de acumular cada vez mais capital, não em acordo com o necessário para a reprodução humana. Por isso o incentivo ao consumo é uma prática em constante crescimento.

Sendo a categoria do trabalho central para a subsistência da vida, as modificações que recaem sobre ela tendem a produzir efeitos relevantes sobre o corpo social que provocam reações – de cunho popular - e contrarreações – no âmbito político. De acordo com isso, Martuscelli (2016), se apodera do pensamento leninista que defende a relação que a forma organizativa social tem com a forma política, visto o potencial de interferência de uma sobre a outra.

O autor explica que momentos de crise política podem ser deterministas para processos que se direcionam à reforma – quando há alterações na forma do Estado, do governo ou do regime político, mas não se modifica a classe que mantém a hegemonia - ou para processos revolucionários de transição e de reprodução social – para este quando se suprime a ordem hegemônica da divisão social do trabalho. De acordo com o autor, para que se compreenda a crise política, é necessário sabê-la “como resultado de uma teia complexa e articulada de contradições” (MARTUSCELLI, 2016, p. 17) que reúne alguns principais aspectos:

a) para que se deflagre uma crise, é necessário que haja condições objetivas que devem se manifestar necessariamente numa dada conjuntura; b) uma crise política é definida por um conjunto articulado e complexo de contradições no domínio político, podendo, por isso, afetar o tipo de Estado, a forma de Estado, a forma de regime, a forma de governo etc.; c) numa crise política, é preciso refletir sobre o desenvolvimento das contradições, de modo a identificar quais são as contradições principais e secundárias, uma vez que o próprio caráter da crise decorre da relação entre as contradições em processo; d) o agravamento da miséria ou o processo de pauperização e proletarização das massas é um fator condicionante da deflagração de uma crise política, podendo afetar, em graus variáveis, o sistema de dominação de classe e as alianças de classe estabelecidas em determinado momento histórico (MARTUSCELLI, 2016, p. 15).

O alinhamento da crise política à crise econômica se dá pela sobreposição desta sobre o *modus operandi* da outra, visto que, no sistema de capital, a forma política é subordinada aos interesses capitalistas. O autor destaca que a congruência dessas crises, em determinados momentos, provoca o desencontro de projetos políticos que, por sua vez, podem convergir no que Gramsci (2000 *apud* MARTUSCELLI, 2016, p. 17) conceitua como “crise de hegemonia”

- quando se contrastam numa democracia representativa os interesses dos “representantes e representados”.

A união entre as crises desencadeadas no campo político e no econômico numa mesma temporalidade, como dito anteriormente, comporta uma causalidade e não uma regra, o acontecimento desse fenômeno é denotado por Gramsci como “crise orgânica” e, conforme explica Martuscelli, é usado pelo teórico para distinguir duas especificidades de crise: de conjuntura e de estrutura. Segundo o teórico

a crise orgânica corresponde à coincidência da crise de acumulação de capital, resultante da queda tendencial da taxa de lucro, com a crise de hegemonia que “afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social” (GRAMSCI, 2000, p.36 *apud* MARTUSCELLI, 2016, p. 18).

Poulantzas (1977 *apud* MARTUSCELLI, 2016) reforça que a crise política sendo compreendida como um acúmulo de contradições aglomerados no domínio político, ao afetar os aparelhos do Estado e as relações de classe, interfere diretamente sobre os conflitos da luta destas, podendo culminar em mudanças nas próprias formas do Estado ou apenas uma reorganização de forças sem mudança hegemônica de classe.

Para Mészáros (2011), o contexto da crise atual, ao coadunar em si um conglomerado de crises de diferentes dimensões, alinhava um tecido de contradições e antagonismos de interesses que, ao demonstrar incapacidade para suprir as necessidades vitais humanas, provoca mudanças na sociabilidade devido as novas formas de reorganização do capital. Por outro lado, o autor ressalta que, num movimento contrário de reação, também pode desembocar em processos que afetam o *status quo* devido as insatisfações que emergem diante o acirramento da exploração e da degradação da vida.

Ao seguir a orientação marxiana, o autor explica que é marca do *status quo* a impossibilidade de perpetuação, uma vez que ele encontra suas deficiências “na ruína comum das classes em conflito” (MÉSZÁROS, 2011, p. 47). A corrosão do status quo possui, portanto, uma potencialidade de hecatombe social em nível ideológico podendo abrir caminhos à confluência de uma nova tomada de consciência social – fenômeno temido pela ordem hegemônica. Um diagnóstico sobre isso, pode ser visto diante o enfraquecimento de velhas formas de controle social, como a família, a religião e a igreja, principalmente.

Os métodos de controle social são um conjunto de instituições que se estabelecem por meio de variadas estratégias e que tem por finalidade dificultar possíveis reações populares que se façam capazes de atingir o cerne das estruturas capitalistas, se as reconhecem como

responsáveis e coautoras de suas próprias crises. Ao entender tais instrumentos de controle, Gramsci (2011; 2020) afirma que toda revolução deve acontecer primeiramente no campo das ideias para que se suprima as estruturas inquestionáveis da sociedade e se construa uma nova ordem ideológica e cultural autoconsciente e passível de críticas e reformulações. O autor ressalta que qualquer busca de autoconhecimento se conforma num campo de disputas políticas, porque provoca o questionamento ao que está posto.

Mészáros (2011, p.62) aponta para o uso dos “órgãos [políticos] de controle em sintonia com as necessidades da articulação atual da economia capitalista, ainda quando tal ajustamento exija uma transição “liberal” da “tolerância repressiva” à “intolerância repressiva”. No campo ideológico, por exemplo, o reacionarismo das forças hegemônicas se instaura sobre as antigas instituições de controle em defasagem - religião, família e igreja - na tentativa de mantê-las na condição de imutáveis, inquestionáveis, se não, ainda mais repressoras.

São exemplos de formas de controle social o uso de forças militares e dos instrumentos de controle social do corpo metabólico capitalista – como o Estado, por exemplo-; o fomento de ideologias apologéticas por meio de teorias – como o espectro anticomunista inimigo –; ou o esvaziamento de problemas reais e complexos – como a questão da ecologia. Segundo o autor, não é incomum que

Os “fracassos” (crises e recessões) [sejam] explicados pelos “fracassos” em gerar condições que “teriam permitido” evitar esses “fracassos” infelizes, produzindo o atual padrão de “alto consumo” capitalista, que evidentemente é o insuperável paradigma de tudo. Não somos informados, todavia, de como esses desafortunados fracassos-que-explicam-fracassos surgiram (MÉSZÁROS, 2011, p. 49).

Quando aborda sobre a questão ecológica atualmente, Mészáros atenta para o início do debate colocado como emergente apenas num momento mais recente, ainda que a devastação do meio ambiente já dê sinais de hecatombe há um tempo e avanço significantes. Para o autor, a pauta ecológica se torna presente nos discursos políticos a partir do momento em que o avanço exponencial da degradação do meio ambiente se torna verdadeiramente nocivo à continuidade da vida humana e, por esse motivo não seja mais aceitável a ignorância sobre a causa (id, 2011).

Por outro lado, a discussão do tema não é suficiente para que se chegue ao cerne da produção desenfreada que promove o capitalismo expansionista que, ao desvincular-se da responsabilidade, redireciona a discussão aos campos micros da vida social de forma a criar uma responsabilização individual e fragmentada e, por isso, impossível de compreensão sobre as estruturas macro do sistema (ibidem).

É diante disso, que o capitalismo se vê livre de questionamentos, ao passo que, “as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos”,

Da mesma forma, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente”: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos (MÉSZÁROS, 2011, p.51-52).

No entanto, embora apresente certa eficácia, os instrumentos do controle social não são estão alheios ao diagnóstico de mais uma dimensão em crise, uma vez que também apresenta esgotamentos quanto à eficácia em suprir as necessidades e expectativas sociais alimentadas pela fetichização mercadológica, impulsionadora do consumo em massa alienado da lógica de necessidade (id, ibid).

Considerando as interferências variadas na dinâmica das relações sociais e no cotidiano da vida social, torna-se possível que se compreenda que a aliança de variadas crises – no campo político, cultural e ideológico- da atual conjuntura seja produto consequente de fatores que emergem primeiramente da crise econômica – conforme referido, em desenvolvimento desde o século XX - e das formas que ela vem assumindo para retomada produtiva. É sobre este ponto que Mézáros (2011) esclarece o motivo pelo qual os governos ditos de “esquerda”, ao fugir do plano político de superar o sistema vigente, fracassam.

Partindo da observação sobre estes períodos em que emergem com mais vigor as insurgências populares, é notável que, em contrapartida, as decisões políticas são acentuadas nestes contextos ao favorecimento dos interesses do capital monopolista e hegemônico. Sobre isso, Mascaro (2018, p.182) afirma que “o poder do capital não coordena a política diretamente, mas sempre a preside, em última instância. Deriva dessa determinação última que os ganhos sejam sempre parciais, os avanços retrocedam, os mínimos da sobrevivência se tornem máximos”.

Concluindo, a complexidade resultante da atual crise estrutural do capital e dos perigos da sua interferência em diversas dimensões da vida, compreende-se que

A política- que nada é senão a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria. A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo. Em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base socioeconômica da produção

autossaturante de *commodities* e da acumulação do capital que se autoinvalida. Consequentemente, a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições do capitalista de controle social na sua totalidade. Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas (...). Os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são solucionados, mas apenas adiados e, de fato, transferidos ao plano militar, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente. (...) crescimento e expansão são necessidades imanentes ao sistema de produção capitalista, e quanto os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças (MÉSZÁROS, 2011, p.65).

Seguindo a defesa apresentada por Mézáros que diz que a retomada de antigas estratégias para resolução de crises ou a estratégia do social desenvolvimentismo, são capazes apenas de atingir consensos provisórios e, mesmo assim, são fadados ao fim quando é chegada uma nova crise, não é dispensável ao capital regredir em políticas sociais conquistadas diante a necessidade de reestabilização do sistema; sendo assim, a reversão de concessões retornará ao status quo de antes – se não mais retrógrado a ele. Para o autor,

esse pode ser o caso agora das políticas de “reformas social-redistributivas” do keynesianismo “de esquerda”, não importando quão bem-intencionados sejam os que continuam a defender essa saída já tentada e definitivamente fracassada do ponto de vista da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2011, p. 139).

Ao se configurar, segundo ele, como promessas que nunca se cumprem, visto que são insuficientes em atingir o cerne das engrenagens que movimentam o metabolismo do sistema de produção, a crise política é certa, assim como, o esgotamento com as suas formas de desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2011). Sobre isso é possível que se entenda os fundamentos das insurgências sociais abordadas anteriormente em diferentes regiões do globo que, mesmo em suas particularidades, estavam inseridas numa mesma crise de um mesmo sistema globalizado.

Devido a isso, o autor afirma que a atual crise coloca o capitalismo diante o enfrentamento dos seus próprios problemas, os mesmos que anteriormente foram tidos como inevitáveis à modernização e à globalização do capital e, por isso, foram colocados em prática. O capitalismo encontra sua crise na finitude das suas próprias soluções (idem).

No cotidiano da classe trabalhadora os resultados são vistos no avanço do desemprego estrutural e nos processos de precarização e superexploração dos postos de trabalho que, ainda de acordo com Mézáros (2011), param a atingir todas as dimensões: qualificadas e não

qualificadas³⁵ e em escala global que, ineditamente, alcança não só os países subdesenvolvidos, mas também os desenvolvidos³⁶ - salvo as diferenças econômicas, culturais e sócio históricas que influem nos níveis de atingimento da crise sobre os países e revelam antagonismos peculiares de cada sociabilidade.

No caso a América Latina, seus caminhos passam por uma história de símbolos combates, derrotas e esperanças que vai do colonialismo à escravidão, dos povos da terra à inserção subalterna no capitalismo mundial, do agrarismo à industrialização, das teorias de desenvolvimentismo ao dependentismo, de Bolívar à Zapata, de Perón a Vargas, de Fidel a Allende e, mais recentemente, de Chávez a Lula. Há uma história específica do capitalismo em solo latino-americano. (MASCARO, 2018, p. 120)

No Brasil, a compreensão sobre a crise requer esclarecimento sobre a “interação entre processo histórico e formas sociais, os talhes estruturais das possibilidades e impossibilidades da política e da ação social no Brasil e no capitalismo” (MASCARO, 2018, p. 13), partindo sempre do pressuposto de que o Estado e a forma política, como já mencionado, mantém “relações inexoráveis com o capitalismo” (id, ibid, p.10) a nível global e ainda mais estreito no caso brasileiro, devido sua condição de país periférico no capital globalizado. Diante disso, a crise, quando desata com profundidade no Brasil, se choca com características políticas e

³⁵ Sobre isso se afirma o mito apresentado referente a valorização de uma forma de trabalho sobre a outra na era do capital monetário sobre a afirmação da força imperialista e do capital globalizado, segundo Rummert, Algebaile e Ventura (2013, p.718). “hoje, o capital-imperialismo, sob a égide do capital monetário, assenta-se sobre dois mitos fundamentais: o primeiro refere-se ao fato de que é na atividade de gestão intelectual que se constrói o lucro, do qual deriva, por exemplo, o fetiche da sociedade do conhecimento; o segundo mito, que decorre do anterior, propaga a tese de que o trabalho vivo não assume mais nenhuma função relevante na vida social

³⁶ Mészáros (2011, p.70) explica que “o capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”). A percepção sobre isso traz outros entendimentos sobre as disparidades entre a taxa de lucro e exploração, entre o capital social nacional e capital social total. Mészáros conceitua sobre isso a estratificação da classe trabalhadora quando consideradas as diferenças das condições de trabalho de trabalhadores do mesmo seguimento laboral, mas em países que se diferem quanto as suas posições na estrutura global de produção. Diante disso, denota-se a dissonância entre as taxas de exploração (sobre os trabalhadores) e as taxas de lucro (entre potências capitalistas e países de economia dependente); no entanto, na atual crise, o que se observa é que com a superexploração do trabalho, a diferenciação entre as taxas de lucro tende a se equalizar em virtude da necessidade de manutenção da taxa de lucro. Compreendido isso, o autor explica que os países, frente a necessidade de manutenção da competitividade no “capital social total”, necessita de reformulações expressivas de exploração que confluem para o equilíbrio ou retomada dele sobre o seu “capital social nacional”, ao que explica: “sobre os efeitos de um enfraquecimento relativo de sua posição no sistema global, [o país em questão] tenta inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho diretamente sob seu controle – de outro modo terá sua competitividade ainda mais comprometida na estrutura global do capital social total” (MÉSZÁROS, 2011, p.71).

econômicas advindas do social desenvolvimentismo do governo petista: o incentivo ao consumo em massa; a economia assentada pelo minério e o agronegócio; o processo de desaceleração da industrialização que se estendia desde a década de 1990.

Explica o atraso da chegada da crise no Brasil, o fortalecimento do mercado interno e a promoção de políticas anticíclicas promovidas por Lula e Dilma em seus governos; também a aliança de exportação com outras potências como a China, que até então surtia efeitos positivos à economia, mas que por outro lado, não hesitou em “canibalizar a economia brasileira, cuja resistência a tanto foi minúscula” (MASCARO, 2018, p.44) quando o plano econômico demonstrava sinais de hecatombe. Em resumo,

No quadro geral de tais influxos, temos: uma intermitente crise política desde 2005, sopesada pela sequência de vitórias eleitorais [petistas]; uma crise econômica mundial, com reflexos nacionais, a partir de 2008, contrastando com um forte crescimento em anos anteriores; uma crise social a partir de 2013 com uma correspondente narrativa de crise a partir de então; e, depois um somatório dessas crises que chega a momentos agudos no final de 2014. (MASCARO, 2018, p.125)

Por isso, as manifestações de 2013 e as *pró-impeachment* que, segundo Mascaro (2018), denotam um marco simbólico inicial desse período de crise, não devem ser vistos como casos isolados sem precedentes históricos. A crise estrutural que se conformou no Brasil encontrou nas resistências populares insatisfações com a democracia representativa nos moldes liberais e com as instituições subordinadas aos interesses do capital hegemônico.

Entendendo essa coalizão como um enfrentamento de interesses opostos frutos da luta de classes, o autor denota que ao haver uma determinação na econômica sobre a crise, acima dela assume como sobredeterminação, o direito - instrumento considerado como condutor da resolução necessária, seja pelo uso do poder, da força, da ordem, da penalidade ou, em alguns casos, como no Brasil, pelo golpe. Mascaro afirma que “a forma da subjetividade jurídica, derivada da forma mercantil, é inexorável à sociabilidade capitalista”, explicando que “a propriedade privada o é por direito. O trabalho é explorado por contrato. Circulam-se todas as coisas e todos os sujeitos mediante vínculos jurídicos” (MASCARO, 2018, p.50).

Por isso, defende a ideia de que o Estado e o direito são o próprio golpe dado em forma permanente pela ação capitalista, tendo em vista que estes se conformam como instrumento de impedimento ao povo para a tomada de poder e de afazeres autônomos de produção (id, *ibid*).

Ao longo de todos os afazeres do controle social que se aplica pelo uso de instrumentais fantoches ao capital, encontra-se a democracia que, pela via da representatividade, encontra seu esgotamento nas fraturas que se escancaram no antagonismo de interesses e necessidades que

se diferem entre os representantes e os representados – o que retoma a ideia gramsciana sobre crise de hegemonia. Conforma-se, portanto, a democracia nos moldes liberais, não como um aparato de luta social, mas como mais um aparelho constituinte de uma ordem que pretende manter sua continuidade. Mascaro (2018, p.183) afirma que “o capital sempre vive em regime político democrático, mas, no limite, combate a própria democracia”.

Para o filósofo Vladimir Safatle³⁷, há uma contradição em se falar de democracia, na perda do sentido ou dos direitos que competem a ela. Segundo ele, se levado em consideração que o sentido de democracia é ausente na realidade, não se perde algo que nunca existiu. Nas palavras de Virgínia Fontes “ a democracia é reduzida “a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho” (2010, p. 149 *apud* RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013, p. 718).

³⁷ A fala foi apresentada no Seminário “Democracia em Colapso?”, organizado pela editora Boitempo em 15 de outubro de 2019, na cidade de São Paulo e encontra-se disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=D8HajXn6Zbs> >. Acesso em: 31 jul. 2020.

3 METODOLOGIA

As Jornadas de Junho se deram em meio a contradições que envolveram manipulação social. Nesse sentido, pretende-se com esta pesquisa analisar com profundidade as ocultações e fetichizações que tendem a invisibilizá-las pela ótica, tanto de protagonistas, como aqueles que acompanharam indiretamente tal marco conjuntural da política e da luta pela democracia no país, ou seja, sujeitos que de forma direta ou indireta compuseram as Jornadas, partindo do pressuposto de que, como estabelece Marx e Engels (2005) na décima primeira tese crítica a *Feuerbach*: não basta conhecer o mundo, é necessário também modificá-lo. Diante disso, Prates explica:

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade. (PRATES, 2012, p. 117)

De acordo com Vladimir Safatle (2019), há um fenômeno em curso que tem início anterior ao ano de 2013, ao qual ele denomina como uma “crise de representatividade” e que tem seu estopim em um período de crise das políticas progressistas – meados de 2008 quando dá início a crise global do capital - estabelecidas sobre estratégias de conciliação de classes, instauradas pelo governo do Partido dos Trabalhadores no poder executivo desde 2002, e que tem seguimento no atual governo neoliberal e promotor de contrarreformas de Jair Bolsonaro (2019 -).

Diante disso e sobre explicitação de Prates (2012) de que as realidades e fenômenos são elementos atemporais e para compreendê-los é necessário que se diagnostique suas transformações em diferentes estágios, que se pretende desvelar os perfis e compreender quais percepções mantém sobre as “Jornadas de Junho” e como elas podem ter contribuído para o cenário político-ideológico que se polariza nos dias de hoje - sendo elas progressistas ou reacionárias.

Esse processo de compreensão, por sua vez, se adequa ao que Hobsbawn (1989) classifica como o conjunto de métodos epistemológicos que Marx utilizava para analisar o real: partindo, inicialmente, de uma análise das estruturas das relações sociais que, para o autor, “são realidades em movimento, conexões temporais, que se reproduzem durante uma certa época

histórica antes de desaparecer, deixando lugar para outras” (*apud* PRATES, 2012, p.120); essa análise deve compreender o conhecimento da historicidade de tais estruturas que segundo o autor, é conhecer a sua gênese por dois movimentos aos quais chama de “movimento de detour”: um processo regressivo, seguido de outro progressivo, formulando um movimento de compreensão do passado que retorna ao presente, permitindo elencar a relação e o possível resultado de um sobre o outro e, a partir disso, ser possível avançar às aparências para atingir as essências do fenômeno,

(...) libertando-o de suas limitações pelo processo reflexivo e interpretativo, logo, reinventando formas de ler o velho, para encontrar novos significados, novas conexões. A descoberta de novos sentidos, a apropriação do movimento, nos possibilita encontrar ou construir novos caminhos (PRATES, 2003 *apud* PRATES, 2012, p. 121).

Diante de tal necessidade de reflexão sobre as transformações dos fenômenos, de se encontrar repostas a um período tão importante e com tantos fenômenos ocultos, a abordagem da pesquisa será qualitativa, diante da necessidade de compreender motivações e contradições que levaram os sujeitos a aderir às Jornadas ou a criticá-las, pois

Não basta conhecer, precisamos explicitar o que queremos conhecer e para que conhecer. Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, processos alienadores, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações, mesmo que provisórias (PRATES, 2003 *apud* PRATES, 2012, p. 127).

A ideia de formulação sobre a pesquisa veio pelo conhecimento de um questionário aplicado por Karl Marx a 25 mil proletários franceses com a finalidade de conhecer quais as demandas emergiam das suas realidades para que a formulação de sua pesquisa sobre a vida e condição da classe proletária subjugada ao capitalismo atendesse às demandas dos trabalhadores. Sobre isso, Jane Prates explica que, para Marx, era necessário que:

os próprios sujeitos descrevessem as condições nas quais eram explorados, pois, segundo Marx, somente eles poderiam convenientemente fazê-lo, é um bom exemplo do caráter teleológico das investigações orientadas para a transformação. (...) A *enquete* operária conduzida por Marx, mais do que um instrumento exemplarmente elaborado de investigação social, se constituiu numa estratégia de conscientização e mobilização, condições necessárias, embora não suficientes, para qualquer processo de transformação social. (...) Embora elaborado a partir de questões fechadas, o que possibilitaria sua quantificação, o questionário tinha um cunho político fundamental, que atestava sua preocupação com os aspectos qualitativos que, para o autor, eram complementares e igualmente relevantes. (PRATES, 2012, p. 118)

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa se qualifica como aplicada e fez uso da abordagem qualitativa que, segundo RICHARDSON (2010, p.54), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados” (idem, p.79). Ao adotar a perspectiva marxista como orientação, esta pesquisa se baseou sobre os princípios da dialética que, ainda de acordo com o mesmo autor, parte da investigação das contradições que compõem o solo material da realidade, ao compreendê-las como propulsoras do movimento da história, a qual na epistemologia do materialismo dialético é “considerada um fator importante no desenvolvimento dos fenômenos” (id, ibid,p. 54).

3.2. População

Por meio do questionário *online* obteve-se a adesão de 51 sujeitos, ou seja, um a mais do que previsto. Para isso, uma consulta prévia foi realizada pela plataforma do *Instagram*, que foi utilizado como meio primário para que tenham sido reconhecidos os sujeitos interessados em participar desta pesquisa. Escolhemos esse método em acordo com o que observamos sobre a alta influência das redes sociais no envolvimento do campo político e na formação da opinião social nos últimos anos.

Aqueles que optaram por contribuir com esta pesquisa receberam o link de acesso ao Formulário da plataforma *Google Forms*, o qual continha uma breve descrição desta, assim como seus objetivos e finalidades.

Foi informado também que os dados pessoais não seriam expostos como modo de segurança, tais dados não chegam nem a constar nos questionamentos. O primeiro questionamento se direcionava à concordância em participar da pesquisa e em responder as questões. A resposta de 100% dos participantes foi “sim”.

3.3. Instrumentos

Nessa pesquisa, o instrumento teve o formato questionário por meio da plataforma *Google Forms*, considerando a conjuntura atual de pandemia, na qual não se puderam realizar contatos presenciais. Conforme Trivinões com o questionário:

se objetiva abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados. (TRIVINÕES, 1987, *apud* PRATES, 2012, p. 125),

3.4. Procedimentos para Coleta de Dados

O estudo, por utilizar seres humanos para a coleta de dados, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU) e aprovado como parecer número 4.217.876, que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Nesse sentido, considerando-se que a pesquisa foi realizada pela internet, via *Google Forms*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO I) foi apresentado antes de o participante iniciar o questionário, o que foi considerado como aceite dos termos propostos visto que não teremos contato físico com o mesmo. Os participantes não tiveram suas identidades reveladas.

Contudo, ficou claro ao participante sobre a possibilidade de interromper sua participação na pesquisa se assim o desejasse e acerca dos mínimos riscos oferecidos pela pesquisa.

Os dados serão guardados por cinco anos pela pesquisadora visando proteger os participantes.

3.5. Procedimentos para Análise de Dados

Para a análise dos dados utilizou-se a técnica da triangulação a qual segundo Marcondes e Brisola (2014), pode ser usada em três dimensões, na primeira dimensão “é utilizada para avaliação aplicadas a programas, projetos, disciplinas, enfim”; na segunda dimensão permite ao pesquisador o uso de três técnicas, podendo ser por exemplo: grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros e por fim em sua terceira dimensão que foi utilizada nesse trabalho se deu pela análise de informações coletadas.

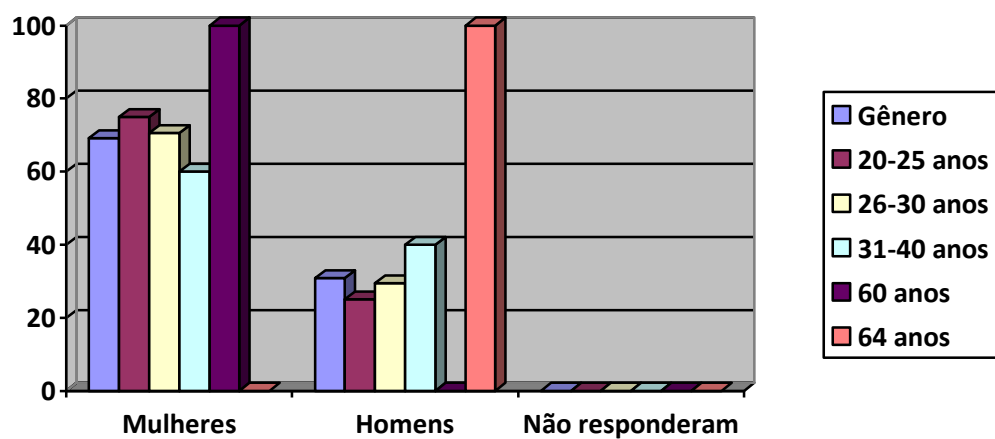
A técnica prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção da totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p.203).

Ainda conforme Marcondes e Brisola (2014), na análise Triangulação de Métodos o modo de execução da técnica é baseado na preparação do material coletado, bem como a articulação de três aspectos: informações levantadas nas pesquisas, diálogo com os autores da temática e a análise do contexto (conjuntura).

3.6 Perfil dos participantes

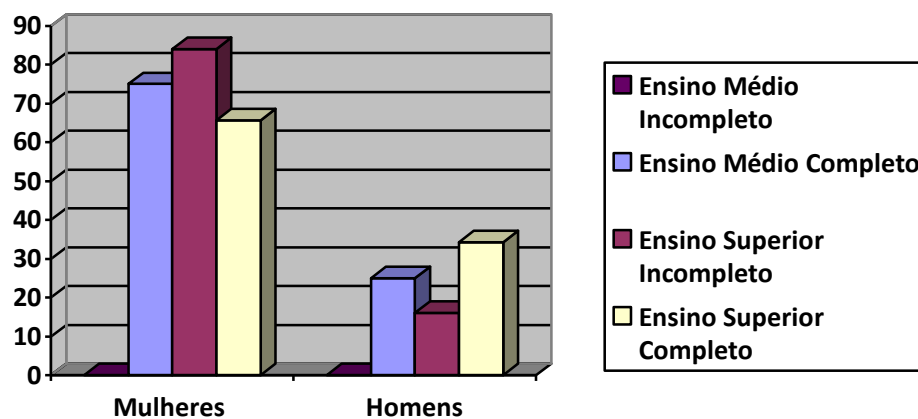
O Perfil dos manifestantes conformou-se, segundo descrito no quadro abaixo, de maioria feminina – 36 mulheres (69,2%) e 15 homens (30,8%) e os blocos de idade são equilibrados entre os 20 aos 40 anos em ambos os gêneros, considerando a disparidade quantitativa entre eles.

Figura 1. Sexo e idade dos participantes



Quanto ao grau de instrução, observamos que os homens participantes são de grande maioria formados no ensino superior – dos 15 homens, 12 já concluíram alguma faculdade. Entre as mulheres, das 36, 23 possuem o ensino superior completo.

Figura 2. Grau de instrução



Quando questionados sobre a filiação a algum partido, apenas 15,4% se declaram filiados a algum partido – os quais foram mencionados somente o PT e o PSOL. Outro ponto interessante é que nenhum destes 8 filiados compunham os partidos na época das manifestações. Quanto aos movimentos sociais, 12 participantes se declaram envolvidos com alguma causa, destas aparecem com mais repetição movimentos feministas e de educação popular³⁸, apenas 3 participantes envolvidos em movimentos sociais são filiados a algum partido.

Tiveram participação nas manifestações de junho de 2013, 40,4% dos participantes da pesquisa. Pelo perfil dos que participaram, notamos que 6 dos 7 filiados declaram participação, assim como, 7 das 12 pessoas envolvidas em algum movimento social. Conforme a idade aumenta, o número de manifestantes das Jornadas diminui; em ordem contrária, o grau de formação conforme aumenta aumentam os manifestantes, o que nos leva a perceber que esses manifestantes, à época, ou estavam cursando o nível superior ou eram secundaristas que já se preocupavam em alcançar esse espaço.

Dos 21 participantes das jornadas, 18 a demarcam como ponta pé inicial para que se interessassem mais por política; dentre os 30 que disseram não terem se envolvido, apenas 8 não veem sobre ela algum tipo de mudança incidida sobre as suas formações políticas.

Dentre os pontos positivos elencados, a força do povo que naquele momento despertava de uma espécie de letargia é fortemente mencionada, os negativos ficam por conta, principalmente, da violência policial e da ascensão da direita.

³⁸ Outros movimentos sociais também citados foram o Estudantil; Ecologia; Advocacia Popular e Empreendedorismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante o questionamento levantado na pesquisa sobre o cenário conjuntural à época das Jornadas de Junho em 2013, confirmamos a pressuposição de que há sob o imaginário dos manifestantes análises difusas sobre o cenário. Embora reconheçam o avanço no campo das políticas públicas, também apontam para as contradições que emergiram delas quando a crise se acirra no sul global dos países periféricos.

Junto a isso percebemos também um certo sentimentalismo, como o ressentimento ou até alívio pela pouca participação na época, como resultado de um processo tão cheio de polarizações, ideologias e informações múltiplas que, sem formação política – tornou-se um problema ressaltado com frequência nas respostas. Este fato incapacitou uma direção consciente e politizada das multidões que estavam nas ruas.

As Jornadas deixaram uma visão dividida entre aqueles que veem nela a causa da ascensão da ideologia da direita e os que a veem como um meio de ação. Porém, tais percepções são levantadas somente por aqueles que não tiveram participação ativa nelas. Logo, levantamos o dilema para a atuação da mídia como instrumento de informação nesse período conforme apontado por Bugarelli (2018), quando por meio dela, principalmente, a figura de Jair Bolsonaro teve maior aparição diante as polêmicas das suas falas, ou como também, de acordo com Casara (2018) ela vem sendo usada como instrumento de afirmação e convencimento social, ainda que atue pelo esvaziamento ou pela abordagem fragmentada sobre a complexidade dos acontecimentos que envolveram os últimos anos.

Dentre aquele que afirmara terem tido participação nas Jornadas, ainda que as vejam como um momento crucial para a democracia e para o despertar político, por outro lado, não as livram de críticas. Eles apontam para a falta de direcionamento, de organização tática e maior envolvimento dos setores da esquerda. Mas ainda assim, não veem as Jornadas de Junho como a causa da ascensão da extrema direita.

Por observarmos essa análise difusa sobre o cenário e o desenvolvimento político, econômico e social dos últimos anos, assim como o que contribuiu para causa e efeito do que motivou esse rearranjo da direita observado nos últimos anos, elucidaremos a seguir, com mais afínco, i) a política neodesenvolvimentista dos Governos Petistas de Lula e Dilma, desmistificando o cenário e as relações envolvidas com esta; ii) o conservadorismo que emergiu nos últimos anos como instrumento de controle social e manutenção da ideologia dominante e,

iii) o uso das mídias sociais para afirmação e reprodução desta, como influência na vida e nos fazeres políticos da população.

A discussão foi realizada alinhavando as respostas do Formulário com o debate de autoras e autores que usamos para aprofundar a análise. As pessoas que participaram dessa pesquisa serão identificadas com a letra “P” seguida do número da ordem com que responderam ao formulário: P1, P2, P3 etc.



Fonte: Revista Fórum, 2013.

4.1. O governo neodesenvolvimentista dos ciclos petistas: ascensão, crise e golpe.

*Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando,
mas ele vinha como se fosse o Novo.
Ele se arrastava em novas muletas,
que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação,
que ninguém antes havia cheirado (...).
Assim marchou o Velho travestido de Novo,
mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho.
(Parada do Velho Novo, Bertolt Brecht)*

Por compreender a complexidade da conjuntura trazendo a especificidade brasileira para o centro da análise, e, diante as percepções do cenário conjuntural que trouxeram as e os participantes da pesquisa, aprofundaremos neste item como se deu o desenrolar do governo

petista que, em um primeiro momento, cumpria com certa facilidade o Governo conhecido como de “conciliação de classes”, se aproveitando de um mercado internacional em movimento mas, que, num segundo momento, enfrenta a crise global estrutural que atinge os países, sem restrição - porém com maior ou menor impacto, se levamos em consideração suas posições nas dinâmicas capitalistas.

Nessa perspectiva, passaremos pela ascensão e o declínio, não só de um governo, mas também de uma economia que, dentro das suas controvérsias, foi capaz de abrir espaço a um estrato da classe trabalhadora para o acesso ao consumo e a alguns espaços públicos – como universidades, aeroportos, ambientes culturais, dentre outros-, quando até então tais “permissões” lhe foram vedados. Essa mudança de um quadro de qualidade de vida, que retira dessa população o que fora conquistado, ainda que pela via do endividamento e não como um direito básico adquirido, provoca ressentimentos que explodem nas ruas.

Isso fica explícito quando o Participante 34 expõe que *“a crise econômica brasileira fazia com que parte da população ou perdesse sua renda (emprego) ou o poder de compra. Isso levou muitas pessoas a protestarem”*. Com base nisso, a professora Rosana Pinheiro-Machado (2019, p.1) atenta para o fato de que “o poder de compra passou a ser um meio fundamental de reconhecimento, visibilidade e cidadania entre as camadas populares na era Lula” e afirma que ainda que:

o problema não foi a inclusão pelo consumo em si, mas a forma como ela foi feita: a soberba da confiança de que só ela bastaria, sem mexer de forma profunda na estrutura da desigualdade social. O problema foi ter virado as costas para as periferias, acreditando que somente a autoestima dos novos consumidores seria suficiente para produzir uma fidelidade partidária eterna. (id, ibid, p.1).

Diante disso, iniciaremos uma jornada de elucidação sobre um projeto político que, pautado sob um governo, como dissemos, de conciliação de classes que se classifica como “democrático popular”, atrai para si até os dias atuais um dilema que consiste em entendê-lo diante todas as suas contradições, limites e possibilidades para que possamos fugir de análises razoáveis e atinjamos a profundidade das determinações que envolvem a política brasileira deste século e que, conseqüentemente, nos traz aos dias de hoje.

O ciclo dos Governos Petistas de Lula e Dilma podem ser considerados de expressiva expectativa e esperança se consideramos o fator histórico do partido petista³⁹ que, uma vez

³⁹ Se necessário recuperar a memória sobre o trajeto do Partido dos Trabalhadores, o momento em que discutimos o movimento sindical na categoria “As classes sociais” na página 22, principalmente, na década de 1980, na efervescência da luta pela redemocratização do país contra o regime ditatorial que se estendia já desde 1964, traz à luz da reflexão a importância da chegada, após seguidas derrotas, ao poder de um partido que se

considerado como liderança de esquerda, o que se esperava era que trabalhasse à finco pela classe trabalhadora⁴⁰. “*Quando Lula acendeu ao poder, uma chama de mudança queimava, o operário no poder era uma esperança de um olhar para os mais necessitados e de classes menos privilegiada*”, aponta o participante P16.

A transformação dessa euforia em decepção ou mesmo ressentimento - bem apreendido pela direita após a queda do PT, como vimos discutindo ao longo da pesquisa-, nos permite olhar a estratégia de conciliação de classe como uma espécie de evento que movimentou a luta de classes no Brasil (CHAGAS, 2019). Esta, tendo se mostrado incapaz de suprimir as forças da hegemonia – a classe burguesa-, também não foi capaz de responder ao reacionarismo quando se posicionou no fim desse ciclo. Isto se dá, justamente, porque o período ao qual se deu pela reconciliação como direcionadora política, econômica e social, não se preocupou – porque não era, de fato, seu projeto – em estimular sobre a classe trabalhadora sua própria formação política ao agir sobre a consciências reconhecendo-se como a fração motora da sociedade e, diante disso, a única capaz de modificar as estruturas que a compõe.

Acredito que pela insatisfação popular iniciou-se ali uma certa consciência política no sentido de se debater assuntos que dizem respeito a esfera política, mas que a população não se apropriava da discussão, não se envolvia. Por outro lado, houve uma abertura para movimentos de extrema direita que se aproveitaram do momento para difundirem pensamentos conservadores, influenciando boa parte da população que estava insatisfeita com a situação do país, mas não tinha um direcionamento político definido (P23).

As políticas adotadas voltadas as satisfações imediatas, que oferecendo acesso ao consumo sem grandes mudanças para além disso, conformam no que Gramsci (2011) nomeia de revolução passiva, ou seja, por meio de medidas paliativas que visam arrefecer ou prevenir maiores descontentamentos sociais que possam resultar em hecatombes conjunturais mais difíceis de serem dominadas e, para isso promovem o que Gramsci (2011, p. 319) chama de

consolidou sob as lutas dos trabalhadores, sem descartar a figura central do ex-presidente Lula como significativa nesse processo e, ainda, para um estudo mais aprofundado, indicamos a leitura da Tese de Doutorado de Juary Luiz Chagas (2019), onde ele realiza uma análise detalhada da construção do Partido dos Trabalhadores, inicialmente, como figura importante no período da redemocratização, costurando o neoliberalismo da década de 1990, as derrotas eleitorais ao longo desses anos devido ao rearranjo dos partidos neoliberais e, finalmente, a vitória do ex-presidente Lula nas eleições de 2002 que surfou sobre a decadência do governo FHC e suas políticas neoliberais, porém com um projeto que não se diferia em grande escala, ainda que trouxesse consigo o apoio de movimentos sociais e sindicatos. É devido a isso que o autor explica a política petista como uma combinação entre conservadorismo na política macroeconômica e inovação no modo particular de executá-la.

⁴⁰ A classe trabalhadora fortificada pelos sindicatos que lutou pelos seus direitos nas últimas décadas do século XX é bem retratada, a quem interessar, no filme dirigido por Leon Hirszman “Eles não usam black-tie” (1981). A obra mostra a realidade dos metalúrgicos, tanto no ambiente de trabalho como no cotidiano da vida e, por isso, permite compreender como o fenômeno da industrialização refletiu na urbanidade das cidades e na vida pessoal dos trabalhadores e de que maneira, diante disso, eles se organizavam – não livres da violência reacionária- pela luta de melhores condições de vida.

“restaurações progressistas”. Estas, ao se ausentarem em romper com a ordem vigente, ou seja, não ultrapassarem o sociometabolismo do sistema, como sugere Mészáros (2011, p.70), tais formas de governo se mantêm em constante ameaça capitalista e a isso não se exclui nem mesmo os governos de aparente estabilidade, uma vez que, “a contrarrevolução está à espreita”.

Isso se dá porque a necessidade de acumular lucros é uma determinação prioritária do sistema capitalista que precisa se manter em ascensão, ainda que para isso, acordos sejam encerrados. Isso se confirma, como veremos a seguir, quando a burguesia frente a uma crise que se acirra já não se vê mais contemplada com a liderança petista que, mesmo se mantendo fiel à classe, continua preocupada em manter, ainda que sob uma balança de considerável instabilidade, um equilíbrio entre as forças antagônicas que movimentam as classes sociais. O marxismo nos mostra que numa disputa de forças, vence o que detém mais poder. E este, no atual sistema, vem daqueles que comandam os meios de produção.

Chagas (2019), ao se orientar pela mesma linha teórica, explica que um modo de produzir quando pretende incitar o consumo e a individualização, se faz incapaz de construir sobre as consciências uma ideologia que culmine à cultura da coletividade, de reconhecimento das amarras da estrutura capitalista de maneira natural. Isso se mostra na pesquisa quando, embora a maioria dos participantes declarem maior interesse político a partir de 2013, notamos que isso não se dá pela participação direta nos protestos, mas por uma iniciação autônoma, movida por um incômodo próprio, mas que pode levar a direcionamentos variados se levamos em consideração que os grandes meios informacionais, historicamente, atuam como instrumentos de controle social pouco, ou nada, preocupados na formação de opinião autônoma de seus usuários.

Acho que toda grande manifestação histórica modifica algo no funcionamento de seu país. Não somente no sentido prático, mas no comportamento da sociedade como um todo. Acredito que os reflexos das reações quanto às insatisfações e até mesmo às discordâncias tenham deixado na sociedade "enquanto potência" as sensações de liberdade e poder. O que, dependendo da ocasião, pode ser nocivo ou saudável (P44).

Seguindo a explicação de Chagas, sobre a lógica dominante se caracterizar por um instrumento de invasão que estabelece as suas premissas nos mais diversos campos da vida, seja pelo trabalho⁴¹; pela vigilância – veremos a atuação das mídias sociais mais adiante-; ou

⁴¹ Já discutimos anteriormente as flexibilizações no campo do trabalho que alimentam a precarização. Podemos entender essas estratégias de divisão da classe como um projeto reacionário de prevenção à tomada de consciência da classe em si. Dessa maneira, há exemplos de como os postos de trabalho estratificam as funções entre os trabalhadores criando hierarquias entre eles mesmos, de modo que seja incitada a competição, a individualização, a meritocracia. Entram nessa questão posições de liderança, de gerência, entre outras. Ainda

pelo controle, o processo de rompimento com ela só é possível se feito diante ação cotidiana, sabendo que esta não é uma quebra com o imediato, mas contra uma construção ideológica que se estrutura sob os aparatos de controle social que, por sua vez, possuem um caráter histórico⁴². Por isso, toda estrutura política a que se pretende desmitificar-nos chama à tarefa de ultrapassar os fatos presentes, uma vez que, “a formação das condições sócio históricas imprimem determinações em qualquer governo constituído” (CHAGAS, 2019, p. 251).

Diante disso, encontramos respostas trazidas que se direcionam ao campo mais conservador, ou se não, nos apontam lacunas que podem esclarecer visões dúbias sobre questões que, em suas visões, emergiram naquele ano ou de perfis que, na verdade, compuseram outros períodos de manifestação ou por serem novos perfis da classe trabalhadora organizada, trouxeram um afastamento com as organizações mais clássicas protagonistas no século passado.

Iniciemos com a análise do P26:

O país estava à deriva, perdido num mar de corrupção e falcatruas. Caminhávamos a passos largos para tornarmos uma Venezuela. (...) a população mostrou à classe política e corrupta do país que sabemos ficar indignados respondendo diretamente nas urnas e o lado negativo foi não saber eliminar os baderneiros que aparecem para tumultuar as manifestações pacíficas (P26).

É importante que ressaltemos na percepção desse participante a visão positiva sobre a ação nas urnas como resposta à corrupção, ainda que, embora tenha se iniciado em 2013 um discurso firme tendo como alvo o PT- o que viria a ascender o antipetismo- a presidenta Dilma Rousseff se reelege em 2014, o que nos leva a abrir a lacuna para compreender se a percepção do P26 advém de uma confusão de momentos ou se a resposta se dá em razão à competição acirrada entre a presidenta eleita pelo Partido dos Trabalhadores e o candidato da oposição Aécio Neves, pelo PSDB.

Outro ponto que requer análise é de que, ainda que, posteriormente, as ações dos *black blocs* tenham sido fortemente criticadas, a motivação principal para o aumento das manifestações, depois de iniciadas pela questão do transporte público, foi justamente a ação truculenta da polícia, o que já não permite configurar os protestos como pacíficos.

Outro participante, mesmo se envolvendo ativamente nos atos, se estranha com uma possível classe média participante. Abrimos a lacuna nesse ponto por não termos a capacidade

há a questão importante do desemprego estrutural que, ao criar um exército de reserva, abre espaço a acordos contratuais cada vez mais degradantes em nome da ameaça constante da perda do trabalho; o que gera salários mais baixos, aumento da carga horária, consentimentos com situações degradantes etc.

⁴² Discutimos a questão do controle social, seus instrumentos e a sua crise nas páginas 25 a 27, caso seja necessário revê-lo.

de distinguir etnograficamente o perfil dos protestos em cada região do país, mas diante as pesquisas e do que trouxemos até aqui sobre a polêmica classe média, é possível que olhemos com mais criticidade para a fragmentação da classe trabalhadora e em como esse fenômeno incide para o enfraquecimento da sua luta, porque afasta setores que não se reconhecem entre si, como fica claro na resposta trazida pelo P4:

No início, achei bacana. Depois percebi que ele [o movimento] estava tomado por uma classe média que nem ônibus usava. Aí fiquei com a "pulga atrás da orelha". Na época já estudava sobre política, mas ainda não tinha cursado história, minha formação política era diferente. Já era de esquerda, mas não tão definido quanto hoje⁴³.

As manifestações de 2013 criaram uma bolha liberal, travestida de movimento de minorias, mas não passou de um movimento de massas, do qual muitos grupos, MBL, Brasil livre, entre outros, se aproveitaram. Grupos esses com discursos marcadamente fascistas e excludente. Tudo isso deu força para a distopia que vivemos hoje em dia.

Eu fui em uma manifestação em São José dos Campos, na época achei que era grande coisa, aquele discurso massificado "estou mudando o país". Hoje vejo que ela contribuiu no sentido contrário, me fez tornar crítico desse movimento. Mistura várias pautas, luta por tudo e não luta por nada. Além de ser um movimento de massas, liderado pela classe média e pela elite brasileira, ambas nojentas e raivosas. Porque o pobre mesmo não estava lá, não era representado nesses movimentos. (P4, grifos nossos)

Com base nos estudos realizados, pudemos notar que parte das críticas sobre o apoderamento do discurso sobre as Jornadas de 2013 pelo campo da extrema direita apontam para a contínua coadunação delas sem preocupação de distingui-las sobre suas variadas diferenças, como estratégia de despolitização que leva à confusão, ou até mesmo a descaracterização, em relação a diferentes períodos de manifestações em de 2013 e 2015/16.

Me lembro da frase "o gigante acordou", que me mobilizou bastante, na época. Parecia algo interessante do ponto de vista civil, pensando na militância e na apropriação de um lugar social e de direitos. No entanto, tratava-se, realmente, de um golpe muito bem estruturado, infelizmente. Penso que ainda estamos vivendo esse golpe e as consequências de um movimento que iniciou em 2013.

Percebo o quanto fui influenciada e pouco informada sobre o significado daquele movimento, que ruíria grande parte das conquistas sociais e políticas, até então, e sinto-me aliviada por não ter participado de forma direta.

No entanto, acredito que foi um momento de grande mobilização e percebo uma maior autorização das pessoas para falar em política como algo mais próximo do que anteriormente (P29, grifos nossos).

A importância em distinguir diferentes momentos é para que saibamos separá-los diante suas próprias particularidades de conjuntura, perfis e reivindicações que se diferem entre si e,

⁴³ P4 declara ser filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 2016.

dessa forma, não percamos o que deles conflui positivamente, ou não, para o desenvolvimento da história, sabendo que este “jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições. Ele adquire personalidade, é um “momento” do desenvolvimento” (GRAMSCI, 2011, p. 343). Ao falarmos do ano de 2013, sabendo das manifestações como de iniciativa popular e horizontais, não podemos negar que processos importantes de consciência sejam despertados dela.

*Estava em processo de TCC, falando sobre a cultura de rua, sobre arte periférica, sobre danças na cidade e por isto muito envolvida com a rua. Sendo assim, participei de alguns encontros, reuniões e dos atos na cidade e outros pontuais em bairros. No início via com muita esperança o movimento que nascia e me trazia uma ideia um tanto anarquista, anarco comunista...tive a oportunidade de conhecer pessoas e grupos interessantes, mas vi a população de rua sendo mais uma vez prejudicada, porque os atos se tornaram extremamente violentos. O que aprendo com esse momento é que o grito não silencia, mas dá voz ao caos que a humanidade se encontra. Um tipo de silêncio que me abateu, mas não o silêncio que não diz, mas no sentido de silêncio que é um vazio capaz de criar, de dar voz as experiências e que é criativo porque vive o caos e a corda bamba de uma equilibrista. **Acho que este tenha sido um fenômeno que nos faz rever o sentido da vida da humanidade, como estamos nos relacionando entre nós e com todo o nosso meio. para mim foi nesse sentido** (P44, grifos nossos).*

Outro fator que se apresenta contraditório é a percepção sobre o antipetismo presente ou não nas Jornadas. Ainda que críticas ao governo tenham sido levantadas naquele momento, o Partido dos Trabalhadores, embora sem a mesma aprovação de antes seguia no poder e ainda, como vimos, se reelegeria. Se por um lado, temos aqueles que veem em 2013 um início de golpe:

*Participei por conta do aumento da tarifa do ônibus e em defesa da educação, porém conforme as manifestações foram crescendo, percebi que havia pautas que eu não concordava, **como o antipetismo**. E a partir disso passei a pesquisar mais sobre política, diretos e como poderia contribuir para uma sociedade mais justa. Com isso, me reconheci como uma pessoa de posicionamento político de esquerda (P23).*

Em essência, foram as manifestações de 2013 que iniciaram um processo político de rejeição ao PT, o que fez com que se criasse uma visão quase irreal sobre seu governo. As boas medidas tomadas no governo Lula e Dilma foram esquecidas por boa parte da população em vista da avalanche de críticas que vieram a partir daquele momento. Isso tudo leva ao golpe de 2016 e à eleição de Bolsonaro em 2018 (P3, grifos nossos).

Por outro, há os que veem aquele momento como um levante de críticas que, diante um governo de conciliação de classes, abre espaço para tais, como veremos adiante.

Não via como um ataque direto à Presidenta Dilma, no meu caso, via como a necessidade de mostrar aos governantes como um todo que finalmente a gente estava vendo que as coisas não estavam lá muito certas(...) (P7)

As Jornadas criaram um ambiente que permitiu o surgimento de novas organizações políticas, além do fortalecimento destas organizações e partidos

que se propuseram a romper com a ordem vigente à época, alimentando o processo de polarização política atual. Hoje em dia, também se pode dizer que as Jornadas aceleraram, mas não são responsáveis, pelo avanço da extrema direita no país e do conservadorismo (P39, grifos nossos).

Portanto, para entender esse ciclo do governo petista já negamos a concepção do senso comum que o afirma como causa ou efeito central à crise estrutural que vem enfrentando o Brasil nos últimos anos. Porque esta não leva em consideração não só as particularidades históricas, que tem sido amplamente debatidas aqui, como também as estruturas que conformam o sistema capitalista aglomeradas na figura do Estado burguês e a colocação periférica e atrasada do Brasil na dinâmica capitalista global- determinante à subordinação política ditada pela economia imperialista.

Compreendido isso, sabemos que desafios seriam e ainda serão enfrentados por qualquer governabilidade que se sujeite ao poder e que tenha como projeto intransigente⁴⁴ um modo de governar voltado aos interesses dos trabalhadores. O apontamento sobre lacunas das políticas petistas, não nos livra de reconhecer os pontos positivos que recaem sobre a melhoria de vida de uma parcela da população que pôde ter acesso à educação, à casa própria e saiu da condição de extrema pobreza devido a políticas públicas de redistribuição de renda. Por outro lado, também nos obriga a ressaltar que o transformismo desses direitos em mercadoria, num momento de crise acirrada colocou essa mesma população numa situação de endividamento, assim como, apresentou aos recém-formados uma realidade de desemprego ou um mercado de trabalho que oferece relações precarizadas e destituídas de direitos.

Gramsci (2011, p.187). afirma que “toda fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento”. Assim, ao resgatar o passado para compreender seus desdobramentos e reflexos na atualidade, elucidaremos quais possíveis causas desembocaram ao encontro das crises de representatividade política que, somada à da econômica, desaguou em manifestações populares e processo antidemocráticos nos trazendo ao cenário atual.

Iniciamos em 2002 com a vitória de Lula depois de seguidas derrotas para os candidatos do neoliberalismo.

Após um histórico desenvolvimentista vivido pelo Partido dos Trabalhadores, que Chagas (2019) chama de “transformismo”, porque apresenta o PT como um partido que foi se

⁴⁴ Para Gramsci a intransigência política é marcada por um projeto que tem em seus fins uma direção clara e não usa de meios inadequados para atingi-los. Esse projeto coaduna o individual em sintonia com o coletivo e por isso é fiel à vontade dele. Esse projeto se forja pela discussão, pela disciplina, pelo saber o que se quer e como alcançá-lo (GRAMSCI, 2011, p. 92-95).

ajustando as mudanças políticas e econômicas as quais passou o Brasil após o período da redemocratização e a chegada das políticas neoliberais na América Latina, este já não se configurava, agora no século XXI, como o mesmo PT que se afirmou nas lutas sindicais do período ditatorial. Neste momento é um partido que se mostra em oposição ao Governo FHC diante o esgotamento das práticas neoliberais⁴⁵, características desse ciclo.

Na figura de Lula, o PT surge como um instrumento de tática dupla: de arrefecimento as insatisfações populares, como ação preventiva a um possível levante social; e de retomada da estabilidade econômica. Embora iniciado o governo com questões a serem resolvidas internamente, o Governo Lula inicia seu mandato diante um cenário econômico externo favorável que se manteve em alta até 2008 (PEREIRA, 2020), ano que estourou a crise do capital.

Por esse motivo os commodities⁴⁶ e as exportações são os impulsionadores da economia brasileira, num primeiro momento. O segundo momento, que se dará já no Governo Dilma irá mostrar, diante um cenário modificado, que essa estratégia política não promoveu junto a ela a libertação da dependência comercial, financeira e tecnológica (id, ibid, p.181) em relação ao mercado internacional. Segue, portanto, a histórica e insolúvel dependência econômica e a subordinação aos países imperialistas, num contexto da crise que tende a acirrar essas determinantes e gera ainda mais descontrole interno, devida ausência de capacidade autônoma de condução da própria economia.

⁴⁵ O esgotamento das políticas neoliberais é sentido em outros países da América Latina e é o pontapé inicial para o ciclo de governos populistas que chegaram ao poder na primeira década do novo século. Diante movimentações populares antagônicas as políticas neoliberais, CARVALHO e RODRIGUES Jr. apontam que “tais processos de articulação e organização resultam na eleição de governos progressistas e de esquerda, que assumem, então, com maior ou menor intensidade, agendas anti-neoliberais, configurando o que, à época, foi denominado de “virada à esquerda”. Dentre estes governos, cabe destacar: Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; e Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil” (2019, p.180).

⁴⁶ “*Commodities* (do termo commodity, que em inglês significa mercadoria) é a expressão utilizada para se referir aos produtos de origem primária (matérias-primas cultiváveis, de extração mineral em estado bruto, etc.) ou com pequeno grau de industrialização, que podem ser estocados por determinado período sem grandes perdas de qualidade. Devido à extensão do seu território e a larga capacidade de exploração de recursos naturais, o impacto das commodities na economia do Brasil é decisivo, representando “mais de 70% das receitas de exportação” (ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, 2012, p. 7). Isto tem localizado o país em uma situação privilegiada quando ocorre uma alta demanda por essas mercadorias, o que normalmente coincide com a elevação do nível de consumo internacional. Contudo, quando ocorre uma recessão que atinge os países importadores, o Brasil fica vulnerável à oscilação internacional dos preços e tem sua economia afetada pela desvalorização dos produtos, ainda que internamente a economia não esteja em recessão. Outro reflexo presente na economia brasileira é que quando há uma alta nos preços das commodities ocorre uma elevação no saldo comercial (visto que os produtores preferem voltar-se para a exportação), entretanto, a oferta desses produtos é reduzida no mercado interno, provocando ondas inflacionárias. As principais commodities brasileiras são o petróleo bruto, o café, o suco de laranja, o minério de ferro e a soja (Idem, ibidem, p. 25)” (ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, 2012 apud CHAGAS, 2019, p.116).

A despreocupação política em buscar a raiz das dependências com a finalidade de promover uma forma de movimentação à economia interna capaz de melhores condições de estabilidade e autonomia, mesmo em momentos delicados do mercado, é uma herança que tem chão histórico e foi um erro não solucionado, mesmo que reconhecido, do neoliberalismo⁴⁷. Sobre isso Pereira explica que

Durante os anos 1990, o Brasil realizou um conjunto de reformas objetivando se adequar aos novos parâmetros da ordem econômica mundial. Salva pelo movimento precoce de financeirização da economia brasileira – desde a ditadura militar – e pela estatização da dívida externa, a burguesia brasileira transformou-se, ao longo desse processo, numa burguesia dos negócios, abdicando da indústria nacional em prol da ciranda financeira da dívida pública, da espoliação dos recursos naturais e da intermediação e venda do patrimônio público. As aberturas comerciais e financeiras, as privatizações, a desnacionalização, a lei de responsabilidade fiscal e o tripé macroeconômico não apenas enfraqueceram a capacidade do Estado em estimular e coordenar os investimentos necessários ao crescimento, como colocaram uma camisa de força sobre as possibilidades de adoção de políticas econômicas autônomas aos ciclos comerciais e de liquidez internacional (PEREIRA, 2020, p.180).

Essa mesma burguesia que se organiza pelo poder e dá início ao golpe parlamentar, ainda que justificada pela preocupação em solucionar os problemas do Brasil, mostra-se, sem muitas surpresas, incapaz de revertê-la. Um caminho que resulta nos dias hoje, ainda segundo Pereira, numa ordem inversa ao plano central petista: “em vez de construirmos “as bases do novo desenvolvimentismo”, intensificamos nossa reversão neocolonial” (FERREIRA, 2020, p.181). Isto porque, continua sendo um revés burguês, a classe que, segundo Gramsci (2020, p.55), só destrói uma velha ordem, para impor uma nova ordem, “é um regime autoritário que substitui outro regime autoritário”.

Sabendo de tal desfecho, retornemos ao que favoreceu e deu espaço à vitória petista naquele ano de 2002, a fim de que entendamos os processos complexos que se deram para tal e mais, fuçamos da análise descolada da realidade conjuntural de interesses e relações econômicas que movem a engrenagem política brasileira e que, intencionalmente ou não, busca responsabilizar a própria sociedade de um rearranjo à direita.

Comprovando isso, Chagas (2019, p. 121), nos explica que havia logo de início um “pacto selado” que permitiu a vitória petista, porque mesmo com a simpatia de camadas

⁴⁷ Embora já tenhamos tratado o neoliberalismo anteriormente, convém trazer uma definição do professor David Harvey. Em entrevista concedida à revista Jacobin, ele define o neoliberalismo como um projeto político que desde o fim dos anos 1960 e início de 1970 serve de defesa à classe capitalista que se vê ameaçada pelo avanço da força da classe trabalhadora. Dessa maneira, esse projeto se articula, segundo ele, por diferentes frentes de contenção que compreendem o front ideológico e o político (HARVEY, 2018 apud CASTILHO; PURDY, 2018). Veremos como, confirmando essa afirmação, o governo petista, pelos moldes da conciliação de classes, operou em ambos os fronts.

populares, também angariou o apoio da burguesia, o que concretizou um “governo burguês híbrido preventivo”. O autor o denomina assim porque, tendo como primeira ação o aumento da taxa básica de juros, prevendo melhoria do superávit primário, o governo petista intenciona estabilizar o mercado macroeconômico tornando-o atrativo para investimentos estrangeiros e, somente a partir disso, “o Governo Lula inicia o conjunto de medidas duais que marcariam praticamente toda a trajetória dos governos petistas de conciliação de classes: a manutenção da estrutura macroeconômica neoliberal combinada com medidas focais de contenção social” (id, *ibid*, p. 145).

Segue-se a isso, uma espécie de movimento combinado que, ao ter como figura protagonista o mercado macroeconômico, coloca as políticas de desenvolvimento sociais na posição de coadjuvação contribuindo para uma forma de “adesão passiva das massas” (CARVALHO; RODRIGUES Jr., 2019, p.283) – que também tinham seu retorno para a dinâmica da economia, porque alimentavam o consumo interno.

Foi dessa maneira que se deu a reforma previdenciária dos servidores públicos junto as disponibilidades de microcréditos; a manutenção das bases da macroeconomia liberal⁴⁸ como abertura de caminhos para a criação do Bolsa Família – como programa de redistribuição de renda- , para a valorização do salário mínimo e abertura de novos postos de trabalho⁴⁹. Junto a esse movimento, o governo implanta o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), oferecendo concessões e privatizações ao setor da infraestrutura.

Nesse processo, Chagas (2019) explica que o Brasil se torna um país de confiabilidade econômica ao mercado estrangeiro e, pagando a dívida pública e os juros, recebe maiores investimentos e aproveita os benefícios da exportação de *commodities*. Nesse passo, maiores investimentos são efetuados na educação superior, o Programa Bolsa Família avança e o salário-mínimo continua sendo valorizado.

Consequente a esse conjunto, quando a crise capitalista de 2008 eclode, é sentida sem maiores efeitos, porém na esteira do mercado chinês que, contrariando a lógica da crise, cresceu naquele período, sendo possível a continuidade da exportação dos *commodities*. Nesse período também é colocado em prática o Programa Minha Casa Minha Vida, seguindo o fortalecimento da infraestrutura por meio da mercadorização, agora, do direito à moradia (id, *ibid*).

⁴⁸ Chagas (2019) explica essa base como uma diretriz apoiada num tripé da macroeconomia liberal pelo conjunto do i) superávit primário; ii) câmbio flutuante e iii) taxa de juros atrativas aos credores e investidores da dívida pública.

⁴⁹ Ainda que estes postos já sejam abertos conforme as flexibilizações do neoliberalismo, como tratamos anteriormente. Portanto, são trabalhos de salários mais baixos, com menos direitos trabalhistas e condições mais precárias que os trabalhos de anteriormente que quando fechados, aumentaram o desemprego no país.

Com a conclusão de dois mandatos sob um governo considerado equilibrado nas estratégias econômicas e de arrefecimento das contradições das classes, vence ainda pelo Partido dos Trabalhadores a candidata Dilma Rousseff. Chagas (2019) conta como a candidata foi tomando maior espaço no segundo mandato de Lula pela gerência do PAC e como ministra da casa civil. Ainda que sob um governo de maior instabilidade, porém com as mesmas diretrizes, Dilma segue com a preocupação majoritária do equilíbrio macroeconômico. Por outro lado, mesmo que ainda não tenha freado programas importantes como o Bolsa Família, promove cortes, logo de início na área assistencial, diminuindo os repasses à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e com ajustes na previdência dos servidores públicos (a segunda mudança, seguida a primeira promovida pelo Governo Lula).

Nessa leva, conforme nos expõe Chagas (2019), somente o PAC não sofre cortes de dinheiro público e segue em favorecimento da indústria civil. Mesmo diante um governo menos estável em comparação ao seu antecessor, Dilma segue em alta de aprovação até março do ano de 2013

O aumento do custo de vida devido à crise econômica que, embora tenha tido certo atraso para ser sentida, não sendo solucionada no campo internacional dos países imperialistas era certa de chegar ao país, demarcou o ponto alto da insatisfação com os governos petistas que já vinha se equilibrando sob uma política que se estabelecia com contradições.

Ainda que os últimos anos não tenham trabalhado para a formação política da população, a colocação das massas em situação de passividade política também traz seus resultados e, segundo Gramsci:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das franges massas (...) ou porque amplas massas (...) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 2011, p. 303).

Retomamos aqui a importante percepção da localização do Brasil na dinâmica capitalista – de país periférico e atrasado- que causa diretamente em formas mais profundas com que as crises tendem a abater nos países do sul global. Se a onda dos *commodities* foi bem surfada até esse momento, ela começa a sentir regressões e a incidir no aumento do custo de vida da população e em perdas significativas as empresas desse setor, as quais, ressalta Chagas (2019), foram as mais importantes no apoio ao PT.

Somado a isso, se consideramos o tripé da seguridade social, que compreende a saúde, a assistência e a previdência social, temos a primeira como instrumento transformista de um direito que, mercadorizado leva a população a pagá-lo – por meio dos planos médicos privados de saúde- para acesso de melhores condições; a assistência, como dito anteriormente, já havia sofrido cortes recentes; e a previdência, passado por reformas. Além da saúde, a moradia e a educação também se tornaram, ao longo dos ciclos petistas, direitos básicos que entraram na ciranda da mercadoria. Com isso os sujeitos de direitos são vistos como consumidores que, agora endividados também se encontram em situação de constante desequilíbrio.

Esse é um transformismo de direitos que nega a proteção social quando os coloca como mercadorias que, num contexto de crise e desemprego, já não estão mais garantidos.

Os governos do PT representaram a continuidade do programa neoliberal que vinha sendo implantado antes, apesar de mascarar esse programa com pequenas concessões à classe trabalhadora. Isso fez com que a crise econômica mundial não deixasse de se abater gravemente sobre o Brasil. Aliado a essa questão, os projetos do PT que tinham um véu favorável à classe trabalhadora passaram a se mostrar como verdadeiros ataques. Por exemplo, a expansão universitária com o REUNI,⁵⁰ que criou milhares de vagas em universidades federais sem que existisse qualquer estrutura para isso; os efeitos da reforma da previdência realizada no governo Lula; a retirada de direitos; o PROUNI⁵¹, que segundo um estudo feito pelo Andes tinha um investimento que permitiria a criação de muito mais vagas nas universidades públicas do que as financiadas em universidades particulares; o programa Minha Casa, Minha Vida, que injetou dinheiro no bolso dos empresários da construção civil, entre outras questões. Nesse contexto, as organizações de esquerda estavam muito desmobilizadas justamente pelo governo ser de um partido que se considerava esquerda. As centrais sindicais seguraram diversas lutas. Com a crescente insatisfação em meio a essa conjuntura de desmobilização, outras forças políticas, entre elas a extrema direita, ganharam força e passaram a ter grande influência nos movimentos que se desenvolveram (P18).

⁵⁰ O Plano de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de acordo com o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, durante o Governo Lula, tem como objetivo fortalecer o ensino público superior criando melhores condições de acesso e permanência na Universidade, pela via de melhor aproveitamento e expansão das Universidades Públicas e diminuição da evasão de alunos que encontram dificuldade de se manter na graduação devido a condições financeiras. Para isso, o Ministério da Educação, diante o decreto, torna-se a instituição responsável pelo repasse financeiro necessário para aplicação das medidas. Para maiores informações sobre o REUNI, acessar o site: <<http://reuni.mec.gov.br>>; o link do Decreto consta no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵¹ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é vinculado ao Ministério da Educação e visa oferecer bolsas integrais ou parciais de 50% ou 25% para estudantes que desejam cursar o ensino superior em instituições privadas. A concessão do benefício é efetuada diante comprovação de renda do interessado que deve ter participado no Enem e atingido médias acima de 450 pontos e não ter zerado a redação. O Programa foi instituído por Medida Provisória nº 213 de 2014 e convertida em Lei no mês de janeiro de 2005, também durante o Governo Lula pela Lei nº 11.096. Maiores informações constam no site: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>; a Lei que institui o PROUNI conta no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

Esse choque que encontra na política governamental a contínua preocupação com a economia que não sofre cortes como as políticas sociais, observa o aumento de aplicações na infraestrutura – aqui há o enfoque tão mencionado nos formulários também abordado anteriormente sobre os megaeventos.

Estávamos vivendo um momento que muitas pessoas estavam descontentes com as profundas desigualdades que o nosso país carregava e carrega desde a sua invasão e colonização. Alguns por motivos claros de buscarem e questionarem as tarifas referentes aos transportes públicos, a melhora dos serviços públicos básicos como saúde e educação. Ao mesmo tempo, os preparativos e a expectativa sobre os eventos que o Brasil receberia nos próximos anos (copa do mundo e olimpíadas) gerava uma atmosfera de diversos sentimentos que o povo brasileiro experimentou. De fato, foi uma relação de amor e ódio, por esses eventos e a noção de que não era o momento correto de arcarmos com determinados gastos que tivemos ao receber eventos esportivos de grande destaque global e com gastos que viriam o setor público. O que fomentou e influenciou bastante para uma notável e simbólica manifestação de rua, que desencadeou também em outros movimentos e interesses referentes a oposição aos governos petistas que estavam no poder, e futuros planos de determinados meios de comunicação, organizações e grupos conservados e liberais (P35).

As reações já começam a ser sentidas no ano de 2012 que, segundo Chagas (2019), foi marcado pelo maior número de greves desde 1996. O que expõe o descontentamento de uma classe trabalhadora esgotada de pagar a conta dos retrocessos econômicos e que encontraria no ano seguinte o aumento das passagens do transporte público como causa central a uma nova emergência social.

Chegamos em junho de 2013: o período no qual o estopim dado pelo aumento das passagens dos transportes públicos explode nas ruas das cidades após décadas de esgotamento com a democracia limitada e pouco fortalecida nos moldes do neoliberalismo. Para Chagas a anomalia do Governo Petista, quando mostra finalmente seu favorecimento à burguesia, expõe-se como “mais do mesmo”:

Os governos do PT foram governos burgueses anômalos, resultantes da crise de direção política dos trabalhadores e, apoiados nas organizações operários-populares dirigentes da classe trabalhadora, converteram-se em agentes do desmantelamento das lutas operárias com uma estratégia muito mais flexível e adaptável, que tinha como condição o atendimento dos interesses mais centrais da classe dominante, mas que, ao mesmo tempo, perseguia como medida de equilíbrio a adoção de políticas compensatórias para conferir mais eficácia às tarefas contrarrevolucionárias de estabilização, desmobilização e canalização das expectativas de uma vida mais justa dentro da ordem vigente. A maior demonstração que atesta esta hipótese reside no fato de que, somente quando se manifestaram os efeitos mais decisivos da crise econômica no Brasil, é o que os governos do PT não foram capazes de manter o relativo equilíbrio ao que sua estratégia se propunha, tendo, invariavelmente, que

escolher privilegiar o setor social com quem estabeleceu o pacto de conciliação: a classe dominante. Não por acaso é que foi com o acúmulo de insatisfação gerada pelo desequilíbrio produzido pela crise e pelo resultado prático da estratégia do PT, que o processo de experiência e ruptura das massas com o governo petista foi destravado (CHAGAS, 2019, p. 250)

Esse esgotamento se mostra dentre os participantes da nossa pesquisa, que veem naquele período um cenário quase impossível de não extrapolar a insatisfação geral da população que vinha sofrendo ataques nos mais variados espaços da vida.

A economia brasileira no período anterior as manifestações estava, depois de mais de dez anos a toda velocidade, encarando um cenário de desaceleração por conta da crise mundial iniciada em 2008. O PT, que desde seu primeiro governo se via diante a antítese de ser representante da classe trabalhadora e se aliar aos mandatários do Brasil, sofria há anos críticas ferrenhas pela esquerda mais radical e por da mídia, que sempre foi a extensão da direita governante até então. (...) Também em âmbito social, as consequências das mudanças das políticas públicas já eram observadas e causavam desconforto às classes historicamente privilegiadas. Havia também abertura sem preceitos para a garantia de liberdade de expressão, porém quando em manifestações populares, já demonizadas pelo Estado para a maioria da população, eram contidas historicamente pelo poder e repressão policial dos governos estaduais - vale lembrar também que um dos poucos setores nada alterados nos governo PT foi o de segurança pública. O alinhamento desses e outros eventos fazem o contexto conflituoso (como todos os são) de 2013 a meu ver (P36).

O cenário era de enfraquecimento do principal partido político da esquerda desde a redemocratização do Brasil, o Partido dos Trabalhadores, aliado ao enfraquecimento de suas bases, movimentos sociais, sindicais e estudantis que tiveram protagonismo na organização de classe no passado. Ligado a isso, o país vinha passando por mais um pico de crise econômica que deu início a um tensionamento social causado por políticas de austeridade e perdas de conquistas de direitos históricos dos trabalhadores (P39).

Acredito que em 2013 foi o sinal amarelo da vontade do povo por mudanças, já vinha muito tempo de um mesmo partido político no poder, a população começou a querer grandes mudanças sociais, a segurança pública, a qualidade da saúde que já vinha a muitos anos ignorada (P16).

O nível de endividamento das pessoas também estava alto, com muita gente preocupada com como iria fazer pra quitar a dívida no cartão de crédito ou no banco. (...) Pra terminar, estava crescendo um sentimento de frustração com o PT, sobre o qual tinha se depositado muita esperança de que poderia ser um partido diferente, mas que já dava sinais de que era um partido que governava de um jeito muito parecido com todos os outros, colaborando com a maioria desses problemas. O principal rosto disso pra mim que morava em SP foi o aumento do transporte em 20 centavos no primeiro ano da gestão de Haddad, e a subsequente repressão muito grande nos protestos contra esse aumento. Vale a pena dizer que estávamos em um momento onde muitas manifestações internacionais de caráter radical e democrático anti elites estavam acontecendo, como a primavera árabe, os indignados na Espanha e o Occupy Wall Street (P47).

O conglomerado de insatisfações sociais de 2013 encontra no Governo Dilma soluções rasas voltadas ao campo institucional já desequilibrado pelo enfraquecimento de apoio político.

A multidão de maioria do estrato da juventude, que se reergue, computa uma novidade nessa relação do Partido dos Trabalhadores com as lutas populares da classe trabalhadora do fim de um século findado⁵². Com as mudanças do modo de produzir capitalista, o mercado de trabalho também se modificou e, conseqüentemente, a classe e as suas reivindicações.

David Harvey (2018) explica que o neoliberalismo, além de incidir modificações no campo político e ideológico, também promove reflexos nas formas de organização de resistência social. Segundo ele, se haviam organizações sindicais centralizadas e hierarquizadas na luta pelos direitos trabalhistas no período fordista, os novos governos neoliberais enfrentam, por sua vez, novos movimentos sociais horizontais e pluralizados pela luta de melhores condições de vida cotidiana (HARVEY, 2018 *apud* CASTILHO; PURDY, 2018, p. 1).

A juventude que sai as ruas, como já apresentamos, se constituía em sua maioria, por uma nova classe trabalhadora já precarizada ou, se não, já preocupada com o futuro porque, de alguma maneira, já tinha acesso a serviços públicos e almejava alcançar os espaços da universidade, com a soma de que era “uma geração jovem que não conheceu o passado petista e que cresceu em uma era em que o PT simbolizava ordem, establishment, governo de coalizão (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.1).

Em 2013 eu tinha acabado de entrar no Ensino Médio, e não era muito ligada ao cenário político. Entretanto, uma das coisas que me incomodava, no geral, era a baixa qualidade dos transportes públicos e os aumentos sem explicações na tarifa de ônibus circulares (meu principal meio de transporte enquanto estudante). Quando vi os anúncios das manifestações pelas redes sociais (principalmente), mesmo não entendo de política, eu estava de acordo com o movimento, porque era algo que estava ligado ao meu cotidiano, porém não sabia de que forma contribuir/participar (P13, grifos nossos).

É importante também salientar que nessa nova forma de resistência aparecem junto aos direitos pelo trabalho, as pautas identitárias que foram tomando maior espaço nas últimas décadas concomitante ao fundamentalismo religioso que também teve seu processo de avanço.

Muita gente estava preocupada com o crescimento de espaço de setores conservadores, ligados às igrejas evangélicas, principalmente, como o deputado Marcos Feliciano que estava ocupando a presidência da Comissão de Direitos Humanos. Esse ganho de espaço dos setores conservadores também acompanhava uma tomada de consciência maior entre as pessoas da

⁵² Tem uma percepção importante na Tese de Chagas (2019) quando ele aponta para a ausência de maior organização das organizações mais clássicas da classe trabalhadora junto as Jornadas de 2013. O autor pressupõe que isso pode ser resultado de um tipo de estranhamento de um conjunto da classe que já havia passado por um ciclo de lutas e de reformulações políticas frente a um novo conjunto de jovens trabalhadores do ciclo de precarização causado pelo neoliberalismo que os negou os mesmos direitos conquistados pelo antigo conjunto da classe no século XX. Como vimos anteriormente, outro fator que pode contribuir para isso foi o enfraquecimento e a institucionalização das principais organizações sindicais.

importância de pautas democráticas, como o feminismo e as questões de negritude e LGBTs (P47, grifos nossos).

O retorno do Governo foi de acordos paliativos que, segundo Chagas (2019) foram incapazes de sair do papel ou de provocar grandes mudanças. Embora o aumento do transporte público tenha sido barrado e a saúde tenha recebido como solução a criação do Programa Mais Médicos, é importante lembrar que a violência policial para conter as manifestações foi o principal motivo para que elas aumentassem contingencialmente em nível populacional e geográfico, inúmeros manifestantes foram presos⁵³ e novas legislações foram formuladas para conter os protestos nas ruas; as pautas se multiplicaram; a mídia, que nunca perdeu seu espaço de influência ideológica, aumentou sua atenção nas ruas:

No governo municipal de SP, Fernando. Haddad⁵⁴ sofria diariamente ataques da mídia local de forma tão incisiva como não se viu antes, nem depois. A grande mídia, apesar de fora do poder, mantinha todas suas regalias mantidas de injeção de verba pública por vias legais como propagandas etc., porém se via contra um partido que, mesmo não alterando as estruturas do sistema, também começava a dar espaço e financiamento à pequenos meios de comunicação, fomento e criação de novos canais de TV estatais, incentivo à produções audiovisuais independentes, etc. Fora os desdobramentos de mudanças como estas em todos os setores da economia que a direita (com seu braço representante na mídia) não disputava mais espaço de decisão.

⁵³ Junho eclode depois de um intervalo de quase trinta anos de redemocratização que demonstra a ainda frágil democracia que se vive no Brasil. As ações de criminalização dos movimentos sociais e ainda mais, dos próprios manifestantes por entendimento de infração penal contra a ordem social brasileira são aspectos visíveis sobre o quanto o questionamento hegemônico movimenta as instituições de controle em nome da sua própria defesa. A exemplo disso, a Lei n. 12.850 conhecida como Lei das Organizações Criminosas datada de 2 de agosto de 2013 tem sua aprovação ainda no calor das manifestações quando um contingente de manifestantes enfrentava a judicialização de práticas tidas como criminosas. Seguida a ela, as Leis: i) 13.124, de 21 de maio de 2015, acresce penalidade a danos em instituições financeiras e ii) 13.260, de 16 de março de 2016, conhecida como a Lei Antiterrorismo não incide sobre movimentos sociais e organizações políticas, desde que não se enquadrem como violentas ou perturbadoras da ordem. Gonçalves e Machado (2018) veem em tais leis lacunas para a criminalização das atividades políticas e ressaltam sobre seu teor conteúdo ideológico e moralizador. Comprovando tal apontamento, o professor e a pesquisadora elencam críticas que observam nas condenações de 23 ativistas dos protestos que ainda se desenrolavam em 2018 – todos envolvidos nos protestos de 2013- sobre conteúdos que segundo ele, “justifica a desigualdade e legitima a seletividade do sistema de justiça criminal” quando colocado como argumento do próprio juiz a condição social de alguns dos manifestantes como “componentes da classe média” e, por isso, em desacordo com o “caminho da ética e da honestidade”(2018, p.21). Sobre isso, se afirma a cultura moralista que se coloca diante a preconceção de comportamentos que determinados pelas condições sócio econômicas dos sujeitos. O caso mais emblemático até os dias de hoje é do morador de rua e catador de recicláveis Rafael Braga, preso no Rio de Janeiro em junho de 2013 por portar um vidro de Pinhosol apontado como artefato de produção de explosivos. Rafael recebeu o benefício de progressão de regime quando foi abordado e preso novamente acusado de tráfico de drogas, mesmo diante denúncias de testemunhas que afirmaram haver incongruência na acusação. Rafael se manteve em situação de privação da liberdade até setembro de 2017, quando recebeu permissão de cumprir a pena em regime de prisão domiciliar após contrair tuberculose no cárcere. No dia 22 de novembro de 2018, Rafael foi absolvido da acusação de tráfico. Maiores informações sobre o caso de Rafael Braga, constam no link: < <https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br>>. Acesso em: 19 set. 2020.

⁵⁴ Então prefeito de São Paulo.

Travestindo esses interesses de disputa de poder em liberdade de imprensa e de expressão (com muitas técnicas inclusive de semiótica), as críticas ao governo vigente, acrescida à crise econômica, construíram um cenário caótico de insatisfação e esgotamento da política como um todo, da forma com q ela se materializa na atualidade. (P36).

Uma das participantes da pesquisa declara ter tido participação nas organizações do Rio de Janeiro e levanta uma análise mais específica da cidade que sediaria com mais afinco os megaeventos e sofria as consequências disso. Ela também nos mostra a dificuldade de união das pautas entre a multidão que acabou, ao longo das manifestações, se fragmentando. O que se tornou um problema quando a mídia iniciou seu trabalho de despolitização:

Um período de muito descontentamento com a coisa pública e com os partidos políticos. O cenário nas redes de educação que participava revelava uma desesperança com o legislativo, mas também uma força de ação que oscilava entre transformar a realidade e a crença de alimentar o ódio a tudo que vinha dos três poderes. Entre os movimentos sociais dos quais estive próxima, uma tentativa de propor transformações no Brasil, mas na minha perspectiva um buraco entre os movimentos de vanguarda com os movimentos que estava nascendo nesta época e que tinha outra forma de abordagem ou procedimento. A falta de ponte entre as diferentes perspectivas dificultava, em alguns casos, o diálogo e fragmentava as lutas de tal forma que não se escutava os gritos. Considero que só quando foi observado o crescimento dos movimentos de direita nas ruas é que a ponte da escuta recebeu ouvidos. Mas daí já tínhamos um fenômeno se dando no Brasil. Em cada estado um mundo de reivindicações e não se tinha corpo para sustentar uma única pauta. Considero impossível fazer uma avaliação única do cenário brasileiro em 2013, acho que não me cabe isto. Posso falar do RJ e do que vivi nesse período. A pauta das reuniões sindicais e dos movimentos políticos e sociais não levantaram somente ao aumento da passagem, mas faláramos muito da situação de precariedade na educação e na saúde no estado do RJ e como os poderosos se apropriavam do petróleo. Estávamos em denúncia juntamente com muitas famílias desapropriadas por conta dos megaeventos e muita crise no enfrentamento com a polícia nas Ocupações de Moradia na cidade. Então, para o RJ os atos já começaram muito mais no sentido de denúncia e enfrentamento contra a perda de moradia e o uso do petróleo. Os atos eram de pouca visibilidade e com uma quantidade razoável de participantes. No entanto, quando os atos ganham a legitimidade das grandes mídias, os atos públicos ganharam uma proporção inimaginável. Levando a uma luta cheia de esperança seguida de descontrole mais desconfiança do que realmente estava acontecendo (P44).

Nesse momento de massificação e multiplicidade das pautas que ecoam não mais em uníssono pelo transporte público e contra a violência policial, organizações da direita iniciam suas atividades a fim de disputar o espaço e agir sobre uma certa direção que fosse possível, levando em consideração a quantidade de pessoas que se encontravam ali pela primeira vez num ato político.

O participante P18 teve atuação, assim como a participante anterior, nas manifestações, agora na cidade de São Paulo. Ele ressalta as dificuldades iniciais, os problemas táticos da esquerda e o transformismo de direcionamento político dos protestos:

A possibilidade de um levante da classe trabalhadora baseado na insatisfação com uma estrutura neoliberal ficou evidente nas jornadas de junho. Entretanto, a falta de força da esquerda para assumir a direção do processo o levou a um caminho sombrio. Pessoas de partidos de esquerda com bandeiras e camisetas de suas organizações passaram a ser agredidas fisicamente por outros manifestantes, até que se viram completamente impossibilitadas de participar dos atos. Surgiu um sentimento nacionalista intenso que foi acompanhado por um crescimento vertiginoso de posturas de extrema direita. Grupos como o Comando de Caça aos Comunistas e células neonazistas se espalharam por diferentes locais. Não existe culpa de uma ou outra organização, um ou outro partido político, de forma exclusiva. Mas certamente a esquerda ficou de mãos atadas e não conseguiu dirigir o processo por sua própria desorganização. É importante notar que esse não foi um processo exclusivamente brasileiro. A ascensão da extrema direita aconteceu em todo o mundo de forma coordenada. Entretanto, os reflexos disso no Brasil foram catastróficos - levando a um golpe de Estado e à eleição do atual presidente. Em suma, a ascensão da extrema direita no Brasil não se deveu unicamente aos caminhos das jornadas de junho, mas certamente teve uma grande influência desse processo. Na época eu era militante de uma organização internacional que no Brasil era representada por uma corrente do PSOL. Participei da organização dos atos desde o início, quando a pauta era apenas o valor da passagem. O processo foi complicado desde o início, mas com a massificação dos atos as coisas pioraram. Os gritos de "sem partido, sem bandeira" cresceram. Em uma das últimas manifestações fui agredido severamente por um grupo de pessoas usando a bandeira do Brasil tapando os rostos. Cheguei a ficar desacordado no chão em meio à ponte estaiada. Percebi aos poucos o caráter que as manifestações tinham assumido e, em análise de conjuntura com a militância da organização que eu participava, imaginamos a ascensão da extrema direita nos próximos anos. Por discordar da linha que as organizações de esquerda assumiram no combate à extrema direita, me desfilei da organização que militava e passei a militar junto a movimentos populares. (P18, grifos nossos).

As Jornadas deixam um legado que é claro nas respostas dos participantes sobre a importância de tomar os espaços públicos como demonstração do poder popular e, diante as narrativas trazidas de duas capitais diferentes confirmamos que as pautas foram, de fato, plurais, mas que sendo plausíveis, não devem ser vistas como lutas por nada mas, uma necessidade de “entender como as manifestações foram localmente apropriadas para expressar indignações singulares” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.1.).

Conforme dissemos anteriormente, isso não garante que não haja um hibridismo sobre como se dará o caminho político dali para frente.

Acho que o principal efeito de junho de 2013 foi que a disputa política na rua virou um fato aceito por todas as pessoas. Eu lembro bem que antes, morando

*em Campinas, era praticamente impossível ver um ato de rua sobre qualquer pauta. Depois de junho, atos de 5, 6 mil pessoas viraram atos de tamanho "normal". Acredito que o processo serviu para as pessoas perceberem também que a política não é decidida apenas nos palácios, mas principalmente pela mobilização, e a partir de então acredito que todos os principais processos políticos passaram por processos de rua também (o impeachment da Dilma, o Ele Não, atos como o tsunami da educação e os atos antirracistas, etc.). Quero deixar claro que isso não é apenas positivo porque essa consciência veio pra muitas pessoas de todos os campos do espectro político, e, na minha opinião, o setor que mais soube se utilizar dessa consciência adquirida pelas pessoas logo depois de 2013 foi a direita. Os protestos contra o impeachment da Dilma foram uma ilustração importante disso, e para mim foram quase uma simulação de 2013 - obviamente excluindo as partes mais importantes, como a luta contra a repressão da polícia, a defesa dos serviços públicos e da diversidade, mas mesmo assim os organizadores desses protestos acabaram conseguindo se postular como os "herdeiros" de junho de 2013. Acredito que muito disso foi por falta de iniciativa da esquerda de tentar disputar esse legado, e acho que desde então viemos aprendendo melhor como fazer essa discussão. Pra terminar, acho que uma marca do período pós-2013 foi que os dois lados do espectro político se tornaram mais radicalizados. **A direita começou a sair mais do armário, chegando a defender pautas mais abertamente protofascistas, e a esquerda também aumentou o tom com um ganho de espaço tremendo das pautas democráticas e também das discussões mais sistêmicas de política, como a taxaçoão das grandes fortunas e a desmilitarização da polícia** (P47, grifos nossos).*

A ausência de maior direcionamento dos partidos da esquerda e, principalmente, do partido que se encontrava na governança do país encontra-se com a análise de Gramsci sobre eles, em que afirma que

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais as suas classes; mas nem sempre sabem adaptar-se as novas tarefas e as novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força(...) no país em questão ou no campo internacional (GRAMSCI, 2011, p. 304)

Avançando as Jornadas de Junho, adentramos ao processo de rompimento da burguesia com o PT, a qual o autor atribui como causa as circunstâncias da conjuntura que demonstravam, diante uma crise estrutural e de nível global que o pacto de classes já não contemplava mais a burguesia preocupada em proteger a acumulação dos seus lucros. O Governo de “equilíbrios” petista já não era mais compatível com a força hegemônica. Chagas (2011) exclui a hipótese de que a recusa da burguesia, nessa altura, seja resultado de uma negação a um governo de esquerda voltado majoritariamente à transformação social ou até mesmo uma ameaça à manutenção da elite nas esferas do poder; caso essa premissa fosse verdadeira, para ele, é certo que o governo petista não teria mantido certa estabilidade por pelo menos dez anos, livre de maiores confrontos (id, 2019).

Porém, Mészáros (2011) já havia atentado sobre as estratégias progressistas que não sendo capazes de suprimir o organismo do sistema capitalista sempre se manterão em constante ameaça, ainda que aparentemente soem a um governo estável. A gênese da crise política no Brasil que nos alcança até os dias de hoje é resultado do governo neodesenvolvimentista que extrapolou suas contradições ao tentar equilibrar- salvo as prioridades econômicas- interesses antagônicos da burguesia e da classe trabalhadora.

Essa crise que ao entrar no campo de disputa, como é próprio do território político, encontra, do outro lado, uma força ofensiva muito bem articulada, também não livre das suas próprias contradições, nomeada por Boito Jr. como “campo neoliberal ortodoxo” (BOITO JR, 2016, p.155). Este que pretende não só restaurar, mas implantar outras políticas neoliberais ainda mais reacionárias. Ressaltando as principais diferenças que explicam essa polarização, o autor explica:

A aplicação da plataforma neodesenvolvimentista contempla prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Cada uma dessas grandes frações burguesas arregimentou aliados nas classes dominadas. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória que denomino frente neodesenvolvimentista. Essa frente disputa com o campo formado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe média, que é o campo neoliberal ortodoxo, o controle da política econômica, da política social e da política externa do Estado (BOITO, 2012; BOITO E BERRINGER, 2013 *apud* BOITO Jr., 2016, p.156).

Segundo Chagas, o que conflui para o esgotamento das práticas políticas neodesenvolvimentistas que leva ao rompimento da burguesia com o PT se dá pela denotação de que

As condições para sua execução deixaram de existir. O cenário de crescimento econômico internacional sustentou esse “desenvolvimento”, somente até o momento em que as exportações das *commodities* brasileiras estavam sendo impulsionadas pela elevação do consumo mundo afora. Com as reservas acumuladas durante o ciclo ascendente do período 2003-2009, foi, inclusive, possível amortecer os efeitos da crise e apontar para uma recuperação nos três anos seguintes. Mas, quando os efeitos da crise econômica não resolvida na arena internacional chegaram ao país, a margem de manejo financeiro praticamente se extinguiu. (...) A síntese dessa questão, portanto, reside no fato de que não é possível equilibrar indeterminadamente, num pacto de conciliação de classes, interesses econômicos antagônicos, por isso não depende da “capacidade de gestão”, de “vontade política” ou mesmo de um

“compromisso com o desenvolvimento”; mas, da existência de um ciclo econômico que permita tal ação (CHAGAS,2019, p. 258).

Mesmo diante a insurgência social, ainda que com uma margem estreita, Dilma Rousseff é reeleita ao segundo mandato que se estabelece enfraquecido de apoio na Câmara, com denúncias de corrupção à cúpula do PT e uma insatisfação política geral em constante ascensão.

Chegado o ano de 2015, com a economia ainda em recessão, os cortes em políticas sociais entram na casa dos bilhões, o desemprego aumenta e a pressão burguesa se acirra. A avaliação do Governo Dilma– que antes fora a melhor desde a redemocratização, ultrapassando até mesmo seu antecessor- atinge uma queda considerável e se mostra pior que os “momentos mais delicados do Governo Collor” (CHAGAS, 2019, p.204-205).

Neste mesmo ano, as manifestações reacionárias de 2015 que se estendem até o ano de 2016 apresentam claras diferenças com relação ao perfil, as reivindicações e as organizações em relação a 2013⁵⁵. Os estratos da classe média que reivindicam o antipetismo nas ruas afirmam o dilema de uma classe que não se vê em si⁵⁶ e, ao não reconhecer sua localização produtiva na dinâmica do capital, é inspirada mais aos modos de vida da burguesia que da própria classe trabalhadora. Boito Jr. afirma que a inserção da alta classe média⁵⁷ junto ao neoliberalismo ortodoxo se deu “em boa medida, pelas características da conjuntura ideológica e pelas exigências da correlação política de forças” (BOITO JR, 2016, p. 157).

⁵⁵ Tratamos as diferenças entre os perfis dos manifestantes de 2015/16 em comparação àqueles que saíram as ruas em 2013 anteriormente na página 33.

⁵⁶ A discussão mais aprofundada sobre a classe média consta nas páginas 30-31, caso seja necessário rememorar-la.

⁵⁷ Ao abordar a fração referente à “alta classe média”, Boito Jr. explica que ela vai além de uma massa de apoio ao neoliberalismo ortodoxo ao se fazer fundamental para ao seu desenvolvimento e manutenção. O autor explica que são figuras desse estrato social que atualmente ocupam cargos públicos importantes na engrenagem do Estado capitalista burguês, dispendo de “uma posição estratégica no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal” (2016, p.59-60). Essa mesma alta classe média vê nas políticas sociais uma conta que ela mesma paga e ainda abre espaços de acesso a uma população que estaria roubando um lugar de protagonismo que historicamente não é seu. Essa desagudização das diferenças que chega nos espaços da Universidade, ou mesmo em ambientes públicos ferem a ideologia meritocrática que esconde um chão histórico de exclusão e acessos a uma parcela muito restrita da sociedade. O incômodo de uma classe insegura, porque reconhece, sem intenção de abrir mão, os seus próprios privilégios confirmam a sociedade herdeira de uma ideologia extremamente conservadora e escravocrata como já dizemos anteriormente nessa pesquisa. Ao neoliberalismo ortodoxo preocupado em se manter na ordem do poder, dinamizar o perfil social em cargos de manutenção do controle social, se torna uma ameaça direta. Por isso, podemos observar os ataques à educação e à produção do conhecimento como um projeto que reúne interesses que não correspondem à classe trabalhadora.

A denúncia das pedaladas fiscais⁵⁸ iniciou o processo de pedido de *impeachment*⁵⁹ da então presidenta. O episódio fatídico de 17 de abril de 2016 da votação na Câmara dos deputados⁶⁰ termina com 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções; contou com declamações religiosas, moralistas, ideológicas e até declarações saudosas com a ditadura militar e as práticas de tortura – essa colocada por Jair Bolsonaro ao citar o Coronel Brillante Ustra⁶¹ acusado de torturar a própria presidenta.

O golpe aplicado para destituir Dilma Rousseff por meio do *impeachment*, conforme coloca Chagas (2019), se orienta por esse arranjo de interesse por conduzir as reações à crise que avançava e por uma prevenção de que outro levante popular, como se deu em 2013, pudesse eclodir. Diante disso, uma percepção relevante a se fazer e que pode solucionar análises contraditórias sobre certa responsabilidade das Jornadas de Junho quanto à ascensão da extrema direita é de que, não foram elas a *causa*, mas o *motivo* que despertou a necessidade estratégica de prevenir uma nova hecatombe social organizada novamente por si mesmo.

Cresci e vivo no contexto de uma família que reproduzem falas como "política não se discute". Então, nunca me interessei, nunca soube quem governava, a função de cada poder. Não passava dos ensinamentos de aulas do ensino médio (que por sinal, achava uma chatice). Então, não consigo opinar muito sobre o cenário político, econômico e social. Mas posso dizer que o interesse por entender o que estava acontecendo despertou dentro de mim. O discurso de política não se discute não fazia mais sentido, depois de ver toda a movimentação nas ruas. (P37).

⁵⁸ Para entender o significado das pedaladas fiscais, justificativa para o pedido de impeachment da presidenta, Chagas (2019, p.6) explica: “Ao concretizar essas medidas, o governo na prática realizava uma manobra contábil para ganhar tempo e, sem deixar de privilegiar os setores do empresariado diretamente envolvidos com o PAC (que financiaram as campanhas eleitorais petistas), tentar manter um equilíbrio fiscal que acalmasse os investidores, na esperança de uma melhora no cenário econômico. Para isto, utilizou recursos futuros (baseados numa expectativa de financiamento) dos bancos públicos, deixando para estas instituições uma espécie de dívida por empréstimo “do governo para o próprio governo”. Essas chamadas “pedaladas fiscais”, cuja adoção desagradava os investidores internacionais, não foram suficientes para um desembarque do mercado financeiro para uma oposição ao governo já nas eleições de 2014; mas foram, sem dúvidas, elementos de tensão que influenciaram o pacto da governabilidade. A oposição parlamentar burguesa ao governo petista utilizou desse fato revelado em 2014 para, antes e depois da campanha eleitoral, acusar Dilma de crime de responsabilidade”. O autor expõe em sua tese que a prática das pedaladas não é incomum em outros governos.

⁵⁹ Chagas (2019) aponta que na mesma década outros processos de impeachment de mesmo caráter golpista aconteceram em outros países latinos, como Honduras e Paraguai – não citado pelo autor, provavelmente por ter sido acontecimento recente, a Bolívia sofreu um golpe contra o presidente Evo Morales em 2019-, e ressalta a pressuposição de que esta poderia se conformar em uma onda de reacionarismo ao populismo que havia se estabelecido no continente na primeira década do século XXI.

⁶⁰ Na plataforma do Youtube, o vídeo “As dedicatórias mais curiosas dos deputados na votação do impeachment”, através do link: < <https://www.youtube.com/watch?v=PaPvwxMF5jI>>, é possível ter acesso a um compilado das principais falas que justificavam o voto “sim” pelo impeachment da presidenta. Acesso em: 20 set. 2020.

⁶¹ Pela plataforma do Youtube, o Jornal Estadão posta o vídeo “Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016”, link de acesso: < <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em 20 set. 2020.

Me senti incomodada por não entender algumas coisas como o funcionamento do Congresso objetivamente, qual o poder de um Senador comparado à um Deputado, o que passa por cada um e como. Também me surgiu a necessidade de entender melhor a própria eleição, o partidarismo, o que significa votar em alguém que você curte e ao mesmo tempo pensar na legenda, em quem você de fato pode eleger. Acredito que foi definitivo pra que eu chegasse na graduação disposta à fazer algo e isso foi muito importante pra mim (P7)

Fica notório como uma movimentação popular pode incidir de maneira considerável sobre a consciência da população e isso fica explícito na fala da P13, que quando citada anteriormente, expôs sua percepção as Jornadas como uma estudante usuária do transporte público e que, quando questionada sobre a sua avaliação e o impacto destas no cenário atual, levanta uma análise de outras manifestações diante de novas pautas e figuras, bem como seu olhar sobre tais, o que confere uma iniciação política que não cessa no ano de 2013.

Quando entrei no ensino médio, devido a convivência com novas pessoas e novos pensamentos em questão das relações sociais, me tornei mais participativa da sociedade num todo e a me interessar por política. Participei em 2014 da manifestação do impeachment da Dilma, mas não como apoiadora do movimento, mas para fazer registro fotográfico e entender por que aquelas pessoas estavam ali. Em 2016, tiveram as ocupações das ETEC⁶²'s por melhores condições da educação e contra aos cortes, movimento organizado apenas por estudantes do ensino médio, o que foi incrível. Ainda em 2016 também me recordo da manifestação na rua contra a PEC⁶³ de congelamento dos gastos em saúde e educação do governo Temer (porém nesse período eu já estava na graduação, o que acho que me tornou mais consciente e interessada pelas questões políticas e como me mobilizar a respeito). (...) Além disso, durante a minha graduação, entrou em cheque a discussão da escola sem partido⁶⁴ também, que é uma pauta importante para a profissão que eu sigo hoje. Aprendi ao longo desses anos a importância da participação política, e entender que aqueles que pensam numa política mais humanista, um olhar para mudança não são quem fazem as políticas que

⁶² Escolas Técnicas

⁶³ Projeto de Emenda Constitucional

⁶⁴ Projeto Escola Sem Partido é um movimento que desde 2004 vinha sendo liderado pelo advogado Miguel Nagib que por meio de Projetos de Leis vem tentando se instaurar legislativamente nas escolas com a justificativa de que estas vem sendo espaço de doutrinação política, ideológica e de gênero por parte dos professores. Consideradas por defensores da liberdade da educação como um “anteprojeto”, porque veem nele um projeto de cerceamento ao ensino e um inibidor para a autonomia da educação e para a formação educacional no ambiente escolar. Dentre outras medidas, o último documento formulado pela PL246/2019 que foi arquivado por ser considerado inconstitucional, previa a gravação de aulas e regras que deviam ser seguidas por professores sobre a proibição de tratar de assuntos considerados políticos e/ou ideológicos em sala de aula, assim como, organizações estudantis que aparentassem as mesmas identificações. É importante salientar que mesmo não tendo sido aplicado, o movimento do Escola Sem Partido vem abrindo espaço para que ataques e ameaças a professores venham sendo realizados nos últimos anos. Em agosto desse ano, o líder do movimento anunciou na página virtual que estava encerrando suas atividades à frente do movimento, o site ainda se encontra ativo, mas sem maiores publicações sobre como se organizará daqui em diante. O link de acesso para entender o Movimento e as suas mutações está disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara>>; para acesso ao Projeto de Lei 246 de 2019: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 27 set. 2020.

temos hoje. O fato de me envolver com projetos sociais e fazer parte da classe trabalhadora, traz de forma evidente que o papel do Estado se faz importante para haver as políticas sociais que contemplem os problemas que enfrentamos hoje das desigualdades e má investimento público. Mas como a população não é consciente disso, a democracia acaba por ser falha e resultam em má administração pública (P13).

Como todo movimento dialético o qual tratamos aqui de ação e contrarreação entre forças progressistas e reacionárias, é presente nas falas dos participantes essa noção de dicotomia sobre a forma como é apreendido, entre as forças antagônicas, esses movimentos:

Particularmente [um ponto positivo], a força da mobilização do povo. Que quando se organiza por uma causa, conseguem ter voz. E um impacto muito grande social. Fazendo valer a voz daqueles que pedem (povo). Porém, hoje entendo que muitas mobilizações são feitas por lideranças que tem interesses pessoais, e não coletivos. Como o golpe que tirou a Dilma (P2).

Com uma citação que se faz ainda muito atual, Gramsci resume a problemática que resulta de movimentos espontâneos que se fazem ausentes de direcionamento político ou são negligenciados:

Negligenciar e, pior, desprezar os movimentos ditos “espontâneos”, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, pode ter frequentemente consequências muito serias e graves. Ocorre quase sempre que um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determinada, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo o governo para tentar golpes de Estado (GRAMSCI, 2011, p. 310).

Num processo que se alongou até agosto do mesmo ano, terminou por instaurar o “golpe parlamentar, midiático e jurídico” (CARVALHO; RODRIGUES Jr., 2019, p. 275) no país ao aprovar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, cedendo o comando a Michel Temer que tocou por três anos de um governo ilegítimo, marcado por inúmeras contrarreformas que atingiu significativamente a classe trabalhadora.

Seguindo a linha de pensamento gramsciana, esse período se classifica como uma “crise de autoridade” que é marcado pelo momento em que a classe dominante perde o consenso diante a massa que se separa à ideologia imposta por não encontrar mais nela a solução para os seus problemas. Neste momento, Gramsci (2011, p.291) atenta para uma crise que “consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo pode não nascer: neste interregno⁶⁵, verificam-

⁶⁵ O interregno marca o intervalo de um período em que um governo fica sem chefe ou representante; ou o período entre dois reinados, durante o qual o trono se faz vago.

se os fenômenos patológicos mais variados”. Os períodos de crise como esse, segundo o autor, configuram-se como períodos perigosos, porque são marcados pela necessidade de se encontrar uma solução orgânica.

Essa solução dada por Gramsci, pode ser apreendida atualmente pela ideia da “frente ampla”, a junção das frentes da esquerda que, conscientes da necessidade de sintetização das necessidades de resolução de um problema vital, unem-se em nome da solução do que o autor chama de “perigo mortal”. Para o teórico

quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador, nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor (GRAMSCI, 2011, p. 304).

Essa imaturidade que Gramsci demarca em sua análise se encontra com as mazelas históricas que compõem a realidade brasileira e movem as sociabilidades do cotidiano. Não contrariando ainda a sua ideia, um chefe carismático começa a surgir.

Mesmo que inicialmente legítimas e a favor de direitos básicos e trazendo à tona movimentos de resistência como os black blocs, as Jornadas de Julho posteriormente eclodiram o caos de todas as forças que os brasileiros sofriram/sofrem; que inclui a falta de consciência de classe, o esvaziamento ideológico dos discursos, a falta de educação e consciência política e os preconceitos de classe e outros. No meio da catarse orgânica que se criou e sem essa construção de um projeto claro de sociedade, fundamos num espaço vazio para que, anos depois, com as crises políticas e econômica ainda mais agravadas, o fascismo desse as caras e construiu a ascensão suas lideranças, como Bolsonaro (36).

A figura de Bolsonaro, que viria suceder o governo petista, começa a tomar um espaço inicialmente pouco percebido, principalmente pelas organizações de esquerda. Com cada vez mais aparições e falas polêmicas que rodam a internet e a mídia, aliado fiel de Igrejas cristãs neopentecostais e difusor de ideologias moralistas e fundamentalistas (CARVALHO; RODRIGUES Jr., 2019), ele angaria crescente consenso social diante a despolitização sob estratégias discursais rasas e com soluções imediatistas, nem sempre em acordo com a realidade, mas que são capazes de agir sobre o sentimento de insegurança e insatisfação política da sociedade. Para Pinheiro-Machado (2019, p.1) “o bolsonarismo é, antes de tudo, um discurso raso que se propaga no vácuo para responder a profundos e diversos ressentimentos”.

A socióloga Sabrina Fernandes (2019) trata a construção política das últimas décadas por meio do debate da despolitização, como uma forma de governar que impede as consciências de questionarem a ordem vigente, porque aceitam um rearranjo aos modos do capitalismo para

a busca de melhores condições de vida- isso acontece quando uma camada considerável da população ascende pela via do consumo, por exemplo. A questão é que essa despolitização avança quando é ruída a política petista e a crise de representatividade levanta dilemas sobre a própria democracia, colocando-a no campo da seletividade ou da coerção para o seu funcionamento⁶⁶. De acordo com a socióloga, é prática da despolitização o uso de ideologização da realidade; de soluções rasas para problemas complexos; a criação de mitos; a construção de inimigos – como o antipetismo, o anticomunismo – o uso de afetos pela via do medo e da insegurança e o esvaziamento de pautas complexas e histórias- como a corrupção, por exemplo.

A subida ao poder de Jair Bolsonaro é fruto de insatisfação, desejo por ajeitar a casa "Brasil", um ciclo sem fim, a busca por um salvador, a busca por um Éden perdido, onde haja dignidade, saúde, educação, segurança pública, direitos respeitados, todos sendo tratados no mesmo nível, o fim da corrupção, o dinheiro dos impostos sendo investido no povo.(P16).

Podemos presumir que, diante uma democracia jovem e instável, essa denotação já viesse se demonstrando ao longo das últimas décadas. Quando mesmo depois de anos de luta da classe trabalhadora pela redemocratização, os governos abertamente neoliberais ainda tenham conseguido obter vitória contando com um processo de *impeachment* que só não se consolida porque o então presidente, Fernando Collor de Melo (1990-92), renuncia.

Reconhecendo o capitalismo como um sistema de crises cíclicas que resultam na maior precarização da vida, não é dispensável que esgotamentos atinjam novos governos que atuem nos mesmos moldes de sempre, ainda que ditos de esquerda e populistas- como o petista recente- e, dessa forma, abram-se espaços a outros, mesmo que abertamente de direita e conservadores - se estes se mostrem como solucionadores das mazelas sociais ou de satisfação à melancolia e à frustração de uma época. Para Pinheiro-Machado (2019, p.1), a ascensão bolsonarista é resultado de “um não rompimento com nosso passado autoritário e com as estruturas que perpetuam a desigualdade”, por isso, numa nova onda conservadora vemos defesas tão antiquadas como a família e a propriedade, vistas como alvo de ataques por organizações de luta por equidade de gênero, raça e classe.

Isso afirma a ideia de que somente com a supressão ideológica atual é possível que se construa uma nova forma de dominância que alcance potência de enfrentamento ao reacionarismo que avança sobre a sociedade. Esse trabalho, segundo Gramsci (2011), não é realizado somente nos períodos críticos, mas, principalmente, nos períodos em que o cotidiano

⁶⁶ É exemplo disso a discussão que fizemos anteriormente de seleção intelectual dos grupos que votaram a favor ou contra o PT nas últimas eleições, assim como, a aparição da reivindicação de intervenção militar para defesa da democracia.

aparenta equilíbrio, porque segundo ele, é o trabalho da formação política que produz eficácia de resistência nos períodos de crise, visto que já atingiu o campo das consciências preparando-as para o reconhecimento das contradições que emergem nesses períodos e, dessa forma, as demagogias não obtêm sucesso sobre o convencimento social.

- 4.2. O conservadorismo que emerge nesse processo

*Sobre o vosso jazigo
- Homem político –
Nem compaixão, nem flores.
Apenas o escuro grito dos homens.
Sobre os vossos filhos
- Homem político –
A desventura do vosso nome.
E enquanto estiverdes
À frente da pátria
Sobre nós, a mordaza.
E sobre as vossas vidas
- Homem político –
Inexoravelmente, nossa morte.
(Hilda Hilst)*

Levando em consideração que junto as percepções de que a força emergida da massa populacional que tomou as ruas no ano de 2013 tenha se conformado como o ponto positivo mais citado pelos participantes do Formulário, na mesma medida, a violência policial, a polarização e a intolerância ao diferente, aparecem como pontos negativos desse momento.

Na minha visão 2013 deixou de positivo o aviso aos que estão no poder que o povo tem voz e atitude por melhorias, de negativo eu enxergo a violência nos protestos, parte pobre dos políticos aprenderam a usar as manifestações como armas, a manipular isso a favor de seu partido e opinião (P16).

Convém entendermos as formas como a hegemonia se constitui sobre o subjetivo popular, ao que Helena Martins (2020, p.1), de acordo com a lógica gramsciana⁶⁷, explica que ela se legitima por meio do “poder de um determinado grupo sobre os demais” maneira como se mantém “pelo uso da força e pela fabricação do consenso, que funciona como legitimador da dominação de coerção e consenso”, “tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião”. Logo a hegemonia é

⁶⁷ A mesma explicação sobre hegemonia é dada por Gramsci que a explica como “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada” (2011, p. 290).

“compreendida como a combinação de direção e domínio” que não se coloca apenas nos fazeres políticos, porque para que chegue até ele, ela age previamente sobre a cultura, a moral e a ideologia (2020, p.1).

O conservadorismo, como vimos anteriormente, é um fenômeno que nunca esteve ausente da sociedade brasileira, mas que vem se mostrando em constante ascensão nos últimos anos. Ao operar como um instrumento da ideologia hegemônica, nos leva a vê-lo não como um fenômeno que se explica por si, mas que, para ser compreendido deva ser inserido na conjuntura social, econômica e histórica que resulta a ele uma categoria de desenvolvimento e não de imediaticidade. Ou seja, o conservadorismo é presente no desenrolar da historicidade, seja ela vista de modo mais amplo ou específico, e se reformula diante os novos aspectos que surgem e se complexificam na sociedade da luta de classes (IASI, 2015).

A dicotomia com a imediaticidade se dá pelo fato do entendimento que se por um lado, o conjunto do que se tem como “conservador” ser um processo, um desenvolvimento; por outro, ele é aplicado no momento dos fatos. Entendendo o que Gramsci (2011) nos coloca como senso comum – a cultura construída e determinada pela sociabilidade capitalista que avança à moral e a engloba de acordo com seus interesses (burgueses) -, compreende-se na sociabilidade brasileira, levando em consideração a sua própria formação moralista e cultural, o que é considerado, majoritariamente, como aceitável ou não pela visão dela.

É dessa maneira que o conservadorismo tende a levar a enxergar os fatos sem buscar entendê-los e, por isso, enquadrá-los no conjunto de regras que não é considerado aceito pelas premissas do senso comum. Este que, como já mencionado, não corresponde à realidade do conjunto da massa trabalhadora, mas é própria de uma construção da força dominante que para que se mantenha como hegemônica aplica sobre a classe dominada sua própria hegemonia.

A ideologia só pode ser efetiva se o valor ideológico encontrar na consciência imediata algo que produza um reconhecimento e assujeite a pessoa a determinadas práticas. Neste ponto, o funcionamento da ideologia é preciso. As relações sociais interiorizadas na forma de valores que constituem uma determinada visão de mundo são apresentadas a estes valores agora na forma do discurso ideológico. (IASI, 2015, p.1)

Por esse motivo, Iasi afirma que, embora assuste a nova onda conservadora que avança nos últimos anos devido a sua maior radicalidade em se expressar, ela sempre esteve presente na sociedade e se não foi combatida antes é porque “é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa” (IASI, 2015, p.1). E, como já abordado anteriormente, avançar as

consciências para as correlações de força que não só estruturam a sociedade capitalista, mas permitem que ela se desenvolva, não é prioridade.

Portanto, é notório que a democracia liberal burguesa - a qual estamos situados-, também se reproduza no convívio social pelos mesmos alicerces de consentimento e coerção que se retroalimentam ou, em casos extremos, se justificam⁶⁸. Se retomamos a ideia de Mészáros (2011) de que o capitalismo é um sistema estruturado por um corpo metabólico, aqui a ideia não se difere, justamente porque são constituintes do Estado burguês.

Portanto, se há uma democracia moldada pela ordem capitalista, logo ela se constitui como parte desse corpo metabólico e se reproduz como ele. Na sociedade burguesa, ela é instituída por limites de atuação social devido ao seu caráter representativo, ou seja, por meio da eleição de figuras que se conformam como representantes e, ao configurar um sistema democrático de representantes e representados, deveriam trabalhar em acordo com os interesses daqueles que foram seus eleitores.

Não descartamos ainda os moldes subordinados também da democracia à economia e da estrutura jurídica⁶⁹ dentro da mesma característica (de corpo metabólico apresentado por Mészáros (2011)). Compreende-se que esta estrutura, para que se desenvolva logo a princípio pelo meio da coerção, precisa de aceitação – ou consenso – social para que se reproduza na vida cotidiana. E esse consenso é internalizado pelo senso comum (GRAMSCI, 2011). De modo que, quando a sociedade aceita a ordem pré-determinada, conseqüentemente, ela aceita que a coerção seja aplicada àqueles que, de alguma forma, não se adequam a essa estrutura colocada como imutável e inquestionável.

A exemplo disso, podemos pensar sobre a violência que assola as zonas periféricas das cidades, as populações negras, a segregação judiciária e penal⁷⁰ e, no sentido político, toda e qualquer organização que se posicione no campo contra hegemônico que, mesmo sendo noticiada e reconhecida, não provoca grandes comoções sociais. Como tratamos anteriormente, em uma sociedade marcada historicamente pelo racismo e pela naturalização da pobreza, não

⁶⁸ A busca do consenso e o uso da coerção são tratados por diferentes autores (IASI, 2015; GRAMSCI, 2011; FERNANDES, 2019) que se encontram quanto a sua leitura sobre a realidade e os artifícios do capitalismo que, primeiramente, se estabelece sobre a divisão social do trabalho, dividindo a sociedade em classes e, numa estratégia de garantia da sua própria reprodução, avança às consciências sobre a construção da moralidade e de uma cultura a que lhe é favorável. Por isso não se muda a consciência de uma sociedade se a forma com que ela se reproduz, de mesma maneira, também não for modificada. Sobre isso a ideia marxista continua acertada de que é a realidade que determina a forma de pensar dos sujeitos e não o contrário.

⁶⁹ Quanto à estrutura jurídica descarta-se a característica representativa referida à democracia com relação da eleição dos seus representantes, uma vez que, é importante salientar, para o campo jurídico, não há eleição.

⁷⁰ Explica isso a dimensão do racismo estrutural explicada por Sílvio Almeida (2019), quando ela atinge, para além dos campos da política e da economia, o subjetivo da população.

se exclui que resquícios importantes destes se façam presentes sobre o imaginário social e sigam se reproduzindo na dinâmica do cotidiano.

É diante o consenso social, que impossibilita a não supressão do senso comum para o alcance do bom senso, como diz Gramsci (2011), que os mesmos velhos valores seguem se reproduzindo e justificando a violência estatal, instituição esta que, por sua vez, não se responsabiliza por seus próprios feitos. O desconforto recente, portanto, é visto pela radicalidade que extrapola até mesmo o senso comum, que mesmo em acordo com a ordem, não exclui a maneira heterogênea com que pode ser apreendido e, por isso, nem sempre está inteiramente em acordo com o complexo de ideias que ele apresenta. Isso pode ser notado conforme ideias radicalizadas, notadas como fascistas⁷¹ (IASI, 2015) que se notam em emergência no atual governo, extrapolam até mesmo o senso comum à brasileira.

Por esse motivo, compreender o processo histórico – para além dos imediatos- nos coloca em exata contraposição ao apresentado aqui: de como o conservadorismo tende a levar ao pensamento sobre as superfícies dos fatos. Em matéria publicada no jornal *Le Monde Diplomatique* às vésperas das eleições presidenciais de 2018- a qual Bolsonaro saiu vitorioso -, o jornalista *Glenn Greenwald*⁷² e *Victor Pougy* (2018, p.1) afirmam: “o autoritarismo não nasce do nada. Os demagogos não podem florescer no meio de instituições funcionais, justas

⁷¹ Para explicar o regime fascista e as características que o denotam, Iasi (2015) aborda: i) o nacionalismo que, pelo viés da ideia tida como necessária à proteção nacional que se coloca contra um “espectro inimigo” - o caso do anticomunismo e do antiesquerdismo tão presentes atualmente como eram nos anos da ditadura- ou pelo ufanismo, trazido pela Sabrina Fernandes (2019), que supervaloriza tesouros nacionais e capacidades internas enquanto se posiciona ao entreguismo imperialista estadunidense; ii) o imediatismo, no sentido de negação da história, em que há uma verdade no presente sem reconhecimento da sua totalidade, porque nega a história e, por isso, sobre ela aplica intensidade das paixões que faz do fascismo um regime violento e irracional, segundo o autor. Nessa junção de características, forma-se uma ideia de pureza- ou eugenista- e sobre ela criam-se preconceitos para onde migrará a irracionalidade sob a lógica da exclusão, ou sendo mais radical, do extermínio. Os regimes mais conhecidos caracterizados como fascistas foram de Mussolini e Hitler, na Itália e na Alemanha, respectivamente, na primeira metade do século XX, nos contextos das Grandes Guerras Mundiais. Embora, em outros momentos, com suas próprias particularidades e diferenças geográficas e econômicas, as mesmas características elencadas aqui, notadas na extrema direita no poder, também são marcos dos dois outros regimes.

⁷² Glenn Greenwald é um jornalista estadunidense, atualmente morador do Brasil, que comanda o site de notícias The Intercept o qual ganhou notoriedade em 2019 pela série de matérias que abordaram lacunas na “Operação Lava Jato” por meio de áudios e conversas pelo aplicativo do *Whatsapp*, envolvendo, à época, o juiz da Polícia Federal responsável pela Operação, Sérgio Moro e outros envolvidos. A Operação responsável por investigar e prender figuras políticas é estimada como principal ferramenta que, por meios dúbios, foi operacionalizada para impedir a candidatura do ex presidente Lula nas eleições de 2018. O juiz referido, recentemente, se retirou do cargo de Ministro da Justiça, nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro, diante a justificativa de desacordos com o próprio, por interferência em ações da Polícia Federal. A notícia da demissão do juiz pode ser acessada pelo link: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moro-anuncia-demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 28 ago. 2020. Sobre a série de notícias sobre as fraudes na Operação Lava Jato, acessar: < <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

e imparciais. Ameaçar a democracia e as liberdades políticas só é possível quando a população perde a confiança que tinha nas instituições”.

Os autores mostram, diante essa percepção, que o conjunto da elite brasileira, do judiciário e da mídia confluíram para a sua própria autofagia abrindo espaços para que o extremista do Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro, assumisse protagonismo. Se a afirmativa sobre a desconfiança quanto as instituições foram entendidas pelo candidato, agora Presidente da República, como um caminho eficiente para ascender nas consciências populares, seus discursos de rejeição as instituições democráticas e sua ausência em debates funcionaram para que a suposição dos jornalistas tenha se confirmado em menos de um mês após a sua publicação⁷³, quando as eleições trouxeram a vitória de Bolsonaro (id, ibid).

O conservadorismo exacerbado resulta numa dicotomia de discursos que se colocam aos extremos de ambos os lados e levam ao fenômeno que aparece nas respostas do Formulário, da polarização e da despolitização, porque não são capazes de aprofundarem no debate político como construção, porque o veem razoavelmente como um campo de vitórias vazias que tem um fim em si mesmo.

Me parece que essa polarização que acontece desde as eleições rege agora as relações humanas, e os demais movimentos: houve reflexo disso na greve dos caminhoneiros de 2018, no breque dos apps de 2020, e em outros movimentos que não necessariamente eram partidários. Se opor ao outro se tornou comum e nocivo ao mesmo tempo, pois na falta de saber como se construir um diálogo, coloca-se a criação de disputas, na qual não se pode haver consensos, mas sim um vencedor/opinião vencedora, que vai ser a correta. Acredito que vemos um grande impacto disso nas relações sociais durante na pandemia de forma nítida até, pois o que importa é a sua opinião e não um estado de bem estar social (P13).

Os momentos históricos que rompem com a normalidade tendem a emergir visões díspares sobre a realidade. Sobre tais, não nos cabe apontar o certo e o errado, mas, diante os fatos, elucidar sobre aquilo que é material, porque é construção da realidade. O materialismo histórico e dialético da ótica marxista opera sobre isso. Se no século XX as Grandes Guerras Mundiais, a Guerra Fria e o fim da União Soviética provocaram movimentos importantes nas formas de reger e produzir no mundo, o século XXI traz os esgotamentos que as reformulações desses períodos vêm provocando. As relações que regem o campo macro da economia global

⁷³ A matéria publicada no Jornal *Le Monde Diplomatique* em outubro de 2018 antecedia a vitória de Bolsonaro nas eleições do mesmo ano. Os autores pressupunham que a demagogia da mídia, da burguesia e do Judiciário não atendiam mais as reivindicações e as inseguranças sociais e, por isso, poderiam abrir espaço à vitória do candidato que, mesmo diante as polêmicas da campanha, da sua postura e as estratégias de politização poderia vir a ser visto como uma aposta para o futuro.

refletem no plano econômico, social e cultural da vida e atingem as relações de trabalho, as desigualdades e a urbanidade das cidades.

Seja para o lado que for, é notável que nesses períodos de terremoto social, como chamamos aqui as Jornadas – e podemos estender a outros acontecimentos importantes ao redor do mundo nesse mesmo período-, chacoalham a cena cotidiana, mesmo aquelas de aparência mais organizada, que escondem suas rupturas, mas não se livram dos abalos que causam. O direcionamento político que lhes são dadas é o que nos interessa, a fim de que possamos entender pelo passado o que reflete no presente e pode ser construtivo ao futuro.

A polarização atual é uma forma de despolitização que fragmenta os setores sociais que, ao não se aprofundarem nos fatos que chegam pelo imediato, são incapazes de questionar e refletir a realidade. Entendendo que ela opera resultados futuros e que para isso usa de instrumentos para se desenvolver e reproduzir, olhamos com mais atenção para as mídias sociais, levando em consideração o alto desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e o aumento considerável que tiveram no debate político dos últimos anos.

É notório nas respostas dos manifestantes que, mesmo não tendo participado ativamente das manifestações, foram capazes de realizar análises sobre elas e construir suas próprias opiniões porque, por meio de algum meio midiático, buscaram suas próprias informações. O que, para o bem ou para o mal influíram sobre a forma como estes apreendem as mídias como influenciadoras da realidade.

Mostrou, juntamente com outros eventos posteriores, que não podemos ser superficiais nas questões Políticas e econômicas. A maior parte da mídia tende a ser sim sensacionalista e manipuladora (P38).

Apesar de não estar nas ruas protestando, eu estive com o movimento através da mídia e das redes sociais. O impacto disso no movimento em si, não sei dizer especificamente, apesar de acreditar na força das redes sociais no avanço das reivindicações, controle de violência policial etc. Porém, em relação ao meu comportamento em si, esse movimento fez grandes modificações, as quais estão presentes até hoje e pretendo levar para sempre. Aquele momento de comoção social geral no Brasil, despertou algo além de patriotismo. Despertou o interesse e a consciência da necessidade de participação na vida política do país. Passei a consumir muito mais informação a respeito dos fatos que controlam nossas vidas (indiretamente) e a procurar entender e debater com amigos e conhecidos. Quanto mais entendemos de política, mais entendemos de outras áreas chaves na nossa vida em comunidade, como economia, ações sociais e relações públicas (P33).

Tal questão leva-nos a entender o processo contraditório presente nas manifestações de junho seja porque possibilitou a muitos jovens a consciência política, seja porque para outros, reafirmou posições conservadoras.



Fonte: Jornal O Beltrano, 2013.

4.3 Redes sociais e política

*Agora, entre meu ser e o ser alheio
A linha de fronteira se rompeu
Aonde a pele preta possa incomodar
Um litro de Pinho Sol pra um preto rodar(...)
Num toque de tela, um mundo à sua mão
E no porão da alma, uma escada pra solidão
Via satélite, via satélite
15% é Google, o resto é Deep Web.
(Boca de Lobo, Criolo)*

Para o professor Christian Fuchs (2016, p.67), “a internet tornou-se um importante sistema sociotécnico que, simultaneamente, configura e é configurado pela vida cotidiana no capitalismo contemporâneo” onde o poder – referente as esferas do imperialismo e da ideologia- encontram espaço para ser reafirmarem no campo imaterial sem desvencilharem-se à lógica da multiplicidade e da contrariedade do sistema capitalista. A professora Helena Martins (2020, p.1)⁷⁴, atenta para o fato de que “é preciso ter em vista que não há desenvolvimento tecnológico

⁷⁴ Helena Martins é autora do livro recém lançado Comunicações em tempos de crise: economia e política. Embora não seja o intuito nessa pesquisa, é importante que salientemos a parte que a autora traz em seu trabalho sobre a historicidade dos veículos informacionais no Brasil. Ela mostra ao longo do livro como eles, primeiramente o rádio e depois a televisão, se estabeleceram sob monopólios – nas mãos restritas da elite brasileira- e depois invadiram outros meios, conforme a tecnologia avançava temporariamente, tendo tomado posse das linhas telefônicas, por exemplo, logo que foram privatizadas diante decisão do governo FHC. Ela trata essa questão como fator importante para que se possa compreender a formação brasileira sempre afirmando sua herança histórica e em contraposição ao regime democrático sempre que se previa alguma ameaça à ordem

totalmente dissociado do contexto histórico e das relações de poder já existentes” de forma que, ela explica, a tecnologia avança como instrumento do capital que, ao avançar sobre diferentes campos da vida, encontra no meio virtual um espaço de alargamento e invasão da vida particular das pessoas, sem excluir a formação latino-americana como fator preponderante para entender as particularidades do uso tecnológico aqui.

A forma dependente de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho impôs atrasos tecnológicos que impactam, até hoje, a participação da região na dinâmica capitalista. Países mais ricos desenvolvem e vendem tecnologias. O trabalho, além de mais intelectualizado, é mais bem remunerado. Os países pobres compram o que aqueles projetam, embora participem da elaboração desses produtos. Afinal, é neles que a mão de obra barata, terceirizada e precarizada é explorada pelas corporações, inclusive aquelas da economia digital (id, ibid).

Com base nas apreensões dialéticas que a internet e o uso das redes sociais podem resultar, sendo elas benéficas ou não, não excluimos a sua importância como ferramenta de aproximação e de organização para resistência. Ao mesmo tempo em que é válida a preocupação quanto a lacunas que precisam ser reavaliadas pelas plataformas digitais, porque percebemos questões mercadológicas imbricadas nos benefícios lucrativos que elas obtêm com o aumento de alcance e acessos a informações, links e/ou vídeos que viralizam nas redes.

Helena Martins afirma que as empresas que dirigem as plataformas e os aplicativos pouco fazem para conter a proliferação de inverdades, afinal elas ganham com quaisquer cliques e conteúdos apelativos, sensacionalistas ou mesmo extremistas que atraem atenção, audiência e, assim, dinheiro” (2020, p.1). O site *Intercept Brasil*⁷⁵ realizou no ano de 2019 uma pesquisa que aponta a repentina ascensão de canais da extrema-direita na plataforma do Youtube logo nas vésperas das eleições presidenciais de 2018. Rodrigo *Ghedin*, autor da matéria, mostra como ferramentas de sugestão impõem à exposição desses conteúdos sem preocupação com o teor contido neles, o que nos leva a refletir o modo como os algoritmos interferem no que é impulsionado aos usuários.

diante o levante popular, considerando a influência relevante que obteve a mídia nos períodos de regimes autoritários por quais passou o Brasil na era Vargas e nos vinte e um anos de Ditadura Militar. Uma passagem do livro em que ela denota isso, consta: “na esteira da prevalência de interesses privados, garantidos pela concentração da propriedade, pela presença dominante de grupos familiares e pela vinculação dos concessionários às elites políticas nos diferentes estados, o sistema também reproduziu as características da elite brasileira: patriarcal e racista. Marinho, Mesquita, Abravanel, Saad, Sarney, Sirotsky e Jereissati são alguns dos nomes das famílias chefiadas historicamente por ricos homens brancos e que controlam boa parte dos jornais e das emissoras de rádio e televisão do país” (2020, p.1).

⁷⁵ A matéria que se refere à pesquisa pode ser acessada pelo link: < <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>>. Acesso em 12 set. 2020.

Diante essa percepção, Helena Martins (2020) desenvolve seu pensamento em acordo com o conceito de hegemonia gramsciano- recentemente tratado como manutenção do conservadorismo -, ao passo que o conhecimento e o trabalho intelectual foi tomando o protagonismo do trabalho industrial do último século. Atualmente, os campos da tecnologia conformam o principal acumulador de lucro no mundo capitalista englobando não só os trabalhadores diretos, mas também os usuários, por meio da lógica da vigilância e dos algoritmos para reconhecimento de dados, perfis e desejos⁷⁶. Dessa maneira, a ordem hegemônica segue sua manutenção, agora pela via de manipulação das consciências em contra fluxo aos ideais básicos da democracia de liberdade e autonomia.

A lógica de controle, segundo a autora é marca histórica no Brasil e, embora, se reconstitua acompanhando o avanço temporal, a intenção segue a mesma: legitimar a acumulação de capital (ibidem).

Ao longo da história, diferentes formas de controle foram desenvolvidas, em geral valendo-se das tecnologias disponíveis em cada momento, concretizando-se em ações mais ou menos veladas. Entre as mais escancaradas, pode ser citado o escravismo adotado no Brasil, ancorado na desumanização utilizada para legitimar a exploração e sustentar a acumulação capitalista. Ou a criação de instituições responsáveis pela vigilância social, como polícias, prisões e manicômios (MARTINS, 2020, p.1).

Sobre o que é conhecido como “abordagem *cibermarxista*”, Fuchs se debruça sobre uma dualidade crítica de estudos sobre a internet e da economia política que ela envolve e alimenta, tendo como foco a formação identitária dos sujeitos nessa esfera imaterial da vida e também os aspectos da luta de classes, de exploração e reprodução capitalista que se desenvolvem nela.

Defino a teoria ou estudos críticos sobre internet e a crítica da economia política da internet como abordagens que se propõem a identificar e analisar os antagonismos surgidos nas relações entre internet e sociedade; mostrar como a internet é moldada e molda as forças de competição e cooperação que operam em qualquer tipo de sociedade; como a dominação e a exploração são estruturadas e estruturam a internet e como a formação de classes e as possíveis lutas de classes são mediadas tecnologicamente; identificar os potenciais de desenvolvimento social sustentados pela internet, mas ainda não realizados, e questionar radicalmente as estruturas que restringem potencialidades humanas e sociais para a cooperação, autodeterminação, participação, felicidade e a autogestão (FUCHS, 2009b, p.75). Defino essa

⁷⁶ É interessante como a autora coloca a gratuidade aparente das mídias sociais salientando que, camufladamente, o que se é vendido são os dados do usuário quando se insere em determinada plataforma ou aplicativo. Ou seja, embora não sejam produtos pagos para o uso, para que eles funcionem deve-se fornecer dados pessoais e, por vezes- isso depende da plataforma- interesses e até mesmo hábitos cotidianos. O que acontece diante disso é um fenômeno onde a mercadoria são as informações da vida privada, dos dados pessoais, do cotidiano particular da vida. Ainda que, inicialmente, isso não aparente gerar lucros, esses dados servem para que outras plataformas, tendo acesso a eles, possam criar nichos de interesses e de perfis para produção material ou disseminação de informações – como acontece no caso político, por exemplo (MARTINS, 2020, n.p).

abordagem como uma unidade de teoria crítica filosoficamente orientada, pesquisa empírica e ética crítica orientada pela práxis (FUCHS, 2009; FUCHS, 2011 *apud* FUCHS, 2016, p. 72).

De acordo com isso, o autor ressalta que o mau uso da internet é um projeto de acirramento de controle, dominação e exploração social e que, diante disso, é possível perceber que há um outro meio de torná-la uma ferramenta de estímulo à libertação e emancipação (id, *ibid*). Portanto, pode-se conceber uma espécie de “reacionarismo virtual” como contrarreação ao uso progressista desse meio. Um exemplo possível para entender isso, é a forma como as redes sociais tiveram papel fundamental na disseminação dos protestos que correram o mundo na década passada e serviram de influência para que outros dessem continuidade – incluem-se nesse processo também as Jornadas de Junho de 2013.

Fuchs (2016) usa de conceitos próprios do marxismo para analisar a relação da internet imbricada ao funcionamento do capitalismo, partindo do pressuposto de que as estruturas de poder moldam as formas e os usos da tecnologia. Parte da *dialética* que, observada no meio virtual, também expressa as contradições e os antagonismos entre as forças produtivas e as relações de produção coexistentes no *capitalismo*; a *mercadorização* pela via do *fetichismo* do consumo e da privacidade, ao passo que expõe informações da vida pessoal dos sujeitos, também serve de base de dados para a produção mercadológica. Essa percepção atenta para o trabalho gratuito e explorado do consumidor que serve à extração de *mais-valia* camuflada pela vigilância.

O autor expõe que o fenômeno da *globalização* tem a internet como um meio e resultado de si e que infere ao imaginário social uma nova percepção de espaço e de tempo, assim como, provoca uma afirmação *ideológica* sobre uma realidade inexistente: os usuários na internet tendem a ser mais passivos ou reprodutores de comportamentos que se repetem do que criadores de coisas novas. Por fim, o autor ressalta que, seguindo à ordem do capital, a tendência dos novos meios tecnológicos é promover a supressão de sentimentos sobre a razão. É possível notar, diante a realidade, que a massificação de informações e o rápido avanço tecnológico, assim como, a multiplicidade de meios sociais de interação virtual são eficazes na promoção disso.

Diante tais percepções é possível, já de antemão, que se note inúmeras irregularidades que infringem as premissas mais básicas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei Nº. 13.709 de 14 de agosto de 2018 - que prevê, dentre outras coisas, “proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (2018, p.1) e, para os casos de utilização desses dados, devem vir de

consentimento pessoal ou mediante justificativa de uso para o bem público, ou seja, o uso dos dados pessoais para fins econômicos ou de manejo ideológico e político não constam na referida lei.

A edição impressa, de número 137 de dezembro de 2018, do jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil traz uma gama de matérias sobre o discurso e o uso das redes sociais e da mídia na política no decorrer da última década. Trazendo como tema central à discussão, o “*firehosing*”⁷⁷ é abordado pelo jornalista Renan Borges Simão. Em língua portuguesa, de forma mais sucinta, o conceito poderia ser traduzido para “disseminação em massa”, nessa situação, sem aliança com a realidade dos fatos⁷⁸. A nomenclatura, em língua inglesa, remete ao fluxo de uma mangueira de incêndio, mas que, ao invés de água, emitiria ainda mais fogo. Ao trazer a

⁷⁷ O conceito de Firehosing é tratado em pesquisa desenvolvida pela *think tank* norte-americana *Rand Corporation*, tendo como autores a psicóloga Miriam Matthews e o cientista social Christopher Paul. Tendo como título “*The Russian ‘Firehose of Falsehood’ Propaganda Model*”, os autores se debruçam sobre a propaganda política do russo Vladimir Putin para apontar estratégias de informação em quatro pilares que se desenvolvem em associação, sendo eles: i) disseminação em massa, levando em consideração o volume maçante de conteúdo; ii) a propagação desse conteúdo de forma ágil, contínua e repetitiva; iii) ausência de responsabilidade quanto a aliança com a realidade; iv) inconsistência de discurso. Os autores ressaltam nesse estudo que a estratégia prevê agir sobre o sentimentalismo e o cansaço da população alvo, assim como, usar artifícios de afirmação ideológica. Os principais meios de disseminação em massa são a grande mídia e as redes sociais. A pesquisa encontra-se disponível em língua inglesa no link: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>>. Acesso em: 06 set. 2020. Uma explicação mais simplificada sobre o conceito também está disponível no canal do jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil na plataforma do Youtube, disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xf1y3kdaVAK&list=LLqklMY2Xbyzj08i4fQOdW3w&index=41&app=desktop>>. Acesso em: 06 set. 2020. E a matéria completa escrita pelo jornalista Renan Borges Simão, também no *Le Monde Diplomatique* Brasil, pode ser acessada através do link: <<https://diplomatique.org.br/firehosing-por-que-fatos-nao-vaio-chegar-aos-bolsonaristas/>>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁷⁸ Em livro recém lançado intitulado “A máquina do ódio”, a jornalista Patrícia Campos Mello (2020) discorre a maneira como a internet vem sendo usada para disparos de mensagens e ataques de discurso de ódio. Patrícia vem sofrendo ataques desde que publicou em sua coluna na Folha de S. Paulo uma matéria em 18 de outubro de 2018 – exatos dez dias antes do segundo turno das eleições presidenciais-, onde empresários financiavam empresas encarregadas de realizar disparos em massa contra a oposição petista em período pré-eleitoral, denunciando portanto que tal iniciativa infringia a Lei nº 13.488/2017 que proíbe a contratação de empresas que realizem esse tipo de serviço, assim como, de acordo com os valores financiados, eles ultrapassariam o limite de R\$40.000,00 estipulado pela lei referida. A autora explica as jornadas extenuantes que enfrentam os trabalhadores das empresas contratadas para que se mantenham os disparos em massa, assim como, as estratégias de fraudar chips e CPFs para o envio via *Whatsapp*. As publicações são realizadas *por bots* e *trolls* que se diferem entre o manuseio humano – para o segundo- ou por programação – no caso do primeiro. A jornalista tem como objetivo esclarecer como essa estratégia que vem sendo usada recentemente a nível global, tem o poder de interferir na opinião pública e possui uma velocidade impossível de checagem sobre a sua veracidade, assim como, ao ser disseminada em massa infere a percepção de popularidade quanto a determinado assunto. A articulação de fatores apresentados são conflui ao Firehosing à brasileira visto nos últimos anos. O link para a matéria no jornal Folha de S. Paulo pode ser acessado em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2020. A lei 13.488/2017 se encontra no link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13488.htm#:~:text=Alteras%20as%20Leis%20n%20%20C2%BA,promover%20reforma%20no%20ordenamento%20pol%C3%ADtico%2D>. Acesso em: 08 set. 2020.

análise de Pedro Leirnier – antropólogo e especialista em estratégia militar e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o autor explica que

desde as Jornadas de Junho, os escândalos de corrupção e *establishment* político e suas conclusões da Justiça, o descrédito do Legislativo, o impeachment de Dilma Rousseff e, finalmente, as eleições, grupos políticos se aproveitam desses fatos e usam discursos antipetistas e antissistema com o objetivo de mobilizar também por meio da confusão. Criou-se, segundo Leirnier, um ambiente de dissonância cognitiva que seria restabelecido sempre com uma solução de ordem, sendo Bolsonaro o que mais se aproveitou disso. (BORGES, 2018, p.4)

Levando em consideração a necessidade quanto à velocidade e a massificação das informações, o uso das redes sociais e de plataformas digitais – como o *Youtube*, por exemplo, formam o principal meio de disseminação de informações relativas aos últimos acontecimentos políticos e a dissonância entre eles sem responsabilidade quanto à veracidade das suas causas e relações, resulta numa apreensão rasa dos fatos que pode levar ao conhecimento sobre eles de forma fragmentada e em desacordo com a realidade.

Fato que se apresenta nas respostas de participantes do formulário que, quando questionados se contradizem entre serem mais otimistas ou pessimistas em relação as Jornadas de Junho como causa ou não da ascensão da extrema direita e do golpe que destituiu e presidentia Dilma. Como vimos, alguns ressaltam a ineficiência da esquerda ao tomar a narrativa que deu espaço ao apoderamento da direita em descaracterizar um movimento espontâneo na tentativa de tomá-lo para si, disseminando informações em acordo ou não com a realidade. Prática que não é cessada em 2013, pelo contrário.

Em vídeo explicativo que serve de complemento à matéria de Borges, o Jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil elucidada para o fato de que quando uma mesma informação é lançada em diferentes páginas de mesmo posicionamento ideológico, cria-se a ideia de veracidade sobre aquilo, visto que advém de fontes variadas- sendo elas confiáveis ou não⁷⁹.

A massificação das informações, considerando também a velocidade destas, podem ser realizadas por um conjunto instrumental que as plataformas se utilizam. Além dos algoritmos, que são uma espécie de instrumento para leitura de dados pré-programado, ainda constam em estudos os *bots* e os *trolls*. Este último se refere a humanos que voluntariamente, ou não, disseminam informações por compartilhamento ou envio direto; já o primeiro, mais complexo

⁷⁹ O vídeo ainda expõe que notícias que seguiam o mesmo caráter ideológico da extrema direita, defendida por Bolsonaro eram postadas por perfis de apoio a ele. Disponível no canal do Jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil na plataforma do Youtube, disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xf1y3kdaVAK&list=LLqklMY2Xbyzj08i4fQOdW3w&index=41&app=desktop>> . Acesso em: 06 set. 2020.

que este, por ser uma ação movida por robôs, carrega mais dificuldade em ser diagnosticado como ação não-humana, assim como possui potencial exponencialmente maior que os *trolls*.

A pesquisa desenvolvida pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DAPP), aprofundada especificamente em contas do *Twitter* por considerá-la uma rede de maior facilidade para que redes automatizadas por *bots* atuem, devido as suas configurações. A pesquisa aponta que robôs podem influenciar em até 20% do debate político e atenta:

Os perfis automatizados também promovem a desinformação com a propagação de notícias falsas e campanhas de poluição da rede. Robôs frequentemente usam as redes sociais para reproduzir notícias falsas com o objetivo de influenciar determinada opinião sobre uma pessoa ou tema, ou poluir o debate com informações reais, porém irrelevantes para a discussão em questão. Esta ação, que conta com o compartilhamento de links como principal mecanismo de propagação, tenta evitar ou diminuir o peso do debate sobre determinado assunto. Para isso, os robôs geram um número enorme de informações, que chegam até os usuários simultaneamente às informações reais e relevantes, que acabam tendo seu impacto diminuído. Assim, a atuação de robôs não apenas dissemina notícias falsas, que podem ter efeitos nocivos para a sociedade, mas também busca ativamente impedir que os usuários se informem de maneira adequada (DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2018, p.1).

As redes sociais, conformando um perfil pessoal, onde a figura que a comanda não necessita de aceite ou outros meios para fazer sua própria propaganda, acaba por criar um vínculo com aqueles que o seguem. Sobre isso, Borges (2018, p.5) ressalta que foi por meio delas que Bolsonaro realizou sua primeira fala como presidente agradecendo aos internautas por terem *acreditado na sua palavra*.

Para Leirner, o fenômeno é fruto de um processo, e não um evento de gênese do ano de 2013. Portanto, considera a figura de Bolsonaro como “a ponta de um processo que começou lá atrás, mas que não se tinha certeza de como iria terminar”. Segundo ele, o *firehosing* é produto de uma “guerra híbrida” que une “o jogo entre informações e contrainformações”. (LEIRNIER, 2018 *apud* SIMÃO, 2018, p.4). Como antropólogo e especialista em estratégia militar, em entrevista concedida à agência de jornalismo investigativo Pública, ele expõe que o conceito de “guerra híbrida” nos campos da política provoca resultado “sobretudo na esfera da cognição, pois o que realmente importa é deixar o cenário o mais cinzento e indistinto possível, a ponto de manobrar as ações do inimigo a partir “de dentro” e sem que este saiba que está sendo manipulado”. Por isso, quando abordado sobre a questão das redes sociais, ele cita o *Facebook* como uma ferramenta de cooptação e manipulação oculta, estimulado pelos

algoritmos; já o *Whatsapp*⁸⁰, segundo o antropólogo, opera como “estações de repetição” a partir de “bombas semióticas” que não se sabe de onde são emitidas⁸¹ (LEIRNIER, 2019 *apud* DOMENICI, 2019, p.1).

Sobre a percepção de um cenário cinzento e a ação das redes sociais, o arquiteto Guilherme *Wisnik* em entrevista ao jornalista Walter Porto (2019), realiza uma conexão entre as estruturas urbanas e a economia política com enfoque ao capitalismo financeirizado para explicar a sensação de incerteza e instabilidade quanto a um sistema impalpável e pouco visível, ao qual ele denomina “nevoeiro”. *Wisnik* defende a ideia de que há uma relação dialética entre os campos da vida, econômico e social, trazendo um enfoque ao aplicativo de mensagens do *Whatsapp* como uma ferramenta informativa potente. Para ele, ao passo que as instituições midiáticas se tornaram menos confiáveis no imaginário social, ao funcionar como um meio de recebimento de notícias, o aplicativo opera sobre o sujeito um sentimento de confiança diante a sensação que o que é recebido é feito e o enviado de maneira exclusiva, fazendo deste um receptor de informações que impedem a busca e a construção autônoma sobre a realidade.

Isso vai em descontra com a premissa democrática da liberdade do sujeito em ser autônomo para construir sua própria concepção e opinião de mundo. Gramsci, por sua vez, atenta que para que se construa uma nova cultura, é necessário que se deixe de concebê-la como um saber enciclopédico que vê o homem somente como um recipiente para se encher de dados empíricos (2011).

A confiabilidade das informações advém do elo que as redes criam entre si fazendo com que as mesmas notícias circulem entre diferentes plataformas, formando uma rede de fontes e, portanto, não trazendo necessidade de se aprofundar ou confirmar o que é informado por outros meios. Além disso, Patrícia Campos Mello (2020) chama atenção para o fato de que plataformas como *Instagram*, *Whatsapp* e *Facebook*, sendo incluídas no que é chamado *zero rating*- aplicativos que não consomem dados da internet dos pacotes telefônicos- influenciam para que estas se tornem ainda mais populares e econômicas como meios informacionais.

⁸⁰ No dia 12 de fevereiro de 2020 o *Whatsapp* publicou em sua página virtual o alcance da marca de dois bilhões de usuários na plataforma em todo o mundo. Disponível em: < <https://blog.whatsapp.com/two-billion-users-connecting-the-world-privately>>. Acesso em: 08 set. 2020.

⁸¹ No dia 03 de agosto de 2020 o *Whatsapp*, por meio do seu endereço eletrônico: < <https://blog.whatsapp.com/search-the-web>> publicou a notícia de que uma nova ferramenta que visa limitar o compartilhamento de notícias e notifica quando esta não foi originalmente feita pelo emitente começaria a ser testada. Segundo a plataforma “Esse recurso permite que os usuários carreguem a mensagem diretamente pelo navegador do celular ou do computador sem que o WhatsApp tenha acesso ao conteúdo da mensagem”. Acesso em: 08 set.2020.

Em perfil da plataforma do Youtube, a Vox⁸² (2018) publicou o vídeo “*why obvious lies make a great propaganda*” (por que mentiras óbvias geram boa propaganda) para explicar, a partir da pesquisa realizada pela *Rand*⁸³, o uso das mentiras em meios midiáticos pelos presidentes *Trump*, dos Estados Unidos da América, e *Vladimir Putin*, da Rússia. De acordo com o vídeo, as falsas notícias, ou as *Fake News*, não são aplicadas como a estratégia de estabelecer como verdadeira uma ideia desvinculada à realidade, mas sim de afirmar o poder de alguém que se autoproclama livre para dizer o que bem entende. Portanto, não é sobre um embate entre o é verdadeiro ou não, mas uma escolha de posicionamento quanto a forma com que se decide apreender determinado fato. A resposta da P13 deixa claro isso diante ideia de polarização entre bolsonaristas e lulistas:

Em 2018, houveram muitas manifestações em Taubaté a favor e contra Bolsonaro, e me parecia, não só na época como até hoje, que se você não fosse a favor do Bolsonaro em 2018, automaticamente você era petista, como se não houvesse uma gama de opções para o 1º turno (P13).

É o fenômeno da desinformação, de acordo com Martins (2020), que deve ser problematizado e combatido. Em entrevista ao portal da *Vox*, o professor de linguística e ciência cognitiva da Universidade de *Berkeley*, *George Lakoff*, propõe como linguagem de combate as *Fake News* a “*truth sandwiches*” (verdade sanduíche). Para ele a repetição da mentira é um reforço ao discurso sobre as subjetividades humanas, ao passo que, não promove a reflexão quanto as suas consequências. Por isso, a verdade sanduíche consiste um processo: antes de qualquer coisa, deve ser falada a verdade- em acordo com os fatos-; a partir daí aponta-se a mentira e quais divergências ela tem em relação à verdade - que deve ser repetida novamente-; a partir daí, devem ser abordadas as consequências que resultam das diferenças entre a mentira e a verdade, assim como, a omissão desta. Para o professor, essa prática, sendo realizada consistentemente, poderia obter resultados relevantes sobre a dificuldade da afirmação das *Fake News* (LAKOFF, 2018 *apud* ILLING, 2018, p.1).

⁸² Vox é um portal de mídia norte-americana que se intitula como uma ferramenta de jornalismo autoexplicativo sobre temas variados da atualidade que se justificada pela percepção de que o mundo é um lugar de muitas informações e ruídos que impedem a reflexão. O vídeo “*Why obvious lies make great propaganda*” publicado em seu perfil através da plataforma do Youtube pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=nknYtlOvaQ0&feature=emb_title>. Acesso em 03 set. 2020.

⁸³ O vídeo, embora seja embasado na pesquisa, apresenta contrapontos a ela. Paul Christopher, um dos pesquisadores, nega ao ser questionado sobre o estadunidense Donald Trump usar dos mesmos artifícios estratégicos de *Firehosing* presente nas propagandas do russo Vladimir Putin. O vídeo publicado pela *Vox*, por sua vez, aponta todos os indícios que as estratégias são as mesmas e justifica a negação de Paul diante evidências de instituições norte-americanas que patrocinam a *think tank Rand Corporation*.

Por isso, o fenômeno da polarização citado nos formulários não é capaz de criar uma discussão construtiva, uma vez que seu debate é composto por dois campos que já se julgam como errados antes de qualquer argumento. Dessa maneira, o locutor ao levantar críticas com relação a proposta tida como “novidade” é colocado, automaticamente, em defesa ao velho *establishment*⁸⁴ - aquele que vem sendo negado e é, justamente, a causa do levante.

O sociólogo e professor Leonardo Fernandes Nascimento (2018) propõe que o entendimento dessa polarização seja visto pelo mesmo aspecto da processualidade. Segundo ele, o discurso usado pelo candidato Jair Bolsonaro se apega em aspectos ideológicos que são vinculados à descaracterização histórica de acontecimentos fundamentais para entender a formação sócio histórica brasileira – como se deu a escravidão no Brasil ou os vinte e um anos da ditadura militar (1964-1985), por exemplo. A estratégia se afirma diante uma particularidade a qual ele define como “ausência do cultivo de uma memória social coletiva” que tendem a não solucionar, mas aprofundar o

ódio e desigualdade entre classes, o desprezo pela coletividade e pela *res pública*, a vigorosa arrogância cotidianamente presente em nossos espaços de convivência, a falta de perspectiva que leva milhões de brasileiros a credos religiosos baseados na extorsão econômica, a absoluta descrença com a política, todos esses fenômenos não foram produzidos apenas nesta eleição ou mesmo nos últimos cinco, dez, vinte ou trinta anos. Eles são o resultado de um lento, vigoroso e repetitivo processo histórico (NASCIMENTO, 2018, p. 6).

A construção cultural e ideológica hegemônica atualmente, levando em consideração as particularidades do Brasil, se somam à aparente perda de confiança com a grande mídia o que leva, conforme aponta Mello (2020), à maior confiabilidade ao que se recebe via *Whatsapp* se determinada notícia afirma a crença pré-estabelecida e é enviada por alguém de confiança relacional⁸⁵.

Na pesquisa Nacional Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade na Internet realizada pelo Data Senado entre 17 e 31 de outubro de 2019, verificou-se que 83% dos candidatos acreditam que as informações nas redes sociais influenciam na opinião das pessoas- os

⁸⁴ Segundo o Dicionário Informal, o chamado *establishment* é usado para definir “a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado”. Se aplicado, por exemplo, na conjuntura brasileira diante a polarização entre bolsonarismo versus lulismo, qualquer discurso que se proponha à crítica de qualquer um dos lados o leva a ser enquadrado ao oposto, anulando a intersecção que pode existir entre eles. Ou seja, o que tem sido visto ultimamente é que o levantamento de críticas ao governo bolsonarista, automaticamente, é enquadrado a um locutor que se pressupõe, lulista ou petista.

⁸⁵ A autora se refere em seu livro aos grupos de *Whatsapp* que funcionam como uma rede de considerável eficiência para disseminação de informações que ao serem compartilhadas por pessoas da família ou amigos próximos trazem uma sensação de confiabilidade com o que é recebido (MELLO, 2020).

participantes que possuem grau mais elevado de escolaridade compreendem a maior porcentagem dentre estes. É interessante observar sobre os resultados que apontam o *Whatsapp* como o meio mais buscado de informação – 79% dizem utilizá-lo sempre, ou seja, há uma forma de aquisição informacional passiva se levado em consideração de que não é uma plataforma de busca, mas apenas de recebimento. Das nove opções, a televisão ocupa o segundo lugar; sites de notícia, o quinto; rádio e jornal impresso, sétimo e oitavo lugar, respectivamente. Por fim, 83% dos entrevistados afirmam já ter diagnosticado notícia falsa em redes sociais e, destes, 90% as viram mais de cinco vezes.

A jornalista Patrícia Campos Mello (2020) e a socióloga Sabrina Fernandes (2019) atribuem ao fenômeno da “pós-verdade” o momento quando a verdade dos fatos se torna submissa às mentiras, ou versões distorcidas se se pode dizer de tal forma. O que traz a política para uma narrativa midiática diante um capitalismo comunicativo que é eficaz em ascender no público alvo seus sentimentos, sejam de desesperança ou melancolia que podem então, transmutar a paixões que justificam a postura das figuras que se tornam centrais- como o Bolsonaro, atualmente, no Brasil– ainda que estas se portem como violentas e desrespeitosas.

O sentimentalismo social que se estende ao campo político e é estrategicamente apoderado pelos projetos políticos, são apresentados pelo psicanalista Marcos Donizetti de Almeida como

Um sofrimento individualizado, vivido de maneira ímpar pelos sujeitos e presente em seus relatos de medo, frustração e ameaças constantes. E há um sofrer generalizado, marcado pelo enfraquecimento de laços, pela desesperança e pelo ódio sempre presente, antes adormecido e hoje orgulhosamente sustentado e atuado (ALMEIDA, 2018, p.7).

Para entender a complexidade da criação de grupos que se reconhecem ou que são reunidos por “uma sensação de pertencimento mesmo nos afetos negativos vivenciados coletivamente” (ibidem), a professora emérita *da Harvard Business School*, *Shoshana Zuboff* se utiliza do conceito “capitalismo de vigilância” e explica que

Os novos instrumentos internacionais de mudança comportamental representam uma nova era reacionária na qual o capital é autônomo e os indivíduos são heterônomos; a própria possibilidade de um florescimento democrático e humano exigiria o oposto. Esse sinistro paradoxo está no coração do capitalismo de vigilância: uma economia de novo tipo que nos reinventa pelo prisma de seu próprio poder e de seus meios de mudança comportamental (ZUBOFF, 2019, p. 1).

A autora elucida sobre o controle comportamental na internet – e aqui cabe ressaltar os aplicativos de finalidades variadas e as redes sociais, que para seu funcionamento precisam de informações referentes a interesses gerais para sites de relacionamento, por exemplo, ou

permissões de acesso à câmera, fotos, microfone etc -. Por meio de uma “integração e análise dos hábitos de pesquisa (...) mesmo quando os usuários não fornecem diretamente essas informações pessoais”, os algoritmos que operam sobre aplicativos e sites, segundo ela, possuem uma gama de meios que possibilitam realizar o que ela chama de provisionamento da “nossa personalidade, nosso humor, nossas emoções, nossas mentiras e nossas fragilidades” (ZUBOFF, 2019, p.1).

Diante disso, Almeida (2018) propõe a ação coletiva em direção contrária ao que o *firehosing* tende a impulsionar que é a polarização entre aqueles que pensam diferente. Essa ação em sentido oposto seria pela construção do afeto, da cultura e da arte como mostra de uma vida que vai além dos limites do ódio; o psicanalista propõe reuniões e vivências entre grupos, visto que são os principais meios a serem extinguidos por regimes totalitários. A saída pela via coletiva e pela construção política, cultural e popular, a única revolução possível, segundo Gramsci (2020), porque parte, primeiramente, do campo da consciência que passa a ver a realidade como uma determinação mutável e passível de construção de uma nova ordem ideológica se faz presente dentre os participantes como formas do “que fazer”:

Fez perceber a importância de voltar para as bases e trabalhar para fortalecer pequenos grupos e movimentos sociais organizados, já que num grande e diverso grupo é muito fácil corromper o discurso e descontextualizar a luta (P28).

Tenho para mim que a coletividade tem força e pode fazer diferente. No entanto, essa conscientização só pode ser criada através de educação, Cultura e igualdade social. O progresso não pode ser só pra minorias(...). Me fez refletir, a participação nesta pesquisa. Minha participação foi passiva, como telespectadora torcendo por seu time. A política é feita em nosso dia a dia, diante de nossas ações e posicionamentos. Apenas criticar e não ser ativo, pode não ser tão efetivo para a mudança que tanto almejamos. Sejamos exemplos da mudança que queremos (P34).

Trago comigo que a construção de uma sociedade se faz com educação política, embasamento e a todo momento a militância precisa sair de sua bolha e também ser estratégica e pragmática em seu posicionamento e ações. (P36)

Ficando bem claro que o trabalho de base, nas escolas, organizações trabalhistas e políticas devem ser incentivadas e fortalecidas para uma luta com direção e rumos bem definidos que atendam aos mais necessitados. me deixou bem claro que o povo e a união dele é a coisa mais poderosa que pode existir contra as mazelas, desigualdades e injustiças do nosso sistema político e econômico exploratório e corrupto. E que talvez um dia a revolução seja feita pelo povo e para o povo (P35).

A professora Rosana Pinheiro-Machado (2019) afirma que é necessário pensar reconhecer a complexidade ao se pensar novas formas de mobilização coletiva, partindo do

pressuposto de que este é o principal caminho para que se fuja de causalidades do passado. Segundo ela “não existe resistência sem criatividade e, por isso, imaginar um novo futuro é uma tarefa da qual não podemos abrir mão” visto que “*ainda há muito em disputa no mundo de hoje*” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, n.p.) e a nossa participantes P16 diz “*2013 foi o aviso de que o povo tem voz, a sede mesmo em 2020 não foi saciada, teremos ainda muita luta e revolta.*”

Gramsci (2020) afirma que uma revolução, quando feita no campo das consciências, jamais sofre derrotas definitivas, porque mesmo não tendo atingido seu ideal máximo já permitiu rompimentos com determinados períodos letárgicos e, além disso, abre espaço para que a práxis⁸⁶ seja ativada sobre as reflexões da vida cotidiana.



Fonte: Jornal GGN, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Enquanto houver algo pelo que chorar,
Haverá algo pelo que morrer.
Essa é a responsabilidade de todos.*

⁸⁶ Entende-se por filosofia práxis a ação que voltada ao reconhecimento da realidade em sua totalidade, ou seja, incluindo seus fatores históricos e as relações que a movimentam com a finalidade de atingir as consciências e a partir disso superar a ideologia hegemônica para que se crie uma nova, fazendo desse processo uma subversão da práxis. Essa autoconsciência é capaz, de acordo com Gramsci, de unificar a teoria com a prática e, por isso, se conforma em uma concepção ativa capaz de se direcionar à realidade diante orientação consciente. Por esse motivo o autor vê em toda ação uma ação política e considera o conjunto da vida por si só em um conjunto revolucionário, porque a todo tempo se encontra em campo de disputas políticas. O que justifica a sua visão da práxis como uma atividade em constante movimento e reformulação, porque acompanha o movimento da realidade (GRAMSCI, 2011;2020).

Maya Angelou

Ao concluirmos esse estudo, entendemos por fim que a realidade a qual nos debruçamos, tratando-a como um processo constituído por determinantes sócio históricos, é produto de um movimento contínuo que, não cessado, se abre ao mutável, ao questionável e a novas possibilidades. Por esse motivo, não descartamos que outras conclusões e meios de análises se façam possíveis, além deste, que apresentamos até aqui.

Consideramos que o período que compreende o ano de 2013 e os sete anos subsequentes não concluiu suas determinações e influências na conjuntura complexa e contraditória que compõe a política, a economia e a sociedade num todo. Concordamos com Eduardo Galeano quando diz que o passado histórico nunca coloca sobre si um ponto final, mas sempre diz um “até breve”.

Ainda que tenhamos considerado aqui, com mais afinco, o território brasileiro, conseguimos compreender os acontecimentos alinhavados com outros lugares ao redor do mundo. Com a ressalva de que tais encontros não afirmam a dependência de um continente subjugado à colonização e a neocolonização mais recente. O sul global, fonte dos maiores lucros imperialistas é também cenário das grandes mudanças globais que não envolvem somente os escombros deixados pela superexploração do mundo capitalista. Reconhecer e contar nossas próprias revoluções é negar a solidão histórica aplicada por aqueles que nos colonizaram, como disse o Nobel Gabriel García Márquez.

Em relação ao problema, que se orientou sobre a tentativa de conhecermos os possíveis reflexos de um período de insurgências sociais que ainda refletem sobre o redesenho político e, conseqüentemente, na conjuntura atual, encontramos a afirmativa entre a maioria dos participantes desta pesquisa: o ano de 2013 foi um momento da história política do país que possibilitou a união de corpos nas ruas e trouxe com ele, para a maioria, a primeira experiência de uma vivência em coletivo que, diferente do cotidiano individualizante e conformado de alienações, possibilitou a aproximação à vida política.

Por outro lado, essa percepção não anula que desdobramentos contraditórios tenham se desenvolvido naquele momento e se espraiassem até os dias atuais. A ausência do direcionamento político não serviu somente para a falta de organização sobre uma multidão que se fragmentou em vozes dissonantes nas ruas, mas também, conforme vimos, para dilemas quanto a realidade e os fazeres políticos.

Em um momento de muitas questões que se movimentaram aos extremos, o campo da direita, menos tímido angariou espaços onde a esquerda se fez mais ausente. Esses processos

expõem os modos de contradição e complexidades que emergem no todo desta pesquisa. Seja nas categorias estudadas, nas análises realizadas ou nos processos que a sociedade enfrenta.

Fica cômico que toda ruptura à ordem opera modificações na sociedade que chamam aos reacionários a necessidade do contra-ataque. Por isso, na ausência da revolução, as reformas podem se reajustarem em novas vestimentas, mas ainda trazem consigo o que há de mais velho no seu corpo político: as mesmas explorações, opressões e violências contra a vida. Por isso, mencionando um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior: “o que transforma o velho no novo, bendito fruto do povo será”⁸⁷.

Essa percepção nos leva a retirar do olhar sobre as Jornadas como causa para a conjuntura a qual estamos atualmente, mas sim, vê-las como o motivo que instigou a contrarreação reconhecendo nas ruas a força do corpo coletivo em ebulição diante a exaustão da vida cotidiana. A mídia, a burguesia, como corpo sociometabólico do capitalismo e seus instrumentais formam um conjunto sempre operam em acordo com seus próprios interesses se esforçando em levar ao fundo da memória os acontecimentos mais importantes da locomotiva histórica, quando estes não os favorecem.

A tentativa de culpabilização ou descaracterização das manifestações é, portanto, uma estratégia eficaz para que se convença que o maior levante popular deste novo século perca sua força e recaia diante o pesar de ressentimento, quando entendido como o fator determinante para que a sociedade caminhasse para os enfrentamentos de hoje.

Fazer da subversão da ordem uma ação direcionada à supressão das velhas formas é uma tarefa política que necessita se fazer intransigente para com os interesses sociais e intrínseca aos corpos coletivos.

Nesse sentido, percebemos que o uso dos formulários, embora pertinente devido a conjuntura da pandemia, permitiu a cada participante que buscasse na memória, ou nos meios disponíveis, a revisão do contexto histórico passado e, diante disso, realizasse o movimento de trazê-lo até a realidade e, assim, perceber as influências que este exerceu ou ainda exerce sobre a sua vida, seja ela inserida nos campos da individualidade ou do coletivo.

O marxismo opera com as revoluções como a locomotiva da sua história. Por isso, desqualificá-las ou torná-las parte de um ciclo encerrado é negar o fato de que delas ainda se pode tirar algum tipo de análise que sirva de construção futura, para um lugar que ainda se deseja desembarcar.

⁸⁷ Canção de Belchior, “Como o diabo gosta”, 1976.

É necessário que nos coloquemos dentro do problema, da crise, do movimento da história, ou seja, como passageiros da própria locomotiva. Como sociedade e componentes da classe oprimida e majoritária, formamos o conjunto que sofre todo o acirramento das políticas em favorecimento do lucro abstrato que se sobrepõe à concretude da vida.

É necessário, segundo a ótica gramsciana, tomar partido para não lamentar o possível caos futuro, como telespectadores que somente viram o tempo passar. Ainda que aportados pelo pessimismo da razão, mas nunca absolvidos do otimismo da vontade.

Sem nos absolver das críticas necessárias, ressaltamos que há necessidade de rever lacunas e possíveis erros que devem ser repensados, de modo a não serem repetidos, para um olhar de construção futura que se busque no hoje, em compromisso com as bases reais e irrestritas da liberdade e da igualdade, do respeito aos direitos permanentes da vida humana, fazendo destas, como diz Angela Davis, uma luta constante.

Por fim, mas não menos importante, deixamos a reflexão sobre as manifestações de Junho de 2013 e suas contradições como contributo para os profissionais de Serviço Social, os quais atuam nas expressões da questão social e nas contradições produzidas na e pela sociedade burguesa, sobretudo em sua face contemporânea, o que impõe-nos a reafirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro que nos impõe a necessidade de negar qualquer tipo de injustiça social.

Num ano de inúmeras violências contra a vida, encerraremos parafraseando um lutador pelos direitos civis da comunidade negra estadunidense. Martin Luther King considerava a justiça indivisível. A presença da injustiça em qualquer lugar do mundo, ameaçava a justiça em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcos Donizetti de. Pequeno manual de conduta e resistência ao controle do discurso e da libido. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 7, Dezembro, 2018, ano 12. n. 137.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coordenação Djamilia Ribeiro. (Coleção Feminismos Plurais).
- _____. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32. (Coleção Tinta Vermelha)
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 31-38. (Coleção Tinta Vermelha)
- _____, GIOVANNI. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão e crise do sindicalismo no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200008 >. Acesso em: 28 maio 2020.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, set/dez 2005, p. 511-528. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf> >. Acesso em: 28 maio 2020.
- BADARÓ, Marcelo. **Junho e nós: das jornadas de 2013 ao quadro atual**. 2 jul. 2015. Disponível em: < http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao-quadro-atual/#_ftn1 >. Acesso em: 25 out. 2019.
- BASSINI, Marcos. Não é só por 20 contos. [S.l.]: Record, 2013. Disponível em: < www.skoob.com.br/files/ebooks/20-contos.pdf >. Acesso em: 16 nov. 2019.
- BOITO Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n.42, p. 155-163, maio, 2016. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf >. Acesso em: 16 set. 2020.
- BORON, Atilio A. Qué debemos entender por “derecha”? In: PALAU, Marielle *et al.* **La ofensiva de las derechas em el cono sur**. Asunción, Paraguay: Fundación Rosa Luxemburgo, 2010. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/basis/20170403044458/pdf_1249.pdf >. Acesso em: 21 jul. 2020. p. 13-20.

BRAGA, Lisando. Breve introdução à teoria marxista das classes sociais e do Estado. **Enfrentamento**, Goiânia, ano 11, n. 19, p. 19-36, jan/jun. 2016.

BRAGA, Ruy. **Brasil: uma interpretação à altura de junho**. 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/brasil-uma-interpretacao-a-altura-de-junho/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 79-82. (Coleção Tinta Vermelha)

BRASIL. **Lei Nº 13.488 de 6 de Outubro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13488.htm#:~:text=Alterar%20as%20Leis%20n%20%20%20C%20BA,promover%20reforma%20no%20ordenamento%20pol%C3%ADtico%2D>. Acesso em: 08 set. 2020.

_____. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm#:~:text=LEI%20N%20C%20BA%2013.260%2C%20DE%2016%20DE%20MAR%20C%2087%20DE%202016.&text=5%20C%20BA%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%2C%20disciplinando,%20de%20agosto%20de%202013.>>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios transversais. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 65-70. (Coleção Tinta Vermelha)

BUGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-102. (Coleção Tinta Vermelha)

CASARA, Rubens. Precisamos falar da “direita jurídica. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 73-78. (Coleção Tinta Vermelha)

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-46. (Coleção Tinta Vermelha)

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40. (Coleção Tinta Vermelha)

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 7-14. (Coleção Tinta Vermelha)

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; RODRIGUES Jr., Natan dos Santos. Modelo de ajustes nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil Contemporâneo. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 17, n.44, p. 274-291, 2º semestre de 2019. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45245>>. Acesso em: 16 set. 2020.

CASTILHO, Inês; PURDY, Sean. O neoliberalismo é um projeto político: uma entrevista com David Harvey. **Jacobin Brasil**, São Paulo, p.1, 30 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/08/o-neoliberalismo-e-um-projeto-politico/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

CHAGAS, Juary Luís. Meio passo à frente e a revolução para trás: os governos petistas de reconciliação de classe no Brasil (2003-2006). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2019. 283 f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26813/1/Meiopassofrente_Chagas_2019.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

COSTA, André. **Onde está junho?** Manifestantes de 2013 olham para as ruas hoje. 20 mar 2016. Disponível em: < <https://vozerio.org.br/Onde-esta-junho-Manifestantes-de-2013-olham-para-as-ruas-hoje> >. Acesso em: 27 maio 2020.

DATASENADO. **Mais de 80% dos brasileiros acreditam que redes sociais influenciam muito a opinião das pessoas**. 10 dez. 2019. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinio-das-pessoas>>. Acesso em: 08 set. 2020.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. In: **Revista Outubro**. n. 16, 02/2007, p. 75-107. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-16-Artigo-03.pdf> >. Acesso em: 01 ago. 2020.

DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV/DAPP). **Robôs, redes sociais e política: estudo da FGV/DAPP aponta interferências ilegítimas no debate público na web**. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/robos->

redes-sociais-e-politica-estudo-da-fgvdapp-aponta-interferencias-ilegitimas-no-debate-publico-na-web/>. Acesso em 12 set. 2020.

DOMENICI, Thiago. Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu “lógica da guerra”, diz antropólogo que estuda militares. **Pública**: Agência de Jornalismo Investigativo, São Paulo, p.1, 11 de abril de 2019. Disponível em: < <https://apublica.org/2019/04/caminho-de-bolsonaro-ao-poder-seguiu-logica-da-guerra-diz-antropologo-que-estuda-militares/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FONTES, Virgínia. Velhas e remodeladas formas de direita no Brasil. In: PALAU, Marielle *et al.* **La ofensiva de las derechas em el cono sur**. Asunción, Paraguay: Fundación Rosa Luxemburgo, 2010. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20170403044458/pdf_1249.pdf >. Acesso em: 21 jul. 2020. p. 77-88

FREDERICO, Celso. Classes e lutas sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, ABEPS, 2009. p. 255-266.

FUCHS, Christian. Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet. **Revista Crítica Marxista**, Unicamp, Campinas, n. 43, p. 67-93, ano 2016. Disponível em: < http://fuchs.uti.at/wp-content/Internet_Portugese.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). In: **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 13-16. (Coleção Tinta Vermelha)

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. In: **Plural**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. v. 25.1, 2018, p. 92-110. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017/146200> >. Acesso em: 20 jul. 2020.

GHEDIN, Rodrigo. **Cinco dos dez canais que explodiram no ranking do Youtube durante as eleições são de extrema direita**. In: Intercept Brasil. 28 ago. 2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/08/28/ranking-youtube-extrema-direita/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

GONÇALVES, Guilherme Leite; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Uma sentença contra Junho. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, n. 135, p. 20-21, Outubro de 2018.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. Seleção e tradução: Daniela Mussi, Álvaro Bianchi. São Paulo: Boitempo, 2020. (Coleção Escritos Gramscianos).

GREENWALD, Glenn; POUGY, Victor. Mídia, Justiça e empresários do Brasil, uma fábrica de demagogos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Ano 12. n. 135. Outubro de 2018, p.1. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/midia-justica-e-empresarios-do-brasil-uma-fabrica-de-demagogos/>>. Acesso em: 9 set. 2020.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34. (Coleção Tinta Vermelha)

HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. 11.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.41-46. (Coleção Tinta Vermelha)

_____. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo, São Paulo, p.1, 15 abr. 2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>> . Acesso em: 28 ago. 2020.

ILLING, Sean. How the mídia should respond to Trump's lies: State of the Union edition. Disponível em: <<https://www.vox.com/2018/11/15/18047360/trump-state-of-the-union-speech-2019-george-lakoff>>. Acesso em: 07 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E PESQUISA; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da sociedade brasileira: manifestações populares: 2013 e 2016**. Disponível em: < https://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/RSB_31_manifesta%C3%A7%C3%B5es_populares.pdf >. Acesso em: 27 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Manifestação Avenida Paulista**. São Paulo, Datafolha, 2016. Disponível em: < http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forence, 1968.

_____. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94. (Coleção Tinta Vermelha)

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: **Revista pós Ciências Sociais**. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão / UFMA. v.8, n.15, jan-jun/2011, p. 171-186. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591/2744> >. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 83-88. (Coleção Tinta Vermelha)

MARCONDES, N. A. V; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap** on-line, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 19-26. (Coleção Tinta Vermelha)

MARTINS, Helena. **Comunicação em tempos de crise**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. (Edição Kindle)

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Sobre o conceito marxista de crise política. In: **Crítica marxista**. Campinas: IFCH-Unicamp, v. 43, 2016, p. 9- 27. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_06_03_06_32_57.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise: economia e política**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. (Edição Kindle).

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005. Coleção a obra-prima de cada autor.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 2020. (Edição Kindle).

_____. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo Whatsapp**. In: Folha de S. Paulo. 18 out. 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26. (Coleção Tinta Vermelha)

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca básica de serviço social.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. O solo fértil do ódio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 6, dezembro, 2018, ano 12. n. 137.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, ABEPS,

2009. Disponível em: < <https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2020.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, n. 11, 2016, p. 169-180. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu11.-ORTELLADOPabloSOLANO.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____; _____. MORETTO, Marcio. **2016: o ano da polarização?**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil/ FES, 2017. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13249.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2020.

PEREIRA, Leandro Ramos. As determinações estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, n. 55, p. 154-187, Jan-Abr. 2020. Disponível em: < <https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/508> >. Acesso em: 15 set. 2020.

PEW RESEARCH CENTER. **Internet seen as positive influence on education but negative on morality in emerging and developing nations:** internet usage more common among the young, well-educated and english speakers. Washington, DC, 2015. Disponível em: < <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2015/03/Pew-Research-Center-Technology-Report-FINAL-March-19-20151.pdf> > Acesso em: 08 jul. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. (Edição Kindle).

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTO, Walter. Internet e o capital financeiro embaçaram o mundo, diz Guilherme Winik. **Folha de S. Paulo**, Ilustríssima conversa. 11 de maio de 2019. Disponível em: < <https://folha.libsyn.com/internet-e-capital-financeiro-embaaram-o-mundo-diz-guilherme-wisnik>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PRATES, Jane Cruz. **O planejamento da pesquisa.** *Temporalis*, Porto Alegre, ABEPSS, n. 7, 2003a.

_____. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social:** uma relação necessária. Porto Alegre: Textos & Contextos. jan. jul. 2012. v. 11. n. 1. p. 116-128.

RIBEIRO, Márcio Moretto. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In. GALLEGOS, Esther Solano (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85-90. (Coleção Tinta Vermelha)

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da Terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 18, n. 54, jul/set 2013, p. 717-738. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/11.pdf> >. Acesso em 31 jul. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Bolsonaro e a política nos extremos**. TV Boitempo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G4V6D66Ny_k>. Acesso em: 08 nov.2019.

_____. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 45-56. (Coleção Tinta Vermelha)

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 71-78. (Coleção Tinta Vermelha)

SIMÃO, Renan Borges. *Firehosing*: porque fatos não vão chegar aos bolsonaristas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 4-5, dezembro, 2018, ano 12. n. 137.

TELES, Edson. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 77-82. (Coleção Tinta Vermelha)

_____. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 65-72. (Coleção Tinta Vermelha)

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40. (Coleção Tinta Vermelha)

VIANA, Nildo. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 15-26. (Coleção Tinta Vermelha)

ZUBOFF, Shoshana. Um capitalismo de vigilância. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 12, n. 130, p. 30-31, janeiro de 2019.

WHATSAPP. Apresentamos o novo recurso de pesquisar na internet. 03 ago. 2020. Disponível em: < <https://blog.whatsapp.com/search-the-web> >. Acesso em 08 set. 2020

APÊNDICE I– INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



AS JORNADAS DE JUNHO: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa da graduanda Magda Pires Silva formulada para o seu Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da Universidade de Taubaté. Para responder as seguintes perguntas você não precisará revelar sua identidade, apenas realizar uma análise particular sobre quais percepções você tem sobre as Jornadas de Junho de 2013, quando inúmeros protestos aconteceram em todo o país, inicialmente, pelo aumento das tarifas de ônibus, mas que depois se estenderam por reivindicações de melhores condições de serviços públicos, como saúde e educação, e insatisfações com os gastos da Copa do Mundo e das Olimpíadas sediadas pelo Brasil em 2014 e 2016.

O objetivo da pesquisa é analisar quais contradições e particularidades marcam esse período e podem ter reflexo na conjuntura política, econômica e social brasileira, assim como, na influência da construção ideológica e política da população.

Você aceita participar desta pesquisa? *

Sugestões: Talvez

Sim

Não

Grau de Instrução *

- Ensino Médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior (cursando)
- Ensino Superior completo

Profissão *

Texto de resposta curta

Idade *

Texto de resposta curta

Gênero *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outros...

Participou das "Jornadas de Junho" em 2013? *

- Sim
- Não

Filiado a algum partido? *

Sim

Não

Se sim, qual? E desde quando?

Texto de resposta curta

Participa de algum movimento/organização social? *

Sim

Não

Se sim, qual? E desde quando?

Texto de resposta longa

Qual era, na sua opinião, o cenário brasileiro (político, económico e social) no período das Jornadas de Junho de 2013? *

Texto de resposta longa

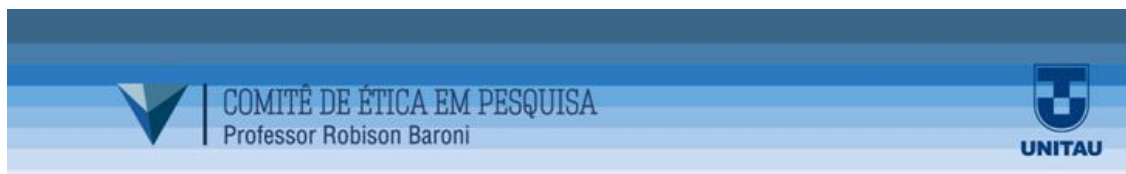
Na sua opinião, quais foram as contribuições (positivas ou negativas) deixadas pelas Jornadas de Junho de 2013? *

Texto de resposta longa

Qual a sua avaliação sobre a sua participação nas Jornadas de Junho de 2013? Que impacto essa participação teve sobre seu posicionamento político? *

Texto de resposta longa

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “**As Jornadas de Junho: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade**”, sob a responsabilidade do pesquisador “**Elisa Maria Andrade Brisola**”. Nesta pesquisa pretendemos analisar as percepções de militantes ou não acerca do cenário de relações políticas e sociais os quais emergiram as “Jornadas de Junho” e suas contribuições positivas ou negativas para o redesenho da política brasileira, por meio de coleta de dados por meio de aplicação formulário online na plataforma Google Forms, onde não serão reveladas as identidades dos participantes. Para reconhecimento daqueles que quiserem participar da pesquisa, será realizada uma consulta prévia em plataforma do Instagram. A escolha do uso de meios *online* se deu pelo reconhecimento da influência das redes sociais na cena política nestes últimos anos e pelo quadro de pandemia atual com instruções para distanciamento social. Pretende-se atingir com o formulário 50 pessoas, em média, que podem ter tido participação ou não nas Jornadas de Junho e tenham atingido maioria. O objetivo da pesquisa com estes é compreender que análises os sujeitos tiram desse período histórico. Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em oferecer aos participantes e à comunidade acadêmica maiores informações e conhecimentos acerca dos aspectos que compõem **AS JORNADAS DE JUNHO: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade**, que aspectos refletem na atualidade da cena política, econômica e social brasileira. Cabe aqui ressaltar também que, pelo aspecto interdisciplinar que se pretende abordar no presente estudo, os conhecimentos gerados por meio da pesquisa poderão despertar o interesse de profissionais, instituições, pesquisadores e fundamentar estudos em outras áreas do conhecimento no que diz respeito ao presente objeto de pesquisa. Contudo, os principais benefícios do presente estudo poderão se apresentar somente ao final do mesmo, quando das conclusões do mesmo. E os riscos que a pesquisa poderá causar aos voluntários é que os mesmos poderão se sentir desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio de formulários. Entretanto para evitar que ocorram danos, aos participantes ficam-lhes garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco)

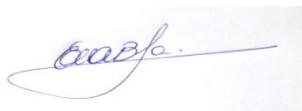
anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em

contato com o pesquisador por telefone - inclusive ligações à cobrar - (12) 99627-1281, ou e-mail: elisabrisola@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas:



Pesquisador responsável

Elisa Maria Andrade Brisola

Participante

Nome:

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “pesquisa “**As Jornadas de Junho: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade**””, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) participante

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Jornadas de Junho: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade.

Pesquisador: Elisa Maria Andrade Brisola

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36112420.5.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.217.876

Apresentação do Projeto:

Adequada, pois apresenta os elementos necessários à sua apreciação.

Objetivo da Pesquisa:

Compatível com a área de conhecimento, apresenta potencial de contribuir para a ampliação do saber.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foi realizada com a caracterização adequada dos riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foi realizada a previsão de instrumentos de pesquisa compatíveis com a situação resultante da pandemia do COVID 19, observando o necessário afastamento social. E com aderência à área de saber.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados adequadamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não ha pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Continuação do Parecer: 4.217.876

14/08/2020, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1568973.pdf	03/08/2020 11:12:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_AS_JORNADAS_DE_JUNHO.pdf	03/08/2020 11:12:34	MAGDA PIRES SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	03/08/2020 11:09:15	MAGDA PIRES SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	03/08/2020 11:06:54	MAGDA PIRES SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.doc	03/08/2020 11:05:43	MAGDA PIRES SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/06/2020 20:43:26	MAGDA PIRES SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	01/06/2020 18:52:57	Elisa Maria Andrade Brisola	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_PESQUISA.docx	01/06/2020 18:49:01	Elisa Maria Andrade Brisola	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

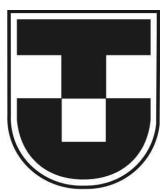
TAUBATE, 17 de Agosto de 2020

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



Na imagem, vítimas da violência do Estado racista brasileiro, a vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro, ainda não teve seu caso solucionado; Ágatha Félix, 8 anos, João Pedro Matos Pinto, 14 anos, Kauã Rozário, 11 anos, são algumas – dentre muitas - vidas perdidas, vítimas de bala perdida entre 2019 e 2020 na cidade do Rio de Janeiro. Até o dia 18 de novembro de 2020, data término desta pesquisa, 166.699 pessoas morreram vítimas do novo Coronavírus no Brasil. Nenhuma dessas pessoas são somente números. A imagem é uma colagem digital realizada por uma mulher preta e artista disponível em sua página no Instagram: @arte.de.maria.



UNITAU

Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP: 12020-040
Telefone: (12) 3621.8958 FAX: (12) 3621-8958
Email: ssocial.unitau@gmail.com

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020**

PARECER AVALIATIVO

Título: AS JORNADAS DE JUNHO: O terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade	
Estudante: Magda Pires Silva	
Membro da Banca/CRESS: 31.198	Categoria: Professora convidada

O trabalho de Graduação da estudante é uma combinação teórico-metodológica e poética. Começa com Carolina de Jesus: *“e tudo o que está fraco morre um dia”*, diz a poetisa, e acrescento: o capitalismo vai morrer. Termina com Martin Luther King lembrando que nosso horizonte humano-genérico não pode se restringir à geografia local, mas à universal, por isso disse ele *“que a injustiça em qualquer lugar do mundo ameaça a justiça em todo o mundo”*.

Início minhas considerações apontando a relevância do tema e fazendo menção a minha querida orientadora de mestrado, Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli, a qual discute sobre o caráter dialético da escolha dos nossos temas, afirmando que nós os escolhemos, mas eles também nos escolhem. Por que eu digo isso? Porque pensar a realidade brasileira hoje, especialmente a eleição de Bolsonaro, exige olhar o passado e as conformações sócio-históricas do Brasil. Mas no caso em especial, isto é, a entrada desse sujeito na presidência, demanda estudar alguns fatos emblemáticos para uma compreensão totalizante desse processo, e as Jornadas de Junho de 2013 se colocam como centrais. Neste sentido, a estudante escolheu um tema que combina com suas exigências teórico-filosóficas ao buscar a essência dos fenômenos que constituem a vida vivida e não apenas a vida contemplada. Concomitantemente, teve que buscar a sua própria essência como mulher, como Magda. Logo, o tema também a escolheu.

Para realizar este Trabalho de Graduação, a estudante desenvolveu uma profunda pesquisa, conferindo à sua investigação um caráter classista do início ao fim. Todas as categorias estudadas têm aporte em Marx e na tradição marxista. Nessa direção, ao discutir as Jornadas de Junho dialogou com muitos estudiosos competentes no tema, tais como: Ruy Braga, Marcelo Badaró, Luis Felipe Miguel, Henrique Carneiro, entre outros.

No tocante à temática central, as Jornadas de Junho de 2013, apresenta uma análise contundente - evidenciando os elementos econômicos, políticos, sociais e ideológicos que atravessaram a realidade brasileira nesse período - articulada ao panorama internacional do capitalismo global. Assim, pontua que as manifestações de 2013 eclodiram num cenário global de crise do capital e paralelamente de insatisfações populares dadas as particularidades da conjuntura brasileira, desencadeando a partir de então, uma nova era da luta de classes no país (Braga, 2019), o que implicou nos rumos históricos do Brasil contemporâneo.

Para falar das Jornadas de Junho de 2013, a estudante fez uma longa viagem: aborda a formação sócio-histórica do Brasil, elucidando as características subalternas e dependentes do país ao capitalismo

internacional. Fala, portanto, e necessariamente, sobre as classes sociais, encontrando um método didático e reflexivo no poema de Brecht, para explicar o que são classes, usando reflexões de Marx e Celso Frederico, com a pergunta cabal: *Quem preparou os jantares das batalhas? Quem pagou a conta?* Passa por alguns governos (com alguns cortes abruptos, mas compreensíveis) e, finalmente, chega aos anos 2000, caracterizando os governos petistas de Lula a Dilma (2003-2016), realizando sistematicamente a relação entre o universal-particular, entre o todo e as partes, o que lhe garantiu o salto qualitativo nesse Trabalho de Graduação, escrito com a profundidade de uma dissertação de mestrado.

Para responder o objeto de estudo com a complexidade exigida, a estudante fez uma análise fundamental sobre o avanço do conservadorismo no Brasil a partir de 2013, fazendo o debate sobre a “nova direita”. Assim, como nos tópicos anteriores, relaciona o cenário brasileiro com a conjuntura internacional. Nessa esteira analítica, traz discussões sobre: a classe média e suas investidas às bandeiras tradicionalistas para a defesa da propriedade privada; o antipetismo; os movimentos pró-impeachment; a relação perniciososa entre liberalismo, conservadorismo e autoritarismo; o papel da mídia na propagação da insegurança, do medo e no processo de demonização do PT; a alienação generalizada; e a tragédia da eleição do Bolsonaro. Sem dúvida, a denominada “nova direita”, cujas palavras de ordem foram o combate ao “comunismo”, ao “bolivarianismo” e claro à corrupção na política, representou e representa o que há de mais conservador em pleno século XXI. Por isso o Criolo, bem lembrado por Magda, tem razão, ou seja, *meninos mimados não podem reger a nação*. Na sequência, tece considerações sobre avanço do conservadorismo articulado à maximização do neoliberalismo, não só no Brasil como no mundo, e suas consequências: xenofobia, racismo, homofobia, ataque aos direitos humanos, negação da história e da ciência e rejeição do pensamento crítico e da escola livre

Na sequência, discute sobre a crise do capital, apoiando-se em teóricos notáveis como Marx, Engels, Gramsci, Felipe Demier e aprofunda-se em Mészáros, cuja tese central é a do capitalismo como um sistema incontrolável, logo, são certas e inevitáveis as crises políticas e o próprio esgotamento das formas de desenvolvimento do capital.

Faz uma análise brilhante acerca do governo Lula num diálogo marxista e dialético entre a realidade nacional e internacional, conversando com Florestan Fernandes, Trotski e Lênin. Conseguiu analisar as contradições, limites e possibilidades do PT enquanto um governo de conciliação de classes, valendo-se mais uma vez de Brecht para caracterizar esse processo: *Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo*. Dialoga de forma respeitosa e crítica com os participantes de sua pesquisa, salientando o lugar das redes sociais nas Jornadas de Junho de 2013, as contradições, os riscos, as possibilidades e a complexidade dessas novas formas de comunicação e informação.

Por fim, o caminho metodológico utilizado pela estudante contemplou às três dimensões fundamentais do percurso investigativo: as bases epistemológicas, ontológicas e axiológicas. Nesse sentido, um brinde ao rigor metodológico, ético e estético de sua construção.

Magda, para você que é também poesia e não só teoria, ofereço Rubem Alves porque ele me fez lembrar do seu sorriso e da necessidade cotidiana do afeto nas relações: *“Aquilo que está escrito no coração não necessita de agendas, porque a gente não esquece. O que a memória ama fica eterno”*.

Com amor, esperança e luta,
Linda

Taubaté, 02 de dezembro de 2020.



Departamento de Serviço Social
Rua Visconde do Rio Branco nº22
Taubaté – SP CEP.: 12020-040
Fone: (12) 3625-4240; Fone/fax: (12) 3621-8958
ssocial@unitau.br

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - 2020

PARECER AVALIATIVO

Título: As Jornadas de Junho: o terremoto social que chacoalhou a cena política brasileira e seus reflexos na atualidade.	
Estudante: Magda Pires Silva	
Membro da Banca: Fernanda Monteiro Arrezze Bedaque CRESS: -	Categoria: Profissional convidado

PARECER

Em tempos em que negros, índios, mulheres e toda classe trabalhadora são afrontadas pelo próprio Presidente, fica difícil encontrar um centro, no holofote de picadeiro em que tem se transformado o palco político brasileiro. Entre a complexidade dada ao objeto estudado e um texto de elaboração científica meticulosamente bem escrito, o trabalho assinado por Magda Pires Silva busca a compreensão da totalidade do panorama político do Brasil quanto a Questão Social, tão cara ao curso que conclui.

Nele, há a riqueza da ampliação de ideias por sua base teórica bem definida e a intermediação de diálogo com a pesquisa qualitativa seguindo à risca todos os parâmetros científicos em sua metodologia. Conceitos cirurgicos não faltam ao painel montado, que se destacam: classe social, crise do capital, superexploração, hegemonia, nova direita e revoltas populares.

É remontado o contexto histórico de forma a tentar dar conta da realidade construída para o *boom* das chamadas Jornadas de Junho de 2013, sem se esquecer dos fatos que a antecederam, como: o direito à cidade afastado dos oprimidos com a remoção compulsória de pessoas (no tirânico pré-requisito para a estruturação da Copa no Brasil), a movimentação pelo passe livre, e, de forma conceitual, traz a história da dicotomia

esquerda-direita, o período e lugar que o Brasil se encontra no sistema capitalista, a formação não apenas econômica mas também sociológica do pertencimento da classe média e suas mudanças com a chegada do neoliberalismo. Bem como o processo de alienação como instrumento do capital destinado às classes oprimidas. O que dá suporte para a análise dos resultados da pesquisa qualitativa feita, onde se consegue então chegar aos objetivos apresentados nas primeiras páginas do trabalho.

Os resultados são apresentados e analisados por Magda conforme a contextualização feita. Onde é levantado o exame da repressão policial (atossicada, num primeiro momento, até mesmo por parte da mídia) diante das manifestações, a liquidação da imagem de um povo dado como mera massa de manobra (dona, agora, de ações políticas que navegam na internet), e as posteriores consequências dos protestos, como argumentos vetustos para a restauração de “valores da tradição” que dão início à chamada Nova Direita. Numa onda de velocidade entorpecente, grande parte do painel recente do país encontra o frescor da memória (dos participantes da pesquisa) e a sumarização do um trabalho acadêmico se torna completo.

Decantada a teoria, as considerações finais apontam para um Estado que é pai, pai-patrão, que pretende inspirar medo e protege ante a incertezas, maquiavelicamente, a classe burguesa; mas também traz o poder do povo, da classe trabalhadora, da legitimidade das Jornadas de Junho, o cerne da solução do perpétuo impasse do problema insolúvel (e indissolúvel) chamado Brasil. E conclui, como num grito de levante, citando Angela Davis, Martin Luther King Jr. e Gabriel Garcia Marquez, trazendo à lembrança o lugar sul-latino de onde somos e o porquê do entender as lutas sociais e de nos provocarmos à estas, que se dão nas ruas, nas salas de aula, trabalhos acadêmicos ou exercendo a profissão de Assistente Social.

Por fim, aqui concluo como aprovada a aluna Magda Pires Silva.

Taubaté, 02 de dezembro de 2020;